



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 1902001/2026/PMTA**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**OBJETO DE ESTUDO:
AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR**

MARÇO DE 2026, TOMÉ-AÇU/PA
Prefeitura Municipal de Tomé-Açu/PA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

SUMÁRIO

1. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
2. **ÓRGÃO GERENCIADOR**
3. **DA ISENÇÃO DO LANÇAMENTO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP**
 - 3.1. Origem dos itens para o presente processo;
4. **PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**
5. **MOTIVAÇÃO/OBJETIVO**
 - 5.1. Problemática a Ser Resolvida sob a Perspectiva do Interesse Público
6. **NATUREZA DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA FINALIDADE DOS ITENS**
 - 6.1. Natureza do Objeto – Bens Comuns
7. **ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**
 - 7.1. Comparativo de quantitativo com a ata de registro de preço do exercício de 2025 oriunda do pregão eletrônico nº 9-2025-1001001
 - 7.2. Execução financeira dos contratos oriundos da ata de registro de preço (2025) – análise dos empenhos
 - 7.3. Relatórios de empenhos PE SRP nº 9-2025-1001001
8. **PROPORÇÃO DA CONTRATAÇÃO EM FACE DO PORTE TERRITORIAL E DAS CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO**
9. **COMPOSIÇÃO DA SOLUÇÃO PARA ESTA CONTRATAÇÃO**
 - 9.1. Especificações para os itens selecionados para esta contratação
 - 9.2. Considerações sobre a Seleção dos Itens
 - 9.3. Trâmite de fornecimento
 - 9.4. Análise do Ciclo de Vida do Objeto
 - 9.5. Recomendações quanto à utilização dos itens contratados
10. **ASPECTOS LOGÍSTICOS DO MUNICÍPIO – AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR**
 - 10.1. RELEVÂNCIA DA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS UNIDADES ESCOLARES
 - 10.2. IMPACTOS LOGÍSTICOS NA MODELAGEM DA CONTRATAÇÃO
 - 10.3. CONCLUSÃO TÉCNICA
 - 10.4. DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DE TOMÉ-AÇU E O DISTRITO DE QUATRO BOCAS
11. **ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**
 - 11.1. Sistema de registro de preços (SRP)
 - 11.2. Possibilidade de renovação do quantitativo da ata de registro de preços
 - 11.3. Vigência da ata de registro de preços e dos contratos dela decorrentes
 - 11.4. Possibilidade de prorrogação dos contratos oriundos da ata
 - 11.5. Forma eletrônica
 - 11.6. Tipo e critério de avaliação: menor preço por LOTE
12. **ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS**
13. **PESQUISA MERCADOLÓGICA E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO REGIONAL**
 - 13.1. PESQUISA MERCADOLÓGICA E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO LOCAL
14. **APLICAÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 10% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO MUNICÍPIO**
 - 14.1. Da não aplicação de cota reservada e de itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte
15. **CONTRATAÇÕES SIMILARES POR OUTROS ENTES PÚBLICOS**
 - 15.1. Comparativo entre o pregão anterior e o pregão atual orçado
 - 15.2. Projeção de economicidade da contratação
 - 15.3. Análise de valores excessivos e inexequíveis
16. **EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA**
17. **SOLICITAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**
18. **COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS**
19. **RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO**
20. **RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**
 - 20.1. Declaração de conformidade com as responsabilidades da contratada
21. **DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO**
22. **PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**
23. **INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
24. **ORIENTAÇÕES RESUMIDAS AO FISCAL DE CONTRATO**
25. **IMPACTO AMBIENTAL, MEDIDAS MITIGADORAS E ATENÇÕES SECUNDÁRIAS RELACIONADAS AO OBJETO**
26. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**
27. **MAPA DE RISCO**
28. **CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS DE PLANEJAMENTO**
29. **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**
30. **ANEXOS E APÊNDICES**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Processo Administrativo nº 1902001/2026/PMTA

O presente documento tem por finalidade apresentar o Estudo Técnico Preliminar elaborado no período de 12 de março de 2026 a 27 de março de 2026, com vistas à instrução de processo licitatório destinado a **AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR**, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Decretos Municipais nº 046/2023, 054/2023, 055/2023, 056/2023, 059/2023, 060/2023, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Federal nº 123/2006 e alterações posteriores. Este documento busca centralizar e justificar e apresentar a solução mais viável para a licitação em questão. Ao longo deste estudo será abordado pontos pertinentes à tramitação e vantajosidade.

Art. 18, lei 14.133/2021 § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação(...)

Destaca-se, ainda, a observância aos princípios previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes de planejamento estabelecidas no art. 6º, inciso XX, do referido diploma legal, reforçando a necessidade de adequada instrução processual e planejamento da contratação.

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED** será o órgão gerenciador da futura Ata de Registro de Preços, por ser a unidade administrativa de mandante, responsável pelo planejamento da execução do objeto desta contratação, definição das especificações dos itens, estimativa das quantidades necessárias, acompanhamento da execução e gerenciamento da utilização dos itens registrados, em conformidade com as necessidades da rede municipal de ensino.

Ressalta-se que a condução dos procedimentos administrativos e licitatórios contará com o apoio técnico e operacional do Departamento de Licitação do Município, tendo em vista que os atos formais relacionados à instrução processual, tramitação, processamento do certame e demais providências correlatas são realizadas por esse setor, sem prejuízo da competência da SEMED quanto à gestão da demanda e ao acompanhamento da contratação.

Dessa forma, a SEMED permanecerá como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, cabendo-lhe a responsabilidade pela centralização das demandas, controle dos quantitativos registrados, fiscalização quanto à adequação do objeto às necessidades da Administração e articulação com o setor competente de licitações para a regular condução do procedimento.

3. DA ISENÇÃO DO LANÇAMENTO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP

Considerando a natureza específica do objeto, qual seja, a aquisição de uniformes escolares destinados ao atendimento dos alunos da rede municipal de ensino, cuja demanda é exclusiva da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, não se vislumbra, no presente caso, a necessidade de compartilhamento da contratação com outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

Ademais, destaca-se que os quantitativos foram definidos com base em levantamento interno realizado pela SEMED, considerando o número de alunos matriculados na rede municipal, bem como as particularidades locais, o que reforça o caráter específico e direcionado da demanda.

Dessa forma, com fundamento nos princípios da eficiência, celeridade e economicidade, e considerando a ausência de vantajosidade na ampliação da disputa para outros órgãos, justifica-se a dispensa do procedimento de divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, uma vez que não há expectativa de adesão por outros entes que justifique a abertura do processo para participação conjunta.

Ressalta-se, ainda, que a não realização da IRP não compromete a competitividade do certame, tampouco restringe a ampla participação de interessados, mantendo-se íntegros os princípios que regem as contratações públicas.

3.1. ORIGEM DOS ITENS PARA O PRESENTE PROCESSO

Os itens que compõem o presente processo foram definidos pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, na qualidade de secretaria demandante, por meio do Documento de Formalização da Demanda – DFD, instrumento que consolidou as necessidades institucionais relacionadas à aquisição de uniformes escolares.

A definição dos itens e respectivos quantitativos considerou o histórico de consumo da rede municipal de ensino, bem como o número de alunos regularmente matriculados, as projeções de atendimento para o período letivo e as especificidades operacionais das unidades escolares.

Ressalta-se que o levantamento realizado buscou assegurar a adequada padronização dos uniformes, a reposição eficiente ao longo do exercício e a garantia de atendimento integral aos alunos da rede pública municipal, observando-se critérios de razoabilidade, proporcionalidade e economicidade.

Dessa forma, os itens constantes neste processo refletem fielmente a necessidade administrativa da SEMED, devidamente formalizada e justificada no DFD, constituindo base técnica para a futura contratação.

4. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A elaboração do Plano de Contratações Anual – PCA tem como finalidade promover o adequado planejamento das contratações públicas, alinhando as demandas das Secretarias Municipais e dos ordenadores de despesas às reais necessidades da Administração, bem como possibilitando a racionalização de custos, a padronização de objetos e a melhoria dos processos de trabalho.

O planejamento das contratações constitui instrumento essencial de governança, contribuindo para a aplicação eficiente dos recursos públicos, o fortalecimento da transparência e a mitigação de riscos inerentes às contratações, especialmente aquelas relacionadas à continuidade de serviços essenciais, como o atendimento educacional.

No âmbito do Município, o Plano de Contratações Anual – PCA referente ao exercício de 2026 encontra-se em fase de elaboração, observando o fluxo interno de planejamento e em consonância com o disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

Não obstante a ausência de sua formalização e publicação definitiva até o presente momento, a presente contratação encontra-se plenamente alinhada ao planejamento institucional, tendo em vista que se refere à aquisição de uniformes escolares, item de natureza contínua, previsível e essencial ao atendimento dos alunos da rede municipal de ensino.

O objeto em questão é considerado comum, recorrente e indispensável, sendo fundamental para:

- Padronização da identidade visual da rede municipal de ensino;
- Promoção da igualdade entre os alunos, reduzindo desigualdades socioeconômicas;
- Identificação e segurança dos estudantes no ambiente escolar;
- Apoio à organização e disciplina no contexto educacional.

A inclusão desta contratação no planejamento decorre, portanto, da necessidade de assegurar o pleno funcionamento das atividades educacionais, garantindo que os alunos estejam devidamente assistidos desde o início do período letivo, evitando prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem.

Ademais, o planejamento prévio da contratação contribui para a economicidade e eficiência da gestão pública, evitando contratações emergenciais, fragmentadas ou realizadas de forma descoordenada, além de possibilitar maior competitividade e organização do certame.

Dessa forma, ainda que o PCA 2026 não esteja formalmente publicado, resta evidenciado que a presente contratação observa os princípios do planejamento, da eficiência e da continuidade do serviço público, estando devidamente justificada sob o ponto de vista técnico e administrativo.

5. MOTIVAÇÃO/OBJETIVO

A presente contratação tem por objetivo a seleção de empresa especializada para a confecção e o fornecimento de uniformes escolares destinados aos alunos da rede municipal de ensino. A medida busca assegurar o adequado provimento de vestuário padronizado, com qualidade compatível com o uso cotidiano, resistência às lavagens frequentes, conforto térmico e durabilidade, de modo a atender satisfatoriamente às demandas da rede municipal.

Sob o ponto de vista da motivação administrativa, a contratação decorre da necessidade de estruturar e padronizar a identificação visual dos estudantes vinculados à educação municipal, promovendo maior organização institucional, reforço da identidade da rede de ensino e melhoria da ambiência escolar. O DFD deixa claro que o uniforme escolar não possui caráter meramente estético, mas constitui instrumento de apoio à política pública educacional, com reflexos diretos sobre a inclusão, a segurança, a disciplina, o pertencimento e as condições de permanência dos alunos no ambiente escolar.

Nesse contexto, a contratação se justifica de forma concreta e objetiva pelos seguintes fundamentos:

I. Garantia de padronização e identidade institucional.

O fornecimento de uniformes escolares permite a padronização visual dos alunos da rede municipal, contribuindo para a consolidação da identidade institucional da educação pública municipal. Essa padronização favorece o reconhecimento imediato dos estudantes no ambiente escolar e em atividades externas vinculadas à escola, além de reforçar a percepção de pertencimento à comunidade escolar.

II. Promoção da igualdade entre os alunos.

A motivação da contratação também se fundamenta no papel social do uniforme escolar como instrumento de redução de desigualdades visíveis no cotidiano educacional. Ao adotar vestuário padronizado, a Administração contribui para minimizar distinções externas relacionadas à condição socioeconômica dos estudantes, favorecendo ambiente mais inclusivo, equilibrado e acolhedor. Tal medida dialoga diretamente com os princípios da equidade e da universalização do acesso e permanência na escola, uma vez que reduz constrangimentos e favorece melhores condições de inserção no espaço educacional.

III. Reforço da segurança escolar e do controle de acesso.

Outro aspecto relevante da motivação da contratação é a necessidade de facilitar a identificação visual dos alunos, especialmente no ambiente interno das unidades escolares e em atividades externas. O uso do uniforme contribui para o controle de acesso às dependências escolares, auxilia na rápida distinção entre estudantes e terceiros e fortalece procedimentos básicos de segurança e acompanhamento.

IV. Fortalecimento da disciplina, da organização e do sentimento de pertencimento.

O uniforme escolar também possui importante função pedagógica e organizacional. Sua adoção contribui para o fortalecimento da disciplina no ambiente escolar, estimula o senso de pertencimento do aluno à unidade de ensino e favorece a valorização do espaço educativo. Ao reduzir fatores externos de distinção no vestuário, a Administração cria condições mais homogêneas de convivência, o que repercute positivamente no comportamento, na autoestima e na integração dos estudantes à rotina escolar.

V. Apoio à permanência e ao bem-estar dos estudantes.

A contratação revela-se necessária também porque o fornecimento de uniforme representa apoio material direto às famílias dos alunos, reduzindo despesas com vestuário de uso escolar e colaborando para a permanência dos estudantes na rede municipal. O DFD destaca que a medida possui impacto sobre a dignidade das condições de frequência e sobre o bem-estar dos educandos, o que demonstra que a contratação está vinculada não apenas à organização administrativa, mas também à efetividade da política educacional.

VI. Atendimento das especificações técnicas mínimas de qualidade.

A motivação da contratação também está associada à necessidade de obtenção de peças confeccionadas com padrões mínimos de qualidade, compatíveis com a utilização intensa no ambiente escolar. O DFD registra a exigência de tecidos resistentes, adequados ao uso contínuo, confortáveis e compatíveis com lavagens frequentes, além da previsão de amostras para validação, observância de identidade visual institucional, controle de qualidade, acondicionamento apropriado e conformidade com normas técnicas aplicáveis. Isso

demonstra que a Administração busca não apenas adquirir peças, mas garantir funcionalidade, durabilidade e regularidade do objeto contratado.

Diante disso, os principais benefícios esperados com a contratação podem ser assim sintetizados:

- Melhoria da organização e da padronização visual da rede municipal de ensino;
- Fortalecimento da identidade institucional das unidades escolares.
- Ampliação da segurança por meio da identificação mais rápida de alunos;
- Promoção de maior igualdade entre os estudantes, com mitigação de distinções socioeconômicas perceptíveis no vestuário;
- Apoio à permanência escolar e ao bem-estar dos alunos e de suas famílias;
- Melhoria da disciplina, do sentimento de pertencimento e da integração no ambiente educacional;
- Adequação do vestuário funcional dos alunos às atividades desenvolvidas;
- Garantia de fornecimento de peças com qualidade mínima, durabilidade e conformidade técnica.

Assim, a contratação mostra-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, pois atende simultaneamente a finalidades pedagógicas, sociais, administrativas e operacionais. Trata-se de medida indispensável para assegurar melhores condições de funcionamento da rede municipal de ensino e oferecer suporte material compatível com as necessidades dos alunos.

5.1. PROBLEMÁTICA A SER RESOLVIDA (SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO):

A problemática a ser resolvida com a presente contratação consiste na necessidade de assegurar condições adequadas de identificação, padronização, inclusão, organização e apoio à permanência dos alunos da rede municipal de ensino, de modo a fortalecer a prestação do serviço público educacional e promover maior eficiência na gestão da política educacional.

No âmbito da educação pública, a ausência de uniformização do vestuário escolar pode gerar impactos negativos que ultrapassam a esfera estética, alcançando aspectos pedagógicos, organizacionais, sociais e de segurança. O uniforme escolar, nesse contexto, constitui instrumento de interesse público voltado à estruturação do ambiente educacional, à redução de desigualdades visíveis entre os estudantes, ao fortalecimento do sentimento de pertencimento à comunidade escolar e à melhoria das condições de convivência no espaço de ensino. O DFD da SEMED destaca expressamente que a aquisição de uniformes visa promover a igualdade, a identificação dos alunos e a disciplina, além de contribuir para a permanência e o bem-estar dos educandos.

Sob a perspectiva social, a problemática se apresenta de forma ainda mais evidente, uma vez que parte significativa das famílias atendidas pela rede pública municipal enfrenta limitações econômicas para aquisição contínua de vestuário adequado ao uso escolar. A inexistência de uniforme fornecido pela Administração pode acentuar diferenças socioeconômicas entre os alunos, expondo desigualdades materiais no ambiente escolar, o que pode gerar constrangimentos, sensação de exclusão, prejuízo à autoestima e dificuldades de integração social. A padronização do vestuário, portanto, não se restringe à organização da rede de ensino, mas se relaciona diretamente com a promoção da equidade e com a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, digno e acolhedor.

Além disso, a ausência de uniforme compromete a padronização institucional e dificulta a identificação imediata dos estudantes nas dependências escolares e em atividades externas, o que repercute em questões de segurança, controle de acesso e monitoramento da circulação de pessoas no ambiente educacional. Em unidades escolares com fluxo intenso de alunos, pais, responsáveis e visitantes, a identificação visual rápida constitui medida relevante de apoio à gestão escolar, favorecendo maior controle, organização e proteção da comunidade escolar. O DFD também assinala que a identificação visual dos alunos facilita o controle de acesso às unidades e às atividades externas.

No campo pedagógico e disciplinar, a ausência de padronização pode refletir em menor uniformidade no ambiente escolar, dificultando a consolidação de uma identidade coletiva entre os estudantes. O uniforme, ao reduzir fatores externos de distinção baseados no vestuário, contribui para um ambiente mais equilibrado e propício ao desenvolvimento das atividades educacionais, fortalecendo valores como disciplina, respeito, integração e pertencimento. Assim, a contratação busca enfrentar uma problemática concreta relacionada à necessidade de melhoria da ambiência escolar e das condições institucionais de funcionamento das unidades de ensino.

Sob o enfoque administrativo, verifica-se que a não contratação pode acarretar prejuízos à organização da rede municipal de ensino, à eficiência das rotinas escolares e à implementação de política pública educacional voltada à inclusão e à permanência dos estudantes. A ausência de fornecimento adequado de uniformes pode provocar descontinuidade em ação institucional recorrente e previsível, além de enfraquecer medidas de apoio social às famílias, especialmente no início do período letivo, quando as despesas com material e vestuário tendem a se concentrar.

A problemática, portanto, envolve um conjunto de questões interligadas, dentre as quais se destacam:

- a) A necessidade de reduzir desigualdades socioeconômicas perceptíveis entre os estudantes no ambiente escolar;

- b) A necessidade de promover maior inclusão, igualdade e dignidade aos alunos da rede municipal;
- c) A necessidade de fortalecer a identificação visual dos alunos, em benefício da segurança e da organização escolar;
- d) A necessidade de consolidar a identidade institucional da rede municipal de ensino;
- e) A necessidade de contribuir para a disciplina, o sentimento de pertencimento e a melhoria da convivência escolar;
- f) A necessidade de oferecer apoio material às famílias dos estudantes, auxiliando na permanência e frequência escolar;
- g) A necessidade de assegurar melhores condições de eficiência e organização na prestação do serviço público educacional.

Dessa forma, a presente contratação busca solucionar problemática concreta e relevante sob a ótica do interesse público, na medida em que pretende atender simultaneamente demandas sociais, educacionais e organizacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ambiente escolar e para a valorização da educação pública municipal.

6. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA FINALIDADE DOS ITENS

A presente contratação possui **NATUREZA CONTINUADA**, tendo em vista que se destina ao atendimento de demanda permanente, previsível e recorrente da Administração Pública Municipal, relacionada ao fornecimento de uniformes escolares para os alunos da rede municipal de ensino.

A caracterização como fornecimento de natureza continuada decorre do fato de que a necessidade de fornecimento de uniformes não se esgota em uma única entrega ou em um único exercício, mas se renova de forma periódica, em razão de fatores inerentes à dinâmica da rede pública de ensino, tais como:

- Ingresso anual de novos alunos na rede municipal;
- Crescimento e variação do número de matrículas ao longo dos anos letivos;
- Desgaste natural das peças em decorrência do uso contínuo e das lavagens frequentes;
- Necessidade de reposição de uniformes ao longo do período escolar;
- Atualização e manutenção da padronização institucional da rede de ensino;

Além disso, a contratação está diretamente vinculada à continuidade de políticas públicas educacionais, especialmente aquelas voltadas à promoção da igualdade entre os alunos, à inclusão social, à segurança no ambiente escolar e ao fortalecimento da identidade institucional da rede municipal de ensino.

O fornecimento de uniformes escolares constitui ação administrativa que deve ser assegurada de forma contínua, sob pena de comprometer aspectos relevantes do interesse público, tais como a organização do ambiente escolar, a identificação dos alunos, o apoio à permanência estudantil e a redução de desigualdades socioeconômicas no âmbito educacional. O DFD da SEMED evidencia que o uniforme desempenha papel estratégico na promoção da igualdade, da segurança e do bem-estar dos estudantes, não se tratando de item eventual ou acessório.

Ressalta-se, ainda, que a natureza continuada da contratação não implica prestação ininterrupta do objeto, mas sim a necessidade permanente de sua disponibilização ao longo do tempo, de forma planejada e compatível com a demanda da rede municipal de ensino.

Dessa forma, resta caracterizado que a contratação possui natureza continuada, por atender necessidade administrativa permanente e essencial, vinculada à execução de política pública educacional e à regular prestação do serviço público, devendo, portanto, ser tratada sob essa perspectiva no planejamento e na gestão contratual.

DA CARACTERIZAÇÃO DA NATUREZA CONTINUADA PELO HISTÓRICO DA POLÍTICA PÚBLICA

Ressalta-se, de forma objetiva, que a natureza continuada do presente objeto também se evidencia pelo histórico de sua execução no âmbito da Administração Pública Municipal, a qual, desde o ano de 2019, vem assegurando de forma regular o fornecimento de uniformes escolares aos alunos da rede municipal de ensino.

Tal continuidade na prestação demonstra que não se trata de demanda pontual ou eventual, mas de política pública consolidada e reiteradamente implementada ao longo dos exercícios, reforçando o caráter permanente, previsível e essencial da contratação, em alinhamento com as diretrizes educacionais do Município.

6.1. NATUREZA DO OBJETO – BENS COMUNS

O objeto da presente contratação caracteriza-se como fornecimento de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata da aquisição de uniformes escolares cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, amplamente conhecidas e praticadas por diversos fornecedores do ramo têxtil.

Os itens a serem adquiridos – tais como camisetas, bermudas, calças, shorts-saia e demais peças de vestuário – possuem características técnicas padronizadas, incluindo composição do tecido, gramatura, cores, tamanhos, modelagens e acabamentos, as quais podem ser descritas de forma clara e precisa no Termo de Referência, sem necessidade de soluções complexas ou desenvolvimento tecnológico específico.

Ademais, trata-se de bens amplamente disponíveis no mercado, produzidos em escala por empresas do setor de confecção, o que permite ampla competitividade entre fornecedores, favorecendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A definição do objeto com base em especificações técnicas objetivas, aliada à existência de múltiplos fornecedores aptos a atender à demanda, afasta a necessidade de avaliação subjetiva de desempenho ou de análise técnica complexa, sendo suficiente a verificação do atendimento aos requisitos previamente estabelecidos, inclusive mediante apresentação de amostras, conforme previsto no planejamento da contratação.

Ressalta-se, ainda, que a caracterização como bens comuns está diretamente relacionada à possibilidade de adoção de critérios objetivos de julgamento, especialmente o critério de menor preço ou maior desconto, assegurando transparência, isonomia e eficiência no processo licitatório.

Dessa forma, conclui-se que o objeto da contratação se enquadra como bens comuns, por apresentar especificações usuais de mercado, possibilidade de definição objetiva de qualidade e desempenho, e ampla oferta por fornecedores, atendendo plenamente aos requisitos legais e administrativos para sua adequada contratação.

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

A estimativa das quantidades para a contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de uniformes escolares foi elaborada com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o quantitativo de alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino para o exercício de 2026, conforme informações constantes no Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 008/2026 e seu Anexo I.

O dimensionamento da demanda foi estruturado de forma segmentada, contemplando todas as etapas da educação básica ofertadas pelo município, quais sejam: Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos – EJA, garantindo aderência entre a necessidade administrativa e a realidade educacional da rede municipal.

| POLO I – TOMÉ-AÇU | |
|--|---|
| 1 | 15538923 - E M E I F ADVENTISTA DE TOME-ACU |
| 2 | 15085503 - E M E F DR ANTHODIO BARBOSA |
| 3 | 15159280 - E M E I F PADRE ILARIO MARIO TRAPLETTI |
| 4 | 15085643 - E M E F LUIZ G. DE MOURA CARVALHO |
| 5 | 15085651 - E M E I F LUTERANA DO CIM TRINDADE |
| 6 | 15085937 - E M E F PADRE VASCO MILANI |
| 7 | 15156915 - E M E I F PROFª MARIA CLARICE GARCIA |
| 8 | 15086461 - E M E I F PAULINO FONTENELLES |
| 9 | 15085554 - E M E F PRESIDENTE VARGAS |
| 10 | 15086623 - E M E I F SAGRADA FAMILIA |
| 11 | 15535860 - E M E I F CATOLICA SAO TOMÉ APOSTOLO |
| 12 | 15167968 - CRECHE M. JURACY DA SILVA TAVARES |
| 13 | 15171272 - EMEIF RAIMUNDO SAMPAIO RODRIGUES |
| POLO II – QUATRO-BOCAS | |
| 14 | 15158152 - E M E I F BOM PASTOR |
| 15 | 15147320 - E M E F DES. W. DE JESUS MARQUES SILVA |
| 16 | 15160718 - C M DE R E M E I CRIANCA FELIZ |
| 17 | 15179192 - C. R. E. I. CONQUISTA |
| 18 | 15561070 - E M E F DR FABIO LUZ |
| 19 | 15120112 - E M E F PROFª MARIA FIDERALINA DOS S. L. |
| 20 | 15086070 - E M E F DR FERNANDO GUILHON |
| 21 | 15085546 - E M E I F IPITINGA |
| 22 | 15577228 - E M E F LAURIS DOS SANTOS |
| 23 | 15086380 - E M E I F N. S. DO PERPETUO SOCORRO |
| 24 | 15219143 - E M E F PAROQUIAL XAVERIANA |
| 25 | 15086283 - E M E I F PROFª NAIR MAIA V. GOMES |
| 26 | 15168085 - EMEIF ASSEMBLEIANA J. SALUSTIANO |
| POLO III – ÁGUA BRANCA | |
| 27 | 15086470 - EMEIF ALOISIO DA COSTA CHAVES |
| 28 | 15085970 - E M E I F DAMIANA MONT. PINHEIRO |
| 29 | 15147401 - E M E I F NOVA ESPERANCA II |
| 30 | 15168077 - EMEIF EDIVAN PEREIRA C. DA SILVA |
| POLO IV – PA 140 | |
| 31 | 15555437 - E M E I F ODIL PONTES |
| 32 | 15086518 - E M E I F PROFª ANTONIETA PAIVA MACIEL |
| 33 | 15577210 - E M E I F ANTÔNIO JUVENCIO |
| 34 | 15086763 - E M E I F SAO LUIZ |
| 35 | 15086054 - E M E I F ESTRELA DO NORTE |
| 36 | 15087018 - E M E I F QUIL. VER BENEDITO SOTERO DE ALMEIDA |
| 37 | 15175286 - EMEIF BENEDITO ALVES BANDEIRA |
| POLO V - JAMIC/VILA NOVA | |
| 38 | 15085686 - E M E I F ACAITEUA |
| 39 | 15085538 - E M E I F ESPERANCA |
| 40 | 15565661 - E M E I F INDIGENA ACARA MIRIM |
| 41 | 15085619 - E M E I F IPIRANGA |
| 42 | 15086291 - E M E I F LUZIA PIRES AMÂCIO |
| 43 | 15087000 - E M E I F UNIAO |
| 44 | 15118169 - E M E I F INDIGENA ZANE TUERUMO |
| POLO VI – VILA SOCORRO/RAMAL IPITINGA | |

| | |
|--|---|
| 45 | 15085910 - E M E I F CASTELO BRANCO |
| 46 | 15086410 - E M E I F DR GEDEAO CHAVES |
| 47 | 15086631 - E M E I F S. CORACAO DE JESUS |
| 48 | 15086496 - E M E I F NELITO MARQUES CORREA |
| 49 | 15085902 - E M E I F CASTANHAL |
| 50 | 15086259 - EMEIF QUILOMBOLA MONTE CRISTO |
| 51 | 15086887 - E M E I F BOM JESUS |
| POLO VII - FORQUILHA | |
| 52 | 15085627 - E M E I F COSTA E SILVA |
| 53 | 15086089 - E M E F FRANCISCO PORTILHO |
| 54 | 15165078 - EMEF GENIVAL ALVES CAVALCANTE |
| 55 | 15086127 - E M E I F JARBAS PASSARINHO |
| 56 | 15085996 - E M E I F NOVA VIDA |
| 57 | 15172872 - E M E I F JOAO SOARES DA SILVA |
| 58 | 15086917 - E M E I F SANTA ROSA |
| 59 | 15565823 - E M E I F ALUIZIO FURTADO |
| 60 | 15555429 - E M E I F VER RIBAMAR BRAGA MATIAS |
| 61 | 15085759 - E M E I F BARBARA REIS DE MATOS |
| 62 | 15116034 - E M E I F ANNA Mª REIS PIMENTEL |
| PÓLO VIII - MARIQUITA VILA SÃO JOÃO | |
| 63 | 15577180 - E M E I F OURO VERDE |
| 64 | 15086542 - E M E I F RODA D ÁGUA |
| 65 | 15086950 - E M E I F INDIGENA TENETEHARA |
| 66 | 15169308 - EMEIF INDIGENA PITAWA |
| 67 | 15204804 - E M E I F INDÍGENA WIRAHU |
| 68 | 15087026 - E M E I F VILA SAO JOAO |
| 69 | 15172864 - EMEIFI ARAR ZENAY |
| POLO IX – MARUPAÚBA | |
| 70 | 15086216 - E M E I F FLORENCIA INGLIS DE PAIVA |
| 71 | 15538672 - E M E I F Q. PROFº CRESCENCIO DA GRACA PAIVA |
| 72 | 15086704 - E M E I F SAO CARLOS |
| 73 | 15086577 - E M E I F QUILOMBOLA ROSA DE SARON |
| 74 | 15587045 - E M E I F QUILOMBOLA FORTE DO CASTELO |
| POLO X – BREU/CURUNUMA | |
| 75 | 15085694 - E M E I F ALACID NUNES |
| 76 | 15086526 - E M E I F PROGRESSO BRASILEIRO |
| 77 | 15086429 - E M E I F JOSÉ MARIA NONATO DE ALMEIDA |
| 78 | 15086348 - E M E I F MANOEL PEDRO FERREIRA |
| 79 | 15086607 - E M E I F SAO MARCOS |
| 80 | 15086933 - E M E I F SANTO AFONSO |
| 81 | 15173585 - E M E I F PROFª Mª IVANEIDE N. LOURENC. |
| PÓLO XI – RAMAL UBIM | |
| 82 | 15147436 - E M E I F N. SENHORA APARECIDA |
| 83 | 15086569 - E M E I F RODRIGUES PINAGES |
| 84 | 15086186 - E M E I F MARIQUITA ROSARIO |
| POLO XII – RAMAL AREIAL | |
| 85 | 15533042 - E M E I F COLONIA DO AREIAL |
| 86 | 15173755 - EMEIFI KUNAWARU |
| 87 | 15086550 - E M E I F RODRIGUES PINAGES II |
| 88 | 15147410 - E M E I F SAO JOAQUIM |

Conforme demonstrativo consolidado, a rede municipal apresenta um total de 17.912 alunos, distribuídos entre 9.250 do sexo masculino e 8.662 do sexo feminino, abrangendo 88 unidades escolares, o que demonstra a amplitude da política pública e a necessidade de planejamento adequado para o fornecimento dos uniformes.

A distribuição dos alunos por etapa/modalidade de ensino foi considerada como base para a definição das quantidades, conforme detalhamento a seguir:

a) Educação Infantil (Creche II ao Pré II) – 4.393 alunos

- Creche II (2 anos): 439 alunos
- Creche III (3 anos): 1.118 alunos
- Pré I (4 anos): 1.430 alunos
- Pré II (5 anos): 1.406 alunos

b) Anos Iniciais (1º ao 5º ano) – 7.244 alunos

- 1º ano: 1.361 alunos
- 2º ano: 1.486 alunos
- 3º ano: 1.423 alunos
- 4º ano: 1.437 alunos
- 5º ano: 1.537 alunos

c) Anos Finais (6º ao 9º ano) – 5.571 alunos

- 6º ano: 1.319 alunos
- 7º ano: 1.462 alunos
- 8º ano: 1.386 alunos
- 9º ano: 1.404 alunos

d) Educação de Jovens e Adultos – EJA (1ª à 4ª etapa) – 704 alunos

- 1ª etapa: 154 alunos
- 2ª etapa: 108 alunos
- 3ª etapa: 200 alunos
- 4ª etapa: 242 alunos

A partir dessa base quantitativa, a Administração estruturou a composição dos kits de uniforme escolar de acordo com a etapa de ensino, faixa etária e necessidades específicas dos alunos, assegurando padronização, conforto, funcionalidade e adequação às atividades pedagógicas desenvolvidas.

Conforme estabelecido no DFD, cada aluno receberá quantitativo específico de peças, nos seguintes termos:

- Educação Infantil e Anos Iniciais (feminino):
01 camisa, 01 short saia, 01 calça e 01 bermuda;
- Educação Infantil e Anos Iniciais (masculino):
01 camisa, 01 short, 01 calça e 01 bermuda;
- Uniforme complementar (modelo regata – quando aplicável):
01 camisa regata, 01 calça e 01 bermuda;
- Anos Finais (feminino):
01 camisa, 01 short saia e 01 calça;
- Anos Finais (masculino):
01 camisa, 01 short e 01 calça;
- Educação de Jovens e Adultos – EJA:
01 camisa e 01 calça.

Ressalta-se que a estimativa não foi definida de forma genérica, mas sim construída a partir de critérios objetivos e mensuráveis, considerando:

- O número efetivo de matrículas por etapa de ensino;
- A divisão por sexo, quando aplicável à composição dos kits;
- A especificidade das peças por faixa etária;
- A adequação dos uniformes às atividades escolares;
- A necessidade de identificação visual dos alunos;
- E a padronização institucional da rede municipal.

Adicionalmente, a listagem detalhada de itens constante no DFD evidencia que cada peça foi quantificada individualmente por série/ano e por tipo (camisetas, shorts, bermudas, calças e regatas), o que reforça a precisão da estimativa e sua aderência à demanda real da rede de ensino.

A definição das quantidades também considera a finalidade pública do fornecimento de uniformes escolares, que consiste em promover a igualdade entre os alunos, reduzir desigualdades socioeconômicas,

fortalecer o sentimento de pertencimento à rede de ensino, melhorar a identificação no ambiente escolar e contribuir para a organização e segurança nas unidades educacionais.

Dessa forma, conclui-se que a estimativa de quantidades se encontra devidamente fundamentada em dados concretos e atualizados da rede municipal de ensino, apresentando-se compatível com a demanda real, tecnicamente adequada e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento da contratação pública, não havendo indícios de superdimensionamento ou subdimensionamento do objeto

7.1.COMPARATIVO DE QUANTITATIVO COM A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO EXERCICIO DE 2025 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-2025-1001001

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | 2025 | 2026 | DIFERENÇA | JUSTIFICATIVA |
|------|--|-----|--------|------|-----------|---|
| 1 | CAMISETA MANGA CURTA - CRECHE FEMININO | UND | X | 745 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 2 | SHORT SAIA - CRECHE FEMININO | UND | X | 745 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 3 | CAMISETA CRECHE MASCULINO | UND | 12.000 | 809 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 4 | CALÇA CRECHE MASCULINO | UND | 1.200 | 809 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 5 | CAMISETA MANGA CURTA PRÉ ESCOLAR FEMININO | UND | X | 807 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 6 | SHORT SAIA PRÉ-ESCOLAR FEMININO | UND | 1.600 | 807 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 7 | CAMISETA MANGA CURTA PRÉ-ESCOLAR MASCULINO | UND | X | 746 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 8 | CALÇA PRÉ-ESCOLAR MASCULINO | UND | 1.700 | 835 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 9 | CAMISETA MANGA CURTA 1º ANO FEMININO | UND | 900 | 835 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 10 | SHORT SAIA 1º ANO FEMININO | UND | 900 | 789 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |

| | | | | | | |
|----|--|-----|-------|-----|-------|---|
| 11 | CAMISETA MANGA CURTA 1º ANO MASCULINO | UND | 1.000 | 902 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 12 | CALÇA 1º ANO MASCULINO | UND | 1.000 | 902 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 13 | CAMISETA MANGA CURTA 2º ANO FEMININO | UND | 1.000 | 695 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 14 | SHORT SAIA 2º ANO FEMININO | UND | 1.000 | 756 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 15 | CAMISETA MANGA CURTA 2º ANO MASCULINO | UND | 1.250 | 763 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 16 | CALÇA 2º ANO MASCULINO | UND | 1.250 | 845 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 17 | CAMISETA MANGA CURTA 3º ANO FEMININO | UND | 1.000 | 706 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 18 | SHORT SAIA 3º ANO FEMININO | UND | 1.000 | 818 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 19 | CAMISETA MANGA CURTA 3º ANO MASCULINO | UND | 1.200 | 730 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 20 | CALÇA 3º ANO MASCULINO | UND | 1.200 | 814 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 21 | CAMISETA MANGA CURTA 4º ANO FEMININO | UND | 1.000 | 384 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 22 | SHORT SAIA 4º ANO FEMININO | UND | 1.000 | 391 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 23 | CAMISETA MANGA CURTA 4º ANO MASCULINO | UND | 1.000 | 752 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |

| | | | | | | |
|----|---------------------------------------|-----|-------|-----|-------|---|
| 24 | CALÇA 4º ANO MASCULINO | UND | 1.000 | 752 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 25 | CAMISETA MANGA CURTA 5º ANO FEMININO | UND | 1.000 | 745 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 26 | SHORT SAIA 5º ANO FEMININO | UND | 1.000 | 745 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 27 | CAMISETA MANGA CURTA 5º ANO MASCULINO | UND | 1.100 | 826 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 28 | CALÇA 5º ANO MASCULINO | UND | 1.100 | 826 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 29 | CAMISETA MANGA CURTA 6º ANO FEMININO | UND | 1.000 | 809 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 30 | CAMISETA MANGA CURTA 6º ANO MASCULINO | UND | 1.000 | 809 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 31 | CAMISETA MANGA CURTA 7º ANO FEMININO | UND | 1.000 | 758 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 32 | CAMISETA MANGA CURTA 7º ANO MASCULINO | UND | 1.200 | 758 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 33 | CAMISETA MANGA CURTA 8º ANO FEMININO | UND | 1.200 | 807 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 34 | CAMISETA MANGA CURTA 8º ANO MASCULINO | UND | 1.300 | 807 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 35 | CAMISETA MANGA CURTA 9º ANO FEMININO | UND | 1.100 | 746 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 36 | CAMISETA MANGA CURTA 9º ANO MASCULINO | UND | 1.100 | 835 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |

| | | | | | | |
|----|---------------------------------------|-----|-------|-----|-------|---|
| 37 | CAMISETA MANGA CURTA EJA MASCULINO | UND | X | 835 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 38 | CAMISETA MANGA CURTA EJA FEMININO | UND | 704 | 789 | MAIS | Aumento justificado em razão de insuficiência verificada no processo anterior, tendo sido identificada escassez de itens para atendimento integral da demanda da rede municipal. |
| 39 | CAMISETA REGATA CRECHE FEMININO | UND | X | 789 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 40 | CAMISETA REGATA CRECHE MASCULINO | UND | X | 902 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 41 | BERMUDA CRECHE FEMININO | UND | 1.000 | 902 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 42 | BERMUDA CRECHE MASCULINO | UND | 1.200 | 695 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 43 | CAMISETA REGATA PRÉ ESCOLAR FEMININO | UND | X | 695 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 44 | CAMISETA REGATA PRÉ ESCOLAR MASCULINO | UND | X | 756 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 45 | BERMUDA PRÉ ESCOLAR FEMININO | UND | 1.600 | 756 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 46 | BERMUDA PRÉ ESCOLAR MASCULINO | UND | 1.700 | 763 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 47 | CAMISETA REGATA FEMININO 1º ANO | UND | X | 763 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 48 | BERMUDA FEMININA 1º ANO | UND | 900 | 845 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 49 | CAMISETA REGATA MASCULINO 1º ANO | UND | X | 845 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 50 | BERMUDA MASCULINA 1º ANO | UND | 1.000 | 706 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 51 | CAMISETA REGATA FEMININO 2º ANO | UND | X | 706 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |

| | | | | | | |
|----|----------------------------------|-----|-------|-----|-------|---|
| 52 | BERMUDA FEMININA 2º ANO | UND | 1.000 | 818 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 53 | CAMISETA REGATA MASCULINO 2º ANO | UND | X | 818 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 54 | BERMUDA MASCULINA 2º ANO | UND | 1.250 | 730 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 55 | CAMISETA REGATA FEMININO 3º ANO | UND | X | 730 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 56 | BERMUDA FEMININA 3º ANO | UND | 1.000 | 814 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 57 | CAMISETA REGATA MASCULINO 3º ANO | UND | X | 814 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 58 | BERMUDA MASCULINA 3º ANO | UND | 1.200 | 752 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 59 | CAMISETA REGATA FEMININO 4º ANO | UND | X | 752 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 60 | BERMUDA FEMININA 4º ANO | UND | 1.000 | 826 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 61 | CAMISETA REGATA MASCULINO 4º ANO | UND | X | 826 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 62 | BERMUDA MASCULINA 4º ANO | UND | 1.000 | 758 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 63 | CAMISETA REGATA FEMININO 5º ANO | UND | X | 758 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 64 | BERMUDA FEMININA 5º ANO | UND | 1.000 | 746 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 65 | CAMISETA REGATA MASCULINO 5º ANO | UND | X | 789 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 66 | BERMUDA MASCULINA 5º ANO | UND | 1.100 | 746 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |

| | | | | | | |
|----|----------------------------------|-----|-------|-------|-------|---|
| 67 | CAMISETA REGATA FEMININO 6º ANO | UND | X | 847 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 68 | BERMUDA FEMININA 6º ANO | UND | 1.000 | 866 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 69 | CAMISETA REGATA MASCULINO 6º ANO | UND | X | 847 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 70 | BERMUDA MASCULINA 6º ANO | UND | 1.100 | 866 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 71 | CAMISETA REGATA FEMININO 7º ANO | UND | X | 866 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 72 | BERMUDA FEMININA 7º ANO | UND | 1.000 | 847 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 73 | CAMISETA REGATA MASCULINO 7º ANO | UND | X | 866 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 74 | BERMUDA MASCULINA 7º ANO | UND | 1.200 | 847 | MENOS | Redução justificada pela racionalização da demanda e levantamento da real necessidade, considerando que parte dos alunos já foi atendida por meio de aditivos contratuais do processo anterior. |
| 75 | CAMISETA REGATA FEMININO 8º ANO | UND | X | 1.525 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 76 | BERMUDA FEMININA 8º ANO | UND | 1.200 | 1.595 | MAIS | Aumento justificado em razão de insuficiência verificada no processo anterior, tendo sido identificadas escassez de itens para atendimento integral da demanda da rede municipal. |
| 77 | CAMISETA REGATA MASCULINO 8º ANO | UND | X | 1.525 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 78 | BERMUDA MASCULINA 8º ANO | UND | 1.300 | 1.595 | MAIS | Aumento justificado em razão de insuficiência verificada no processo anterior, tendo sido identificadas escassez de itens para atendimento integral da demanda da rede municipal. |
| 79 | CAMISETA REGATA FEMININO 9º ANO | UND | X | 1.525 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |
| 80 | BERMUDA FEMININA 9º ANO | UND | 1.100 | 1.595 | MAIS | Aumento justificado em razão de insuficiência verificada no processo anterior, tendo sido identificadas escassez de itens para atendimento integral da demanda da rede municipal. |
| 81 | CAMISETA REGATA MASCULINO 9º ANO | UND | X | 1.525 | NOVA | Demanda nova, não constante no processo anterior, decorrente de projeto da Administração para fornecimento de uniforme de educação física. |

| | | | | | | |
|----|--------------------------|-----|-------|-------|------|--|
| 82 | BERMUDA MASCULINA 9º ANO | UND | 1.100 | 1.595 | MAIS | Aumento justificado em razão de insuficiência verificada no processo anterior, tendo sido identificada escassez de itens para atendimento integral da demanda da rede municipal. |
|----|--------------------------|-----|-------|-------|------|--|

ANÁLISE TÉCNICA DO MAPA COMPARATIVO

A análise comparativa entre os quantitativos previstos na Ata de Registro de Preços do exercício de 2025 e a estimativa atual para o exercício de 2026 evidencia evolução significativa no planejamento da contratação, com adoção de critérios técnicos mais precisos e aderentes à realidade da rede municipal de ensino.

Observa-se que o processo anterior apresentava, em sua maioria, quantitativos padronizados e arredondados, frequentemente fixados em patamares como 1.000, 1.100, 1.200 ou 1.300 unidades por item, o que indica ausência de lastro direto em dados concretos de matrícula ou em levantamento detalhado da demanda. Tal característica, embora operacionalmente viável à época, revela margem para distorções entre a quantidade contratada e a efetiva necessidade da Administração.

Por outro lado, a estimativa atual foi elaborada com base em levantamento técnico detalhado, fundamentado no número real de alunos matriculados na rede municipal de ensino, segmentado por etapa educacional, série e sexo, conforme dados consolidados no Documento de Formalização de Demanda – DFD e seu respectivo anexo. Essa metodologia confere maior precisão à estimativa, permitindo o dimensionamento individualizado de cada item do uniforme escolar, com base na população efetivamente atendida.

No que se refere aos itens classificados como “MENOS”, verifica-se redução expressiva de quantitativos em relação ao processo anterior. Tal redução não decorre de diminuição da demanda educacional, mas sim de processo de racionalização administrativa, aliado ao levantamento da real necessidade de fornecimento. Importa destacar que, no início do ano letivo, parte dos alunos já havia sido contemplada com uniformes oriundos de aditivos contratuais do processo anterior, o que impactou diretamente na necessidade de novas aquisições. Dessa forma, a diminuição dos quantitativos reflete adequação ao cenário atual, evitando sobrecontratação e promovendo o uso eficiente dos recursos públicos.

Em relação aos itens classificados como “NOVA”, verifica-se a introdução de novos componentes no objeto da contratação, notadamente relacionados à implementação de uniforme específico para atividades de educação física, como camisas em modelo regata. Tal ampliação do escopo decorre de identificação de novas necessidades pedagógicas e institucionais por parte da Administração, alinhadas à melhoria das condições de participação dos alunos nas atividades escolares, bem como ao fortalecimento da padronização visual da rede de ensino. Ressalta-se que tais itens não constavam no processo anterior, caracterizando inovação no planejamento da política pública de fornecimento de uniformes.

Por sua vez, os itens classificados como “MAIS” demonstram incremento pontual de quantitativos em relação à Ata de 2025. Essa variação decorre de diagnóstico de insuficiência no fornecimento anterior, no qual se constatou escassez de determinados itens para atendimento integral da demanda. Assim, o aumento verificado não representa expansão arbitrária, mas sim correção de distorções anteriormente identificadas, com vistas a garantir cobertura adequada e evitar desabastecimento ao longo do ano letivo.

De forma geral, o mapa comparativo evidencia transição de um modelo estimativo genérico para um modelo baseado em dados reais e critérios técnicos, alinhado aos princípios do planejamento, eficiência e economicidade, previstos na Lei nº 14.133/2021. A metodologia adotada no exercício atual demonstra maturidade administrativa, uma vez que incorpora variáveis como estoque remanescente, atendimento prévio por meio de aditivos contratuais, evolução da matrícula escolar e ampliação de políticas educacionais.

Ademais, a individualização das justificativas por item reforça a transparência e a rastreabilidade das decisões administrativas, permitindo controle efetivo pelos órgãos de fiscalização e evidenciando que as variações de quantitativos possuem motivação técnica específica, afastando qualquer indício de arbitrariedade.

Diante do exposto, conclui-se que os quantitativos estimados para o exercício de 2026 encontram-se devidamente fundamentados, compatíveis com a demanda real da rede municipal de ensino e adequados às diretrizes de planejamento da contratação pública, representando avanço qualitativo em relação ao processo anterior e contribuindo para a otimização da aplicação dos recursos públicos.

7.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS CONTRATOS ORIUNDO DA ATA DEREGRISTRO DE PREÇO (2025) – ANÁLISE DOS EMPENHOS

Com o objetivo de demonstrar a execução financeira do contrato decorrente do Pregão nº 9-2025-1001001, foram analisados os empenhos emitidos no âmbito da contratação de fornecimento de uniformes escolares, vinculados ao Contrato nº 20250259, bem como empenho complementar referente ao Contrato nº 20260068.

A análise evidencia que a execução do objeto ocorreu de forma contínua ao longo do exercício, mediante a emissão de múltiplos empenhos, distribuídos entre diferentes dotações orçamentárias, destacando-se recursos oriundos da Receita de Impostos e Transferências vinculadas à Educação e da Transferência do Salário-Educação, o que demonstra adequada articulação orçamentária para viabilização da política pública educacional.

Os empenhos identificados totalizam o montante de R\$ 6.465.955,00, evidenciando execução financeira expressiva e compatível com a abrangência do objeto contratado, que envolve o atendimento de toda a rede municipal de ensino.

A distribuição dos valores ao longo de diferentes empenhos revela que a execução contratual não se limitou a uma única etapa, tendo ocorrido de forma escalonada, conforme a evolução da demanda administrativa e a necessidade de reposição e complementação dos itens fornecidos.

Nesse contexto, verifica-se que a execução financeira do contrato foi robusta, refletindo o elevado volume de itens fornecidos e a abrangência do atendimento aos alunos da rede municipal.

Adicionalmente, a emissão de empenhos em diferentes momentos do exercício demonstra a existência de complementação de demanda ao longo do período, o que indica que a necessidade de fornecimento ultrapassou o planejamento inicial, exigindo ajustes operacionais por parte da Administração.

Tal cenário evidencia, ainda, indícios da utilização de instrumentos de ajuste contratual, como aditivos, com a finalidade de assegurar a continuidade do fornecimento e evitar desabastecimento nas unidades escolares, especialmente diante da dinâmica da matrícula e das demandas pedagógicas.

Outro ponto relevante identificado na análise é a possível ocorrência de subdimensionamento inicial do objeto, uma vez que o volume de execução financeira e a necessidade de múltiplos empenhos complementares indicam que a estimativa originalmente adotada não foi suficiente para atender integralmente a demanda real da rede municipal ao longo do exercício.

Esse diagnóstico encontra plena convergência com o mapa comparativo de quantitativos elaborado no presente processo, o qual demonstra ajustes relevantes entre o cenário anterior e a estimativa atual, especialmente no que se refere à correção de distorções e à adequação da contratação à realidade da rede de ensino.

Dessa forma, conclui-se que a execução financeira do contrato evidencia não apenas a efetiva utilização dos recursos públicos destinados à política de fornecimento de uniformes escolares, mas também fornece subsídios técnicos relevantes para o aprimoramento do planejamento da nova contratação, reforçando a necessidade de estimativas mais precisas, baseadas em dados reais e atualizados.

Por fim, destaca-se que os elementos ora analisados fortalecem a justificativa da presente contratação, na medida em que demonstram a aderência entre a demanda administrativa e a execução contratual, bem como a evolução da capacidade de planejamento da Administração Pública, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.3. RELATÓRIOS DE EMPENHOS PE SRP Nº 9-2025-1001001

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº 202600008

Solicitamos a emissão de nota de empenho para os itens abaixo discriminados referente ao processo administrativo.

Processo.....: Pregão - 9-2025-1001001

Contrato nº.: 20250259 Data da inclusão.: 05/02/2026 Fornecedor...: 083680 - ABRANTES

COMERCIAL LTDA

Dotação : 2.059 - 3.3.90.30.00 - 3.3.90.30.23 Fonte de Recurso : 15500000 - Transferência do Salário-Educação

| Código | Descrição | Unidade | Quantidade | Vr.Unitario | Vr.Total |
|--------|---------------------------------------|---------|------------|-------------|------------|
| 103983 | BERMUDA FEMININA 1º ANO | UNIDADE | 536,0000 | 61,500 | 32.964,000 |
| 103988 | BERMUDA FEMININA 2º ANO | UNIDADE | 445,0000 | 61,500 | 27.367,500 |
| 103985 | BERMUDA MASCULINA 1º ANO | UNIDADE | 388,0000 | 61,500 | 23.862,000 |
| 103990 | BERMUDA MASCULINA 2º ANO | UNIDADE | 224,0000 | 61,500 | 13.776,000 |
| 103947 | CALÇA 1º ANO MASCULINO | UNIDADE | 388,0000 | 84,200 | 32.669,600 |
| 103951 | CALÇA 2º ANO MASCULINO | UNIDADE | 224,0000 | 84,200 | 18.860,800 |
| 103955 | CALÇA 3º ANO MASCULINO | UNIDADE | 290,0000 | 84,200 | 24.418,000 |
| 103959 | CALÇA 4º ANO MASCULINO | UNIDADE | 577,0000 | 84,200 | 48.583,400 |
| 103963 | CALÇA 5º ANO MASCULINO | UNIDADE | 407,0000 | 84,200 | 34.269,400 |
| 103943 | CALÇA PRE-ESCOLAR MASCULINO | UNIDADE | 1047,0000 | 84,200 | 88.157,400 |
| 103946 | CAMISETA 1º ANO MASCULINO | UNIDADE | 388,0000 | 54,000 | 20.952,000 |
| 103950 | CAMISETA 2º ANO MASCULINO | UNIDADE | 224,0000 | 54,000 | 12.096,000 |
| 103954 | CAMISETA 3º ANO MASCULINO | UNIDADE | 290,0000 | 54,000 | 15.660,000 |
| 103958 | CAMISETA 4º ANO MASCULINO | UNIDADE | 577,0000 | 54,000 | 31.158,000 |
| 103962 | CAMISETA 5º ANO MASCULINO | UNIDADE | 407,0000 | 54,000 | 21.978,000 |
| 103964 | CAMISETA 6º ANO FEMININO | UNIDADE | 279,0000 | 54,000 | 15.066,000 |
| 103965 | CAMISETA 6º ANO MASCULINO | UNIDADE | 318,0000 | 54,000 | 17.172,000 |
| 103966 | CAMISETA 7º ANO FEMININO | UNIDADE | 340,0000 | 54,000 | 18.360,000 |
| 103967 | CAMISETA 7º ANO MASCULINO | UNIDADE | 366,0000 | 54,000 | 19.764,000 |
| 103968 | CAMISETA 8º ANO FEMININO | UNIDADE | 154,0000 | 54,000 | 8.316,000 |
| 103969 | CAMISETA 8º ANO MASCULINO | UNIDADE | 259,0000 | 54,000 | 13.986,000 |
| 103971 | CAMISETA 9 ANO MASCULINO | UNIDADE | 324,0000 | 54,000 | 17.496,000 |
| 103970 | CAMISETA 9º ANO FEMININO | UNIDADE | 372,0000 | 54,000 | 20.088,000 |
| 103973 | CAMISETA EJA FEMININO | UNIDADE | 211,0000 | 54,000 | 11.394,000 |
| 103972 | CAMISETA EJA MASCULINO | UNIDADE | 200,0000 | 54,000 | 10.800,000 |
| 103982 | CAMISETA REGATA FEMININO 1º ANO | UNIDADE | 536,0000 | 54,000 | 28.944,000 |
| 103987 | CAMISETA REGATA FEMININO 2º ANO | UNIDADE | 445,0000 | 54,000 | 24.030,000 |
| 103984 | CAMISETA REGATA MASCULINO 1º ANO | UNIDADE | 388,0000 | 54,000 | 20.952,000 |
| 103989 | CAMISETA REGATA MASCULINO 2º ANO | UNIDADE | 224,0000 | 54,000 | 12.096,000 |
| 103978 | CAMISETA REGATA PRE ESCOLAR FEMININO | UNIDADE | 1101,0000 | 54,000 | 59.454,000 |
| 103979 | CAMISETA REGATA PRE ESCOLAR MASCULINO | UNIDADE | 1047,0000 | 54,000 | 56.538,000 |
| 103957 | SHORT SAIA 4º ANO FEMININO | UNIDADE | 379,0000 | 67,900 | 25.734,100 |
| 103961 | SHORT SAIA 5º ANO FEMININO | UNIDADE | 360,0000 | 67,900 | 24.444,000 |
| 103941 | SHORT SAIA PRE-ESCOLAR FEMININO | UNIDADE | 1101,0000 | 67,900 | 74.757,900 |

Dotação: 2.059-3.3.90.30.00-3.3.90.30.23-15500000 -Transferência do Salário-Educação Total da dotação.: 926.164,100

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº
202500001

Solicitamos a emissão de nota de empenho para os itens abaixo discriminados referente ao processo administrativo.

Processo.....: Pregão - 9-2025-1001001

Contrato nº.: 20250259 Data da inclusão.: 07/05/2025 Fornecedor...: 083680 - ABRANTES

COMERCIAL LTDA

Dotação : 2.060 - 3.3.90.30.00 - 3.3.90.30.23 Fonte de Recurso : 15500000 - Transferência do Salário-Educação

| Código | Descrição | Unidade | Quantidade | Vr.Unitario | Vr.Total |
|--------|----------------------------------|---------|------------|-------------|-------------|
| 103983 | BERMUDA FEMININA 1º ANO | UNIDADE | 771,0000 | 61,500 | 47.416,500 |
| 103988 | BERMUDA FEMININA 2º ANO | UNIDADE | 711,0000 | 61,500 | 43.726,500 |
| 103992 | BERMUDA FEMININA 3º ANO | UNIDADE | 701,0000 | 61,500 | 43.111,500 |
| 103996 | BERMUDA FEMININA 4º ANO | UNIDADE | 734,0000 | 61,500 | 45.141,000 |
| 104000 | BERMUDA FEMININA 5º ANO | UNIDADE | 660,0000 | 61,500 | 40.590,000 |
| 104005 | BERMUDA FEMININA 6º ANO | UNIDADE | 718,0000 | 61,500 | 44.157,000 |
| 104009 | BERMUDA FEMININA 7º ANO | UNIDADE | 677,0000 | 61,500 | 41.635,500 |
| 104013 | BERMUDA FEMININA 8º ANO | UNIDADE | 718,0000 | 61,500 | 44.157,000 |
| 104017 | BERMUDA FEMININA 9º ANO | UNIDADE | 699,0000 | 61,500 | 42.988,500 |
| 103985 | BERMUDA MASCULINA 1º ANO | UNIDADE | 744,0000 | 61,500 | 45.756,000 |
| 103990 | BERMUDA MASCULINA 2º ANO | UNIDADE | 760,0000 | 61,500 | 46.740,000 |
| 103994 | BERMUDA MASCULINA 3º ANO | UNIDADE | 774,0000 | 61,500 | 47.601,000 |
| 103998 | BERMUDA MASCULINA 4º ANO | UNIDADE | 827,0000 | 61,500 | 50.860,500 |
| 104003 | BERMUDA MASCULINA 5º ANO | UNIDADE | 722,0000 | 61,500 | 44.403,000 |
| 104007 | BERMUDA MASCULINA 6º ANO | UNIDADE | 776,0000 | 61,500 | 47.724,000 |
| 104011 | BERMUDA MASCULINA 7º ANO | UNIDADE | 827,0000 | 61,500 | 50.860,500 |
| 104015 | BERMUDA MASCULINA 8º ANO | UNIDADE | 858,0000 | 61,500 | 52.767,000 |
| 104019 | BERMUDA MASCULINA 9º ANO | UNIDADE | 747,0000 | 61,500 | 45.940,500 |
| 150938 | BERMUDA PRE ESCOLAR FEMININA | UNIDADE | 1405,0000 | 61,500 | 86.407,500 |
| 150939 | BERMUDA PRE ESCOLAR MASCULINA | UNIDADE | 1388,0000 | 61,500 | 85.362,000 |
| 103947 | CALÇA 1º ANO MASCULINO | UNIDADE | 744,0000 | 84,200 | 62.644,800 |
| 103951 | CALÇA 2º ANO MASCULINO | UNIDADE | 760,0000 | 84,200 | 63.992,000 |
| 103955 | CALÇA 3º ANO MASCULINO | UNIDADE | 774,0000 | 84,200 | 65.170,800 |
| 103959 | CALÇA 4º ANO MASCULINO | UNIDADE | 827,0000 | 84,200 | 69.633,400 |
| 103963 | CALÇA 5º ANO MASCULINO | UNIDADE | 722,0000 | 84,200 | 60.792,400 |
| 103943 | CALÇA PRE-ESCOLAR MASCULINO | UNIDADE | 1388,0000 | 84,200 | 116.869,600 |
| 116647 | CAMISA PRE-ESCOLAR FEMININO | UNIDADE | 1405,0000 | 54,000 | 75.870,000 |
| 116648 | CAMISETA 1º ANO FEMININA | UNIDADE | 771,0000 | 54,000 | 41.634,000 |
| 103946 | CAMISETA 1º ANO MASCULINO | UNIDADE | 744,0000 | 54,000 | 40.176,000 |
| 116650 | CAMISETA 2º ANO FEMININA | UNIDADE | 711,0000 | 54,000 | 38.394,000 |
| 103950 | CAMISETA 2º ANO MASCULINO | UNIDADE | 760,0000 | 54,000 | 41.040,000 |
| 116652 | CAMISETA 3º ANO FEMININA | UNIDADE | 701,0000 | 54,000 | 37.854,000 |
| 103954 | CAMISETA 3º ANO MASCULINO | UNIDADE | 774,0000 | 54,000 | 41.796,000 |
| 116654 | CAMISETA 4º ANO FEMININA | UNIDADE | 734,0000 | 54,000 | 39.636,000 |
| 103958 | CAMISETA 4º ANO MASCULINO | UNIDADE | 827,0000 | 54,000 | 44.658,000 |
| 116655 | CAMISETA 5º ANO FEMININA | UNIDADE | 660,0000 | 54,000 | 35.640,000 |
| 103962 | CAMISETA 5º ANO MASCULINO | UNIDADE | 722,0000 | 54,000 | 38.988,000 |
| 103964 | CAMISETA 6º ANO FEMININO | UNIDADE | 718,0000 | 54,000 | 38.772,000 |
| 103965 | CAMISETA 6º ANO MASCULINO | UNIDADE | 776,0000 | 54,000 | 41.904,000 |
| 103966 | CAMISETA 7º ANO FEMININO | UNIDADE | 677,0000 | 54,000 | 36.558,000 |
| 103967 | CAMISETA 7º ANO MASCULINO | UNIDADE | 827,0000 | 54,000 | 44.658,000 |
| 103968 | CAMISETA 8º ANO FEMININO | UNIDADE | 718,0000 | 54,000 | 38.772,000 |
| 103969 | CAMI 8º ANO MASCULINO SETA | UNIDADE | 858,0000 | 54,000 | 46.332,000 |
| 103971 | CAMI 9 ANO MASCULINO SETA | UNIDADE | 747,0000 | 54,000 | 40.338,000 |
| 103970 | CAMI 9º ANO FEMININO SETA | UNIDADE | 699,0000 | 54,000 | 37.746,000 |
| 103973 | CAMI EJA FEMININO SETA | UNIDADE | 1000,0000 | 54,000 | 54.000,000 |
| 103972 | CAMI EJA MASCULINO SETA | UNIDADE | 1000,0000 | 54,000 | 54.000,000 |
| 116657 | CAMI PRE-ESCOLAR SETA MASCULINO | UNIDADE | 1388,0000 | 54,000 | 74.952,000 |
| 116656 | CAMI REGATA FEMININA 4º SETA ANO | UNIDADE | 734,0000 | 54,000 | 39.636,000 |
| 103982 | CAMI REGATA FEMININO 1º SETA ANO | UNIDADE | 771,0000 | 54,000 | 41.634,000 |
| 103987 | CAMI REGATA FEMININO 2º SETA ANO | UNIDADE | 711,0000 | 54,000 | 38.394,000 |

| | | | | | |
|--------|--|---------|-----------|--------|------------|
| 103991 | CAMI REGATA FEMININO 3º SETA ANO | UNIDADE | 701,0000 | 54,000 | 37.854,000 |
| 103999 | CAMI REGATA FEMININO 5º SETA ANO | UNIDADE | 660,0000 | 54,000 | 35.640,000 |
| 104004 | CAMI REGATA FEMININO 6º SETA ANO | UNIDADE | 718,0000 | 54,000 | 38.772,000 |
| 104008 | CAMI REGATA FEMININO 7º SETA ANO | UNIDADE | 677,0000 | 54,000 | 36.558,000 |
| 104012 | CAMI REGATA FEMININO 8º SETA ANO | UNIDADE | 718,0000 | 54,000 | 38.772,000 |
| 104016 | CAMI REGATA FEMININO 9º SETA ANO | UNIDADE | 699,0000 | 54,000 | 37.746,000 |
| 104014 | CAMI REGATA MASCULINO 8º SETA ANO | UNIDADE | 858,0000 | 54,000 | 46.332,000 |
| 103984 | CAMI REGATA MASCULINO 1º SETA ANO | UNIDADE | 744,0000 | 54,000 | 40.176,000 |
| 103989 | CAMI REGATA MASCULINO 2º SETA ANO | UNIDADE | 760,0000 | 54,000 | 41.040,000 |
| 103993 | CAMI REGATA MASCULINO 3º SETA ANO | UNIDADE | 774,0000 | 54,000 | 41.796,000 |
| 103997 | CAMI REGATA MASCULINO 4º SETA ANO | UNIDADE | 827,0000 | 54,000 | 44.658,000 |
| 104001 | CAMI REGATA MASCULINO 5º SETA ANO | UNIDADE | 722,0000 | 54,000 | 38.988,000 |
| 104006 | CAMI REGATA MASCULINO 6º SETA ANO | UNIDADE | 776,0000 | 54,000 | 41.904,000 |
| 104010 | CAMI REGATA MASCULINO 7º SETA ANO | UNIDADE | 827,0000 | 54,000 | 44.658,000 |
| 104018 | CAMI REGATA MASCULINO 9º SETA ANO | UNIDADE | 747,0000 | 54,000 | 40.338,000 |
| 103978 | CAMI REGATA PRE ESCOLAR SETA FEMININO | UNIDADE | 1405,0000 | 54,000 | 75.870,000 |
| 103979 | CAMI REGATA PRE ESCOLAR SETA MASCULINO | UNIDADE | 1388,0000 | 54,000 | 74.952,000 |
| 116649 | SHORT SAIA 1º ANO FEMININO | UNIDADE | 771,0000 | 67,900 | 52.350,900 |
| 116651 | SHORT SAIA 2º ANO FEMININO | UNIDADE | 711,0000 | 67,900 | 48.276,900 |
| 116653 | SHORT SAIA 3º ANO FEMININO | UNIDADE | 701,0000 | 67,900 | 47.597,900 |
| 103957 | SHORT SAIA 4º ANO FEMININO | UNIDADE | 734,0000 | 67,900 | 49.838,600 |
| 103961 | SHORT SAIA 5º ANO FEMININO | UNIDADE | 660,0000 | 67,900 | 44.814,000 |
| 103941 | SHORT SAIA PRE-ESCOLAR FEMININO | UNIDADE | 1405,0000 | 67,900 | 95.399,500 |

Dotação: 2.060-3.3.90.30.00-3.3.90.30.23-15500000 -Transferência do Salário-Educação Total da dotação.: 3.634.162,300

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº 202500004

Solicitamos a emissão de nota de empenho para os itens abaixo discriminados referente ao processo administrativo.

Processo..... Pregão - 9-2025-1001001

Contrato nº.: 20250259 Data da inclusão.: 08/05/2025 Fornecedor...: 083680 - ABRANTES COMERCIAL LTDA

Dotação : 2.075 - 3.3.90.30.00 - 3.3.90.30.23 Fonte de Recurso : 15001001 - Receita de imposto e transf. - Educação

| Código Descrição | Unidade | Quantidade | Vr.Unitario | Vr.Total |
|---|---------|------------|-------------|-------------------|
| 150942 CAMISETA MANGA CURTA - COR AZUL TURQUESA | UNIDADE | 100,0000 | 54,000 | 5.400,000 |
| 150940 CAMISETA MANGA CURTA - COR LARANJA | UNIDADE | 400,0000 | 54,000 | 21.600,000 |
| 150944 CAMISETA MANGA CURTA - COR MESCLA UNIVERSAL | UNIDADE | 120,0000 | 54,000 | 6.480,000 |
| 150941 CAMISETA MANGA CURTA - COR PRETA | UNIDADE | 1000,0000 | 54,000 | 54.000,000 |
| Dotação : 2.075-3.3.90.30.00-3.3.90.30.23-15001001 -Receita de imposto e transf. - Educação Total da dotação.: | | | | 87.480,000 |

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº 202600007

Solicitamos a emissão de nota de empenho para os itens abaixo discriminados referente ao processo administrativo.

Processo..... Pregão - 9-2025-1001001

Contrato nº.: 20250259 Data da inclusão.: 05/02/2026 Fornecedor...: 083680 - ABRANTES COMERCIAL LTDA

Dotação : 2.068 - 3.3.90.30.00 - 3.3.90.30.23 Fonte de Recurso : 15001001 - Receita de imposto e transf. - Educação

| Código Descrição | Unidade | Quantidade | Vr.Unitari o | Vr.Total |
|--|---------|------------|-----------------|------------|
| 103939 CALÇA CRECHE MASCULINO | UNIDADE | 198,0000 | 84,200 | 16.671,600 |
| 103974 CAMISETA REGATA CRECHE FEMININO | UNIDADE | 347,0000 | 54,000 | 18.738,000 |
| 103975 CAMISETA REGATA CRECHE MASCULINO | UNIDADE | 198,0000 | 54,000 | 10.692,000 |
| Dotação : 2.068-3.3.90.30.00-3.3.90.30.23-15001001 -Receita de imposto e transf. - Educação Total da dotação.: | | | | 46.101,600 |

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº 202500005

Solicitamos a emissão de nota de empenho para os itens abaixo discriminados referente ao processo administrativo.

Processo.....: Pregão - 9-2025-1001001

Contrato nº.: 20250259 Data da inclusão.: 21/08/2025 Fornecedor...: 083680 - ABRANTES
COMERCIAL LTDA

Dotação : 2.060 - 3.3.90.30.00 - 3.3.90.30.23 Fonte de Recurso : 15500000 - Transferência do Salário-Educação

| Código Descrição | Unidade | Quantidade | Vr.Unitario | Vr.Total |
|---|---------|------------|-------------|------------|
| 150938 BERMUDA PRE ESCOLAR FEMININA | UNIDADE | 220,0000 | 61,500 | 13.530,000 |
| 150939 BERMUDA PRE ESCOLAR MASCULINA | UNIDADE | 220,0000 | 61,500 | 13.530,000 |
| 103943 CALÇA PRE-ESCOLAR MASCULINO | UNIDADE | 220,0000 | 84,200 | 18.524,000 |
| 116647 CAMISA PRE-ESCOLAR FEMININO | UNIDADE | 220,0000 | 54,000 | 11.880,000 |
| 116657 CAMISETA PRE-ESCOLAR MASCULINO | UNIDADE | 220,0000 | 54,000 | 11.880,000 |
| 103978 CAMISETA REGATA PRE ESCOLAR FEMININO | UNIDADE | 220,0000 | 54,000 | 11.880,000 |
| 103979 CAMISETA REGATA PRE ESCOLAR MASCULINO | UNIDADE | 220,0000 | 54,000 | 11.880,000 |
| Dotação : 2.060-3.3.90.30.00-3.3.90.30.23-15500000 -Transferência doSalário-Educação Total da dotação.: | | | | 93.104,000 |

**SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº
202600001**

Solicitamos a emissão de nota de empenho para os itens abaixo discriminados referente ao processo administrativo.

Processo.....: Pregão - 9-2025-1001001

Contrato nº.: 20260068 Data da inclusão.: 06/02/2026 Fornecedor...: 083680 - ABRANTES
COMERCIAL LTDA

Dotação : 2.059 - 3.3.90.30.00 - 3.3.90.30.23 Fonte de Recurso : 15500000 - Transferência do Salário-Educação

| Código | Descrição | Unidade | Quantidade | Vr.Unitario | Vr.Total |
|--------|--------------------------|---------|------------|-------------|------------|
| 150936 | BERMUDA CRECHE FEMININA | UNIDADE | 300,0000 | 61,500 | 18.450,000 |
| 150937 | BERMUDA CRECHE MASCULINA | UNIDADE | 459,0000 | 61,500 | 28.228,500 |
| 103983 | BERMUDA FEMININA 1º ANO | UNIDADE | 129,0000 | 61,500 | 7.933,500 |
| 103988 | BERMUDA FEMININA 2º ANO | UNIDADE | 289,0000 | 61,500 | 17.773,500 |
| 103992 | BERMUDA FEMININA 3º ANO | UNIDADE | 299,0000 | 61,500 | 18.388,500 |
| 103996 | BERMUDA FEMININA 4º ANO | UNIDADE | 266,0000 | 61,500 | 16.359,000 |
| 104000 | BERMUDA FEMININA 5º ANO | UNIDADE | 340,0000 | 61,500 | 20.910,000 |
| 104005 | BERMUDA FEMININA 6º ANO | UNIDADE | 282,0000 | 61,500 | 17.343,000 |
| 104009 | BERMUDA FEMININA 7º ANO | UNIDADE | 323,0000 | 61,500 | 19.864,500 |
| 104013 | BERMUDA FEMININA 8º ANO | UNIDADE | 482,0000 | 61,500 | 29.643,000 |
| 104017 | BERMUDA FEMININA 9º ANO | UNIDADE | 401,0000 | 61,500 | 24.661,500 |
| 103985 | BERMUDA MASCULINA 1º ANO | UNIDADE | 256,0000 | 61,500 | 15.744,000 |
| 103990 | BERMUDA MASCULINA 2º ANO | UNIDADE | 490,0000 | 61,500 | 30.135,000 |
| 103994 | BERMUDA MASCULINA 3º ANO | UNIDADE | 426,0000 | 61,500 | 26.199,000 |
| 103998 | BERMUDA MASCULINA 4º ANO | UNIDADE | 173,0000 | 61,500 | 10.639,500 |
| 104003 | BERMUDA MASCULINA 5º ANO | UNIDADE | 378,0000 | 61,500 | 23.247,000 |

| | | | | | | |
|--------|----------|-----------------------|---------|----------|--------|------------|
| 104007 | BERMUDA | MASCULINA 6º ANO | UNIDADE | 324,0000 | 61,500 | 19.926,000 |
| 104011 | BERMUDA | MASCULINA 7º ANO | UNIDADE | 373,0000 | 61,500 | 22.939,500 |
| 104015 | BERMUDA | MASCULINA 8º ANO | UNIDADE | 442,0000 | 61,500 | 27.183,000 |
| 104019 | BERMUDA | MASCULINA 9º ANO | UNIDADE | 353,0000 | 61,500 | 21.709,500 |
| 150938 | BERMUDA | PRE ESCOLAR FEMININA | UNIDADE | 195,0000 | 61,500 | 11.992,500 |
| 150939 | BERMUDA | PRE ESCOLAR MASCULINA | UNIDADE | 312,0000 | 61,500 | 19.188,000 |
| 103947 | CALÇA | 1º ANO MASCULINO | UNIDADE | 256,0000 | 84,200 | 21.555,200 |
| 103951 | CALÇA | 2º ANO MASCULINO | UNIDADE | 490,0000 | 84,200 | 41.258,000 |
| 103955 | CALÇA | 3º ANO MASCULINO | UNIDADE | 426,0000 | 84,200 | 35.869,200 |
| 103959 | CALÇA | 4º ANO MASCULINO | UNIDADE | 173,0000 | 84,200 | 14.566,600 |
| 103963 | CALÇA | 5º ANO MASCULINO | UNIDADE | 378,0000 | 84,200 | 31.827,600 |
| 103939 | CALÇA | CRECHE MASCULINO | UNIDADE | 459,0000 | 84,200 | 38.647,800 |
| 103943 | CALÇA | PRE-ESCOLAR MASCULINO | UNIDADE | 312,0000 | 84,200 | 26.270,400 |
| 103938 | CAMISA | CRECHE MASCULINO | UNIDADE | 657,0000 | 54,000 | 35.478,000 |
| 116647 | CAMISA | PRE-ESCOLAR FEMININO | UNIDADE | 195,0000 | 54,000 | 10.530,000 |
| 116648 | CAMISETA | 1º ANO FEMININA | UNIDADE | 129,0000 | 54,000 | 6.966,000 |
| 103946 | CAMISETA | 1º ANO MASCULINO | UNIDADE | 256,0000 | 54,000 | 13.824,000 |
| 116650 | CAMISETA | 2º ANO FEMININA | UNIDADE | 289,0000 | 54,000 | 15.606,000 |
| 103950 | CAMISETA | 2º ANO MASCULINO | UNIDADE | 490,0000 | 54,000 | 26.460,000 |
| 116652 | CAMISETA | 3º ANO FEMININA | UNIDADE | 299,0000 | 54,000 | 16.146,000 |
| 103954 | CAMISETA | 3º ANO MASCULINO | UNIDADE | 426,0000 | 54,000 | 23.004,000 |
| 116654 | CAMISETA | 4º ANO FEMININA | UNIDADE | 266,0000 | 54,000 | 14.364,000 |
| 103958 | CAMISETA | 4º ANO MASCULINO | UNIDADE | 173,0000 | 54,000 | 9.342,000 |
| 116655 | CAMISETA | 5º ANO FEMININA | UNIDADE | 340,0000 | 54,000 | 18.360,000 |
| 103962 | CAMISETA | 5º ANO MASCULINO | UNIDADE | 378,0000 | 54,000 | 20.412,000 |
| 103964 | CAMISETA | 6º ANO FEMININO | UNIDADE | 282,0000 | 54,000 | 15.228,000 |

| Código | Descrição | Unidade | Quantidade | Vr.Unitario | Vr.Total |
|--------|--------------------------------------|---------|------------|-------------|------------|
| 103965 | CAMISETA 6º ANO MASCULINO | UNIDADE | 324,0000 | 54,000 | 17.496,000 |
| 103966 | CAMISETA 7º ANO FEMININO | UNIDADE | 323,0000 | 54,000 | 17.442,000 |
| 103967 | CAMISETA 7º ANO MASCULINO | UNIDADE | 373,0000 | 54,000 | 20.142,000 |
| 103968 | CAMISETA 8º ANO FEMININO | UNIDADE | 482,0000 | 54,000 | 26.028,000 |
| 103969 | CAMISETA 8º ANO MASCULINO | UNIDADE | 442,0000 | 54,000 | 23.868,000 |
| 103971 | CAMISETA 9 ANO MASCULINO | UNIDADE | 353,0000 | 54,000 | 19.062,000 |
| 103970 | CAMISETA 9º ANO FEMININO | UNIDADE | 401,0000 | 54,000 | 21.654,000 |
| 103936 | CAMISETA CRECHE FEMININO | UNIDADE | 300,0000 | 54,000 | 16.200,000 |
| 116657 | CAMISETA PRE-ESCOLAR MASCULINO | UNIDADE | 312,0000 | 54,000 | 16.848,000 |
| 103974 | CAMISETA REGATA CRECHE FEMININO | UNIDADE | 300,0000 | 54,000 | 16.200,000 |
| 103975 | CAMISETA REGATA CRECHE MASCULINO | UNIDADE | 459,0000 | 54,000 | 24.786,000 |
| 116656 | CAMISETA REGATA FEMININA 4º ANO | UNIDADE | 266,0000 | 54,000 | 14.364,000 |
| 103982 | CAMISETA REGATA FEMININO 1º ANO | UNIDADE | 129,0000 | 54,000 | 6.966,000 |
| 103987 | CAMISETA REGATA FEMININO 2º ANO | UNIDADE | 289,0000 | 54,000 | 15.606,000 |
| 103991 | CAMISETA REGATA FEMININO 3º ANO | UNIDADE | 299,0000 | 54,000 | 16.146,000 |
| 103999 | CAMISETA REGATA FEMININO 5º ANO | UNIDADE | 340,0000 | 54,000 | 18.360,000 |
| 104004 | CAMISETA REGATA FEMININO 6º ANO | UNIDADE | 282,0000 | 54,000 | 15.228,000 |
| 104008 | CAMISETA REGATA FEMININO 7º ANO | UNIDADE | 323,0000 | 54,000 | 17.442,000 |
| 104012 | CAMISETA REGATA FEMININO 8º ANO | UNIDADE | 482,0000 | 54,000 | 26.028,000 |
| 104016 | CAMISETA REGATA FEMININO 9º ANO | UNIDADE | 401,0000 | 54,000 | 21.654,000 |
| 104014 | CAMISETA REGATA MASCULINA 8º ANO | UNIDADE | 442,0000 | 54,000 | 23.868,000 |
| 103984 | CAMISETA REGATA MASCULINO 1º ANO | UNIDADE | 256,0000 | 54,000 | 13.824,000 |
| 103989 | CAMISETA REGATA MASCULINO 2º ANO | UNIDADE | 490,0000 | 54,000 | 26.460,000 |
| 103993 | CAMISETA REGATA MASCULINO 3º ANO | UNIDADE | 426,0000 | 54,000 | 23.004,000 |
| 103997 | CAMISETA REGATA MASCULINO 4º ANO | UNIDADE | 173,0000 | 54,000 | 9.342,000 |
| 104001 | CAMISETA REGATA MASCULINO 5º ANO | UNIDADE | 378,0000 | 54,000 | 20.412,000 |
| 104006 | CAMISETA REGATA MASCULINO 6º ANO | UNIDADE | 324,0000 | 54,000 | 17.496,000 |
| 104010 | CAMISETA REGATA MASCULINO 7º ANO | UNIDADE | 373,0000 | 54,000 | 20.142,000 |
| 104018 | CAMISETA REGATA MASCULINO 9º ANO | UNIDADE | 353,0000 | 54,000 | 19.062,000 |
| 103978 | CAMISETA REGATA PRE ESCOLAR FEMININO | UNIDADE | 195,0000 | 54,000 | 10.530,000 |

| | | | | | |
|--------|---------------------------------------|---------|----------|--------|------------|
| 103979 | CAMISETA REGATA PRE ESCOLAR MASCULINO | UNIDADE | 312,0000 | 54,000 | 16.848,000 |
| 116649 | SHORT SAIA 1º ANO FEMININO | UNIDADE | 129,0000 | 67,900 | 8.759,100 |
| 116651 | SHORT SAIA 2º ANO FEMININO | UNIDADE | 289,0000 | 67,900 | 19.623,100 |
| 116653 | SHORT SAIA 3º ANO FEMININO | UNIDADE | 299,0000 | 67,900 | 20.302,100 |
| 103957 | SHORT SAIA 4º ANO FEMININO | UNIDADE | 266,0000 | 67,900 | 18.061,400 |
| 103961 | SHORT SAIA 5º ANO FEMININO | UNIDADE | 340,0000 | 67,900 | 23.086,000 |
| 116646 | SHORT SAIA CRECHE FEMININO | UNIDADE | 300,0000 | 67,900 | 20.370,000 |
| 103941 | SHORT SAIA PRE-ESCOLAR FEMININO | UNIDADE | 195,0000 | 67,900 | 13.240,500 |

Dotação : 2.059-3.3.90.30.00-3.3.90.30.23-15500000 -Transferência do Salário-Educação Total da dotação.: 1.580.123,000

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº 20250000

Solicitamos a emissão de nota de empenho para os itens abaixo discriminados referente ao processo administrativo.

Processo.....: Pregão - 9-2025-1001001

Contrato nº.: 20250259 Data da inclusão.: 08/05/2025 Fornecedor...: 083680 - ABRANTES COMERCIAL LTDA

Dotação : 2.061 - 3.3.90.30.00 - 3.3.90.30.23 Fonte de Recurso : 15001001 - Receita de imposto e transf. - Educação

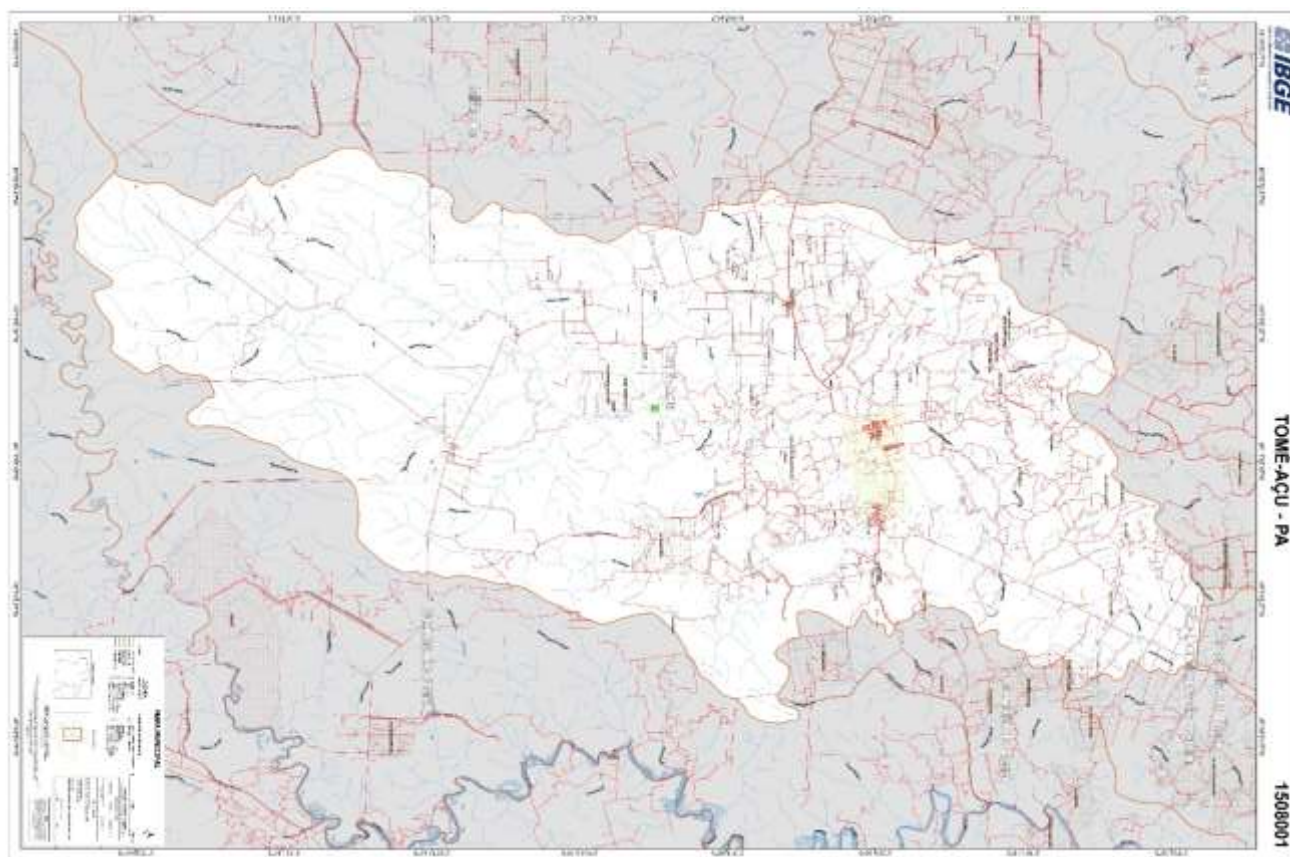
| Código Descrição | Unidade | Quantidade | Vr.Unitario | Vr.Total |
|--|---------|---------------------------------|-----------------------------|------------|
| 150942 CAMISETA MANGA CURTA - COR AZUL TURQUESA | UNIDADE | 100,0000 | 54,000 | 5.400,000 |
| 150940 CAMISETA MANGA CURTA - COR LARANJA | UNIDADE | 500,0000 | 54,000 | 27.000,000 |
| 150944 CAMISETA MANGA CURTA - COR MESCLA UNIVERSAL | UNIDADE | 130,0000 | 54,000 | 7.020,000 |
| 150941 CAMISETA MANGA CURTA - COR PRETA | UNIDADE | 1000,0000 | 54,000 | 54.000,000 |
| 150943 CAMISETA MANGA CURTA - COR VERDE | UNIDADE | 100,0000 | 54,000 | 5.400,000 |
| Dotação : 2.061-3.3.90.30.00-3.3.90.30.23-15001001 | | -Receita de imposto e transf. - | Educação Total da dotação.: | 98.820,000 |

8. PROPORÇÃO DA CONTRATAÇÃO EM FACE DO PORTE TERRITORIAL E DAS CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO

A presente contratação deve ser analisada à luz das características territoriais e geográficas do Município de Tomé-Açu/PA, cuja configuração espacial, conforme se verifica no mapa municipal do IBGE, revela extensa área territorial, baixa concentração absoluta da ocupação urbana em comparação à totalidade do território e expressiva presença de comunidades, vilas, ramais, vicinais e localidades dispersas para além do núcleo central da sede municipal. O mapa demonstra, de forma visualmente clara, que o município possui uma malha viária capilarizada e ampla distribuição de pontos de ocupação humana, com significativa predominância de áreas periféricas de natureza rural, circunstância que impõe à Administração Pública uma estrutura operacional compatível com essa realidade. Conforme demonstrado no mapa municipal, verifica-se que o território não se estrutura de forma compacta, mas sim por meio de uma malha territorial ampla e capilarizada, com distribuição descentralizada das unidades públicas, especialmente no que se refere à rede municipal de ensino. Essa configuração impõe à Administração Pública uma dinâmica operacional mais complexa, na qual o atendimento das políticas públicas exige atuação contínua em múltiplos pontos do território.

No âmbito específico da presente contratação, que tem por objeto o fornecimento de uniformes escolares, tal realidade possui impacto direto na definição dos quantitativos. Isso porque o atendimento não se restringe à sede urbana, mas abrange escolas localizadas em diversas vilas e comunidades rurais, muitas vezes distantes entre si e conectadas por ramais ou vias de difícil acesso.

A existência de um número expressivo de vilas e localidades dispersas implica que a distribuição dos uniformes não ocorre de forma centralizada, mas sim por meio de uma logística descentralizada, que exige planejamento ampliado, formação de estoques distribuídos e reposição contínua para garantir o atendimento equitativo de todos os alunos da rede municipal.



Essa condição territorial promove uma dilatação natural da demanda, uma vez que:

- Amplia a necessidade de cobertura logística;
- Exige distribuição simultânea em múltiplas unidades escolares;
- Demanda reforço de quantitativos para evitar desabastecimento em localidades distantes;
- E impõe maior margem de segurança no planejamento, considerando as dificuldades de acesso e reposição.

Adicionalmente, a análise da execução contratual anterior, evidenciada pelos empenhos emitidos, demonstra que o fornecimento de uniformes ocorreu de forma contínua e escalonada ao longo do exercício, com necessidade de complementações sucessivas, o que indica que a demanda real da rede municipal é influenciada diretamente pela dispersão territorial e pela quantidade de unidades atendidas.

Esse cenário reforça que a proporção da contratação não pode ser analisada exclusivamente sob a ótica do quantitativo total de alunos ou da população urbana, devendo considerar, de forma determinante, a quantidade de localidades atendidas, a extensão territorial e a complexidade logística envolvida na execução da política pública.

Nesse sentido, a presença de inúmeras vilas e comunidades distribuídas ao longo do território municipal justifica quantitativos mais robustos, não como excesso, mas como adequação técnica à realidade operacional do município, assegurando que todos os alunos, independentemente de sua localização geográfica, sejam devidamente atendidos.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se proporcional ao porte territorial do Município de Tomé-Açu/PA, à dispersão geográfica das unidades escolares e à capilaridade da rede de ensino, estando devidamente alinhada às condições concretas de execução administrativa.

Conclui-se, portanto, que os quantitativos estimados refletem não apenas a demanda educacional, mas também a complexidade logística imposta pela estrutura territorial do município, afastando qualquer interpretação de superdimensionamento e evidenciando planejamento compatível com a realidade local, em consonância com os princípios da eficiência, razoabilidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. COMPOSIÇÕES DA SOLUÇÃO PARA ESTA CONTRATAÇÃO

9.1. ESPECIFICAÇÕES PARA OS ITENS SELECIONADOS PARA ESTA CONTRATAÇÃO

ITEM 1 – CAMISETA MANGA CURTA CRECHE FEMININO

Camiseta manga curta destinada ao público feminino da creche, confeccionada em meia malha PV 55% poliéster, 33% viscose e 12% PPTO, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal. Os recortes e frisos deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor laranja, próxima ao Pantone 16-1260 TPX. As mangas deverão ser confeccionadas em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor marinho, próxima ao Pantone 19-3920 TPX. A gola deverá ser em ribana 1x1 PV 66% poliéster, 32% viscose e 2% elastano, com gramatura de 220 g/m², na cor laranja, próxima ao Pantone 16-1260 TPX.

A peça deverá possuir gola em V, costurada em máquina overlock, pronta com 2,5 cm, mangas com dois frisos sobrepostos, costurados em máquina catraca de 2 agulhas, com distância de 0,5 cm entre os frisos, utilizando linha na mesma cor da malha do friso. Os recortes laterais deverão ser costurados em overlock, e a parte interna da gola deverá conter reforço em friso da mesma malha e cor do corpo, costurado em máquina cobertura e pespontado em máquina reta de 1 agulha, pronto com 1 cm de largura.

A bainha da barra e das mangas deverá ser executada em máquina cobertura de 2 agulhas, bitola larga, pronta com 2 cm de largura, utilizando linha 100% poliéster nº 120, na cor da peça. Ombros, mangas e laterais deverão ser costurados em overlock. A peça deverá estar limpa, sem defeitos de fabricação, devendo conter silk screen frontal, no peito esquerdo, centralizado no ponto mais alto do ombro e rente à cava, bem como silk screen nas costas, centralizado a 8 cm do decote, conforme arte fornecida pelo Setor de Comunicação. Faixa etária: 02 a 03 anos.

ITEM 2 – SHORT SAIA CRECHE FEMININO

Short saia destinado ao público feminino da creche, confeccionado em helanca 100% poliéster, com gramatura de 260 g/m², na cor marinho, próxima ao Pantone 19-3920 TPX. Os frisos deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor laranja, próxima ao Pantone 16-1260 TPX.

A modelagem deverá prever saia apenas na parte frontal, costurada ao short nas duas laterais em máquina overlock, com friso embutido na cor laranja. A cintura deverá possuir elástico de 4 cm, rebatido em máquina catraca com 4 ou 5 agulhas. Os ganchos e entrepernas deverão ser costurados em overlock. A abertura das pernas deverá conter bainha de 2 cm, executada em máquina cobertura de 2 agulhas, bitola larga. Todas as costuras deverão utilizar linha 100% poliéster nº 120, na cor da peça.

A peça deverá estar limpa, isenta de defeitos, e conter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada permanentemente na parte interna, centralizada, contendo razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, tamanho, símbolos e instruções de lavagem. Faixa etária: 02 a 03 anos.

ITEM 3 – CAMISETA CRECHE MASCULINO

Camiseta destinada ao público masculino da creche, confeccionada em meia malha PV 55% poliéster, 33% viscose e 12% PPTO, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal. Os recortes e frisos deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor laranja, próxima ao Pantone 16-1260 TPX. As mangas deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor marinho, próxima ao Pantone 19-3920 TPX. A gola deverá ser confeccionada em ribana 1x1 PV 66% poliéster, 32% viscose e 2% elastano, com gramatura de 220 g/m², na cor laranja, próxima ao Pantone 16-1260 TPX.

A peça deverá possuir gola em V, costurada em overlock, pronta com 2,5 cm, mangas com dois frisos sobrepostos, recortes em laranja costurados em overlock, reforço interno de gola da mesma malha do corpo,

barra e mangas com bainha em cobertura 2 agulhas, bitola larga, pronta com 2 cm, e utilização de linha 100% poliéster nº 120. Ombros, mangas e laterais deverão ser costurados em overlock.

Deverá conter silk screen frontal, na parte superior esquerda do peito, e silk screen nas costas, centralizado a 8 cm do decote, conforme padrão institucional. Faixa etária: 02 a 03 anos.

ITEM 4 – CALÇA CRECHE MASCULINO

Calça destinada ao público masculino da creche, confeccionada em helanca 100% poliéster, com gramatura de 260 g/m², na cor marinho, próxima ao Pantone 19-3920 TPX. Os frisos deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor laranja, próxima ao Pantone 16-1260 TPX.

A peça deverá conter cintura com elástico de 4 cm, rebatido em máquina catraca com 4 ou 5 agulhas, bolsos laterais costurados e pespontados em máquina reta de 1 agulha, com forro e cor da mesma malha do corpo, friso embutido lateral na cor laranja, além de ganchos e entrepernas costurados em overlock. A abertura das pernas deverá apresentar bainha de 2 cm, em cobertura 2 agulhas, bitola larga. Todas as costuras deverão utilizar linha 100% poliéster nº 120, na cor da peça.

A peça deverá ser entregue limpa, sem defeitos, e conter etiqueta permanente de identificação, com razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, tamanho, símbolos e instruções de lavagem. Faixa etária: 02 a 03 anos.

ITEM 5 – CAMISETA MANGA CURTA PRÉ-ESCOLAR FEMININO

Camiseta manga curta destinada ao público feminino do pré-escolar, confeccionada em meia malha PV 55% poliéster, 33% viscose e 12% PPTO, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal. Os recortes e frisos deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor laranja, próxima ao Pantone 16-1260 TPX. As mangas deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor marinho, próxima ao Pantone 19-3920 TPX. A gola deverá ser em ribana 1x1 PV 66% poliéster, 32% viscose e 2% elastano, com gramatura de 220 g/m², na cor laranja.

A modelagem deverá prever gola em V, mangas com dois frisos sobrepostos, recortes laterais em laranja, reforço interno de gola, bainhas de barra e mangas em cobertura 2 agulhas, e costuras em linha 100% poliéster nº 120, obedecendo a cor da peça. Ombros, mangas e laterais deverão ser costurados em overlock. A peça deverá conter silk screen frontal no peito esquerdo e silk screen nas costas, centralizado a 8 cm do decote, conforme arte institucional. Faixa etária: 04 a 05 anos.

ITEM 6 – SHORT SAIA PRÉ-ESCOLAR FEMININO

Short saia destinado ao público feminino do pré-escolar, confeccionado em helanca 100% poliéster, com gramatura de 260 g/m², na cor marinho, próxima ao Pantone 19-3920 TPX. Os frisos deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor laranja, próxima ao Pantone 16-1260 TPX.

A peça deverá possuir saia na parte frontal, costurada ao short nas laterais em overlock, com friso embutido. A cintura deverá conter elástico de 4 cm, rebatido em máquina catraca com 4 ou 5 agulhas. Ganchos e entrepernas deverão ser costurados em overlock, e as aberturas das pernas deverão conter bainha de 2 cm em cobertura 2 agulhas, bitola larga. A peça deverá ser confeccionada com linha 100% poliéster nº 120, na cor correspondente, estando limpa, acabada e sem defeitos.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, em tecido branco, com razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, tamanho, símbolos e instruções de lavagem. Faixa etária: 04 a 05 anos.

ITEM 7 – CAMISETA MANGA CURTA PRÉ-ESCOLAR MASCULINO

Camiseta manga curta destinada ao público masculino do pré-escolar, confeccionada em meia malha PV 55% poliéster, 33% viscose e 12% PPTO, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal. Os recortes e frisos deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, na cor laranja, e as mangas em marinho, ambas com gramatura de 160 g/m². A gola deverá ser em ribana 1x1 PV 66% poliéster, 32% viscose e 2% elastano, com gramatura de 220 g/m², na cor laranja.

Deverá possuir gola em V, dois frisos sobrepostos nas mangas, recortes laterais em laranja, reforço interno de gola, bainhas em cobertura 2 agulhas e costuras executadas com linha 100% poliéster nº 120. Ombros, mangas e laterais deverão ser costurados em overlock. A peça deverá conter silk screen frontal e silk screen nas costas, obedecendo ao padrão gráfico fornecido pelo Setor de Comunicação. Faixa etária: 04 a 05 anos.

ITEM 8 – CALÇA PRÉ-ESCOLAR MASCULINO

Calça destinada ao público masculino do pré-escolar, confeccionada em helanca 100% poliéster, com gramatura de 260 g/m², na cor marinho, próxima ao Pantone 19-3920 TPX. Os frisos deverão ser confeccionados em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor laranja. A peça deverá conter cintura com elástico de 4 cm, bolsos laterais costurados e pespontados em máquina reta, friso embutido lateral, ganchos e entrepernas costurados em overlock, além de bainha na barra com 2 cm em cobertura 2 agulhas, bitola larga. Todas as costuras deverão utilizar linha 100% poliéster nº 120, na cor da peça.

A peça deverá conter etiqueta de identificação permanente, com todos os dados do fabricante e instruções de lavagem, devendo ser entregue limpa e sem defeitos. Faixa etária: 04 a 05 anos.

ITEM 9 – CAMISETA MANGA CURTA 1º ANO FEMININO

Camiseta manga curta destinada ao público feminino do 1º ano, confeccionada em meia malha PV 55% poliéster, 33% viscose e 12% PPTO, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal. Os recortes e frisos deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor azul turquesa, próxima ao Pantone 17-4245 TPX. As mangas deverão ser em marinho, próxima ao Pantone 19-3920 TPX, e

a gola em ribana 1x1 PV 66% poliéster, 32% viscose e 2% elastano, com gramatura de 220 g/m², na cor azul turquesa.

A peça deverá apresentar gola em V, mangas com dois frisos sobrepostos, recortes laterais em azul turquesa, reforço interno de gola, bainha de barra e mangas com 2 cm, em cobertura 2 agulhas, bitola larga, com uso de linha 100% poliéster nº 120. Ombros, mangas e laterais deverão ser costurados em overlock.

A camiseta deverá conter etiqueta de identificação permanente, silk screen frontal no peito esquerdo e silk screen nas costas, centralizado a 8 cm do decote, conforme padrão institucional. Faixa etária: 06 anos.

ITEM 10 – SHORT SAIA 1º ANO FEMININO

Short saia destinado ao público feminino do 1º ano, confeccionado em helanca 100% poliéster, com gramatura de 260 g/m², na cor marinho, próxima ao Pantone 19-3920 TPX. Os frisos deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor azul turquesa, próxima ao Pantone 17-4245 TPX. A peça deverá ter saia na parte frontal e traseira, costurada ao short nas laterais em máquina overlock, com friso embutido na cor azul turquesa. A cintura deverá conter elástico de 4 cm, rebatido em máquina catraca com 4 ou 5 agulhas. Ganchos e entrepernas deverão ser costurados em overlock, e as aberturas das pernas deverão ter bainha de 2 cm em cobertura 2 agulhas, bitola larga. A costura deverá utilizar linha 100% poliéster nº 120, na cor correspondente.

A peça deverá conter etiqueta de identificação permanente, com razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, tamanho, símbolos e instruções de lavagem, devendo ser entregue limpa, acabada e sem defeitos. Faixa etária: 06 anos.

ITEM 11 – CAMISETA MANGA CURTA 1º ANO MASCULINO

Camiseta manga curta destinada ao público masculino do 1º ano, confeccionada em meia malha PV 55% poliéster, 33% viscose e 12% PPTO, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal. Os recortes e frisos deverão ser em azul turquesa, próxima ao Pantone 17-4245 TPX, e as mangas em marinho, próxima ao Pantone 19-3920 TPX, todas em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m². A gola deverá ser em ribana 1x1 PV 66% poliéster, 32% viscose e 2% elastano, com gramatura de 220 g/m², na cor azul turquesa.

A peça deverá possuir gola em V, recortes laterais, mangas com dois frisos sobrepostos, reforço interno de gola, bainhas em cobertura 2 agulhas com 2 cm, e costuras executadas com linha 100% poliéster nº 120. Ombros, mangas e laterais deverão ser costurados em overlock.

A camiseta deverá conter etiqueta de identificação permanente, silk screen frontal e silk screen nas costas, centralizado a 8 cm do decote, conforme padrão institucional. Faixa etária: 06 anos.

ITEM 12 – CALÇA 1º ANO MASCULINO

Calça destinada ao público masculino do 1º ano, confeccionada em helanca 100% poliéster, com gramatura de 260 g/m², na cor marinho, próxima ao Pantone 19-3920 TPX. Os frisos deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor azul turquesa, próxima ao Pantone 17-4245 TPX. A peça deverá conter cintura com elástico de 4 cm, bolsos laterais costurados e pespontados em máquina reta, friso embutido lateral, ganchos e entrepernas costurados em overlock, e bainha nas pernas com 2 cm, em cobertura 2 agulhas, bitola larga. Todas as costuras deverão utilizar linha 100% poliéster nº 120, na cor da peça.

A calça deverá conter etiqueta de identificação permanente, com todos os dados do fabricante e instruções de lavagem, devendo ser entregue limpa, sem defeitos e com acabamento uniforme. Faixa etária: 06 anos.

ITEM 13 – CAMISETA MANGA CURTA 2º ANO FEMININO

Camiseta manga curta destinada ao público feminino do 2º ano, confeccionada em meia malha PV 55% poliéster, 33% viscose e 12% PPTO, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal. Os recortes e frisos deverão ser em meia malha PV 67% poliéster e 33% viscose, com gramatura de 160 g/m², na cor azul turquesa, próxima ao Pantone 17-4245 TPX, enquanto as mangas deverão ser na cor marinho, próxima ao Pantone 19-3920 TPX. A gola deverá ser confeccionada em ribana 1x1 PV 66% poliéster, 32% viscose e 2% elastano, com gramatura de 220 g/m², na cor azul turquesa.

A peça deverá possuir gola em V, mangas com dois frisos sobrepostos, recortes laterais, reforço interno de gola, bainha de barra e mangas com 2 cm, executadas em máquina cobertura de 2 agulhas, bitola larga, com utilização de linha 100% poliéster nº 120. Ombros, mangas e laterais deverão ser costurados em overlock.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, além de silk screen frontal no peito esquerdo e silk screen nas costas, centralizado a 8 cm do decote, conforme padrão institucional. Faixa etária: 07 anos.

ITEM 14 – SHORT SAIA 2º ANO FEMININO

Short saia destinado ao público feminino do 2º ano, confeccionado em helanca 100% poliéster, com gramatura de 260 g/m², na cor marinho, com frisos em azul turquesa, conforme padrão Pantone indicado.

A peça deverá conter saia na parte frontal e traseira, costurada ao short nas laterais em overlock, com friso embutido. A cintura deverá possuir elástico de 4 cm, rebatido em máquina catraca. Ganchos e entrepernas deverão ser costurados em overlock, com acabamento em bainha de 2 cm nas pernas.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, sendo confeccionada com linha 100% poliéster nº 120, devendo estar limpa, sem defeitos e com acabamento uniforme. Faixa etária: 07 anos.

ITEM 15 – CAMISETA MANGA CURTA 2º ANO MASCULINO

Camiseta manga curta destinada ao público masculino do 2º ano, confeccionada em meia malha PV 55% poliéster, 33% viscose e 12% PPTO, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal, com recortes e frisos em azul turquesa e mangas em marinho, conforme padrões Pantone estabelecidos.

A gola deverá ser em ribana PV com elastano, com gramatura de 220 g/m², na cor azul turquesa. A peça deverá possuir gola em V, recortes laterais, mangas com frisos sobrepostos, reforço interno de gola, bainhas em cobertura 2 agulhas e costuras em linha 100% poliéster nº 120.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, além de silk screen frontal e traseiro, conforme padrão institucional. Faixa etária: 07 anos.

ITEM 16 – CALÇA 2º ANO MASCULINO

Calça confeccionada em helanca 100% poliéster, com gramatura de 260 g/m², na cor marinho, com frisos em azul turquesa.

A peça deverá conter cintura com elástico de 4 cm, bolsos laterais, friso embutido, costuras em overlock e acabamento em bainha de 2 cm, executada em cobertura 2 agulhas.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, sendo confeccionada com linha 100% poliéster nº 120, devendo apresentar acabamento uniforme e ausência de defeitos. Faixa etária: 07 anos.

ITEM 17 – CAMISETA MANGA CURTA 3º ANO FEMININO

Camiseta confeccionada em meia malha PV, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal, com recortes e frisos em azul turquesa e mangas em marinho.

A peça deverá possuir gola em V, mangas com frisos sobrepostos, recortes laterais, reforço interno de gola, bainhas em cobertura 2 agulhas, e costuras com linha 100% poliéster nº 120.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, além de silk screen frontal e traseiro, conforme padrão institucional. Faixa etária: 08 anos.

ITEM 18 – SHORT SAIA 3º ANO FEMININO

Short saia confeccionado em helanca 100% poliéster, com gramatura de 260 g/m², na cor marinho, com frisos em azul turquesa.

Deverá possuir saia frontal e traseira, costurada ao short com friso embutido, cintura com elástico de 4 cm, e acabamento em bainha de 2 cm.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, devendo apresentar acabamento uniforme e ausência de defeitos. Faixa etária: 08 anos.

ITEM 19 – CAMISETA MANGA CURTA 3º ANO MASCULINO

Camiseta confeccionada em meia malha PV, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal, com recortes e frisos em azul turquesa e mangas em marinho.

Deverá possuir gola em V, mangas com frisos, reforço interno de gola, bainhas em cobertura 2 agulhas, e costuras com linha 100% poliéster nº 120.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, além de silk screen frontal e traseiro, conforme padrão institucional. Faixa etária: 08 anos.

ITEM 20 – CALÇA 3º ANO MASCULINO

Calça confeccionada em helanca 100% poliéster, com gramatura de 260 g/m², na cor marinho, com frisos em azul turquesa.

Deverá conter cintura com elástico, bolsos laterais, friso embutido, costuras em overlock e acabamento em bainha de 2 cm.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, devendo apresentar acabamento uniforme. Faixa etária: 08 anos.

ITEM 21 – CAMISETA MANGA CURTA 4º ANO FEMININO

Camiseta confeccionada em meia malha PV, na cor mescla universal, com recortes e frisos em azul turquesa e mangas em marinho, com gramatura de 160 g/m².

Deverá possuir gola em V, mangas com frisos, reforço interno de gola, bainhas em cobertura 2 agulhas, e costuras com linha 100% poliéster nº 120.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, além de silk frontal e traseiro. Faixa etária: 09 anos.

ITEM 22 – SHORT SAIA 4º ANO FEMININO

Short saia confeccionado em helanca 100% poliéster, na cor marinho, com frisos em azul turquesa.

Deverá possuir saia frontal e traseira, cintura com elástico, e acabamento em bainha de 2 cm, com costuras em linha 100% poliéster nº 120.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente. Faixa etária: 09 anos

ITEM 23 – CAMISETA MANGA CURTA 4º ANO MASCULINO

Camiseta confeccionada em meia malha PV 55% poliéster, 33% viscose e 12% PPTO, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal, com recortes e frisos em azul turquesa e mangas na cor marinho, conforme padrão Pantone estabelecido.

A peça deverá possuir gola em V, mangas com frisos sobrepostos, recortes laterais, reforço interno de gola, bainhas em máquina cobertura de 2 agulhas com 2 cm, e costuras em linha 100% poliéster nº 120. Ombros, mangas e laterais deverão ser costurados em overlock.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, bem como estampa em silk screen frontal e traseira, conforme padrão institucional. Faixa etária: 09 anos.

ITEM 24 – CALÇA 4º ANO MASCULINO

Calça confeccionada em helanca 100% poliéster, com gramatura de 260 g/m², na cor marinho, com frisos em azul turquesa.

A peça deverá conter cintura com elástico de 4 cm, bolsos laterais, friso embutido lateral, costuras em overlock e acabamento em bainha de 2 cm em cobertura 2 agulhas.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, com todos os dados obrigatórios, sendo confeccionada com linha 100% poliéster nº 120. Faixa etária: 09 anos.

ITEM 25 – CAMISETA MANGA CURTA 5º ANO FEMININO

Camiseta confeccionada em meia malha PV, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal, com recortes e frisos em azul turquesa e mangas em marinho.

Deverá possuir gola em V, mangas com frisos sobrepostos, recortes laterais, reforço interno de gola, bainhas em cobertura 2 agulhas e costuras em linha 100% poliéster nº 120.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, além de estampa frontal e traseira em silk screen, conforme padrão institucional. Faixa etária: 10 anos.

ITEM 26 – SHORT SAIA 5º ANO FEMININO

Short saia confeccionado em helanca 100% poliéster, na cor marinho, com frisos em azul turquesa.

A peça deverá conter saia frontal e traseira, cintura com elástico de 4 cm, costuras em overlock e acabamento em bainha de 2 cm.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, com acabamento uniforme e ausência de defeitos. Faixa etária: 10 anos.

ITEM 27 – CAMISETA MANGA CURTA 5º ANO MASCULINO

Camiseta confeccionada em meia malha PV, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal, com recortes e frisos em azul turquesa e mangas em marinho.

Deverá possuir gola em V, mangas com frisos, recortes laterais, reforço interno de gola, bainhas em cobertura 2 agulhas e costuras em linha 100% poliéster nº 120.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, além de silk screen frontal e traseiro. Faixa etária: 10 anos.

ITEM 28 – CALÇA 5º ANO MASCULINO

Calça confeccionada em helanca 100% poliéster, com gramatura de 260 g/m², na cor marinho, com frisos em azul turquesa.

Deverá conter cintura com elástico, bolsos laterais, friso embutido, costuras em overlock e bainha de 2 cm.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente, devendo apresentar acabamento uniforme. Faixa etária: 10 anos.

ITEM 29 – CAMISETA MANGA CURTA 6º ANO FEMININO

Camiseta confeccionada em meia malha PV, com gramatura de 160 g/m², na cor mescla universal, com recortes e frisos em verde, próximo ao Pantone 17-6030 TPX, e mangas em marinho.

Deverá possuir gola em V, mangas com frisos sobrepostos, recortes laterais, reforço interno de gola, bainhas em cobertura 2 agulhas e costuras com linha 100% poliéster nº 120.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente e silk screen frontal e traseiro. Faixa etária: 11 anos.

ITEM 30 – CAMISETA MANGA CURTA 6º ANO MASCULINO

Camiseta confeccionada com as mesmas especificações do item anterior, variando apenas o público masculino.

Deverá conter gola em V, recortes, frisos, reforço interno, bainhas e costuras conforme padrão técnico, além de etiqueta permanente e silk screen frontal e traseiro. Faixa etária: 11 anos.

ITEM 31 – CAMISETA MANGA CURTA 7º ANO FEMININO

Camiseta confeccionada em meia malha PV, na cor mescla, com recortes e frisos em verde e mangas em marinho.

Deverá possuir gola em V, reforço interno, frisos nas mangas, bainhas em cobertura 2 agulhas e costuras com linha 100% poliéster.

Deverá conter etiqueta de identificação permanente e estampa institucional. Faixa etária: 12 anos.

ITEM 32 – CAMISETA MANGA CURTA 7º ANO MASCULINO

Camiseta com as mesmas características técnicas do item anterior, destinada ao público masculino.

Deverá conter etiqueta permanente e estampa padrão institucional. Faixa etária: 12 anos.

ITEM 33 – CAMISETA MANGA CURTA 8º ANO FEMININO

Camiseta confeccionada em meia malha PV, com recortes em verde, mangas em marinho, gola em V, reforço interno, bainhas em cobertura e costuras padronizadas.

Deverá conter etiqueta permanente e estampa institucional. Faixa etária: 13 anos.

ITEM 34 – CAMISETA MANGA CURTA 8º ANO MASCULINO

Camiseta com as mesmas especificações do item anterior, destinada ao público masculino.

Deverá conter etiqueta permanente e estampa institucional. Faixa etária: 13 anos.

ITEM 35 – CAMISETA MANGA CURTA 9º ANO FEMININO

Camiseta confeccionada em meia malha PV, com recortes em verde, mangas em marinho, gola em V e acabamento padrão.

Deverá conter etiqueta permanente e silk screen institucional. Faixa etária: 14 anos.

ITEM 36 – CAMISETA MANGA CURTA 9º ANO MASCULINO

Camiseta com as mesmas especificações técnicas do item anterior, destinada ao público masculino.

Deverá conter etiqueta permanente e estampa institucional. Faixa etária: 14 anos.

ITEM 37 – CAMISETA MANGA CURTA EJA MASCULINO

Camiseta confeccionada em meia malha PV, com recortes em verde, mangas em marinho, gola em V e acabamento técnico padrão.

Deverá conter etiqueta permanente e estampa institucional.

ITEM 38 – CAMISETA MANGA CURTA EJA FEMININO

Camiseta com as mesmas características do item anterior, destinada ao público feminino.

Deverá conter etiqueta permanente e estampa institucional.

ITEM 39 – CAMISETA REGATA CRECHE FEMININO

Camiseta regata confeccionada em meia malha PV, com recortes em laranja, gola em ribana e acabamento em cava com ribana em marinho.

Deverá possuir reforço interno de gola, bainha em cobertura, costuras em linha 100% poliéster e estampa frontal e traseira.

Deverá conter etiqueta permanente. Faixa etária: 02 a 03 anos.

ITEM 40 – CAMISETA REGATA CRECHE MASCULINO

Camiseta regata com as mesmas especificações técnicas do item anterior, destinada ao público masculino.

Deverá conter etiqueta permanente, acabamento padronizado e estampa institucional.







Uniformes aluno (INFANTIL friso: Laranja)

Prefeitura Municipal de Tomé-Açu/PA
 DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Calça

Short Saia (sai somente na frente)

Bermuda



Uniformes aluno (ANOS INICIAIS Friso: **Turquesa**)



Uniformes Aluno (ANOS FINAIS Friso: **Verde**)



9.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A SELEÇÃO DOS ITENS:

A seleção dos itens que compõem o presente processo foi realizada pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, com base no Documento de Formalização da Demanda – DFD, considerando critérios técnicos, pedagógicos, operacionais e sociais, de forma a assegurar que os uniformes atendam plenamente às necessidades da rede municipal de ensino.

A definição dos itens observou, inicialmente, a estrutura organizacional da rede de ensino, contemplando as diferentes etapas educacionais, tais como creche, pré-escola, ensino fundamental (anos iniciais e finais) e Educação de Jovens e Adultos – EJA, garantindo a adequada segmentação dos uniformes conforme faixa etária, perfil dos alunos e especificidades de uso.

Além disso, a seleção considerou a diferenciação por gênero, com a previsão de peças específicas como short saia para o público feminino e calças/bermudas para o público masculino, respeitando a padronização adotada pela rede municipal e assegurando conforto, mobilidade e adequação ao uso cotidiano escolar.

Outro aspecto relevante na seleção dos itens foi a padronização visual por etapa de ensino, com a utilização de variações de cores nos recortes e frisos (como laranja, azul turquesa e verde), permitindo a identificação dos alunos conforme o nível educacional, facilitando a organização das unidades escolares, o controle interno e a gestão pedagógica.

A escolha dos tipos de peças (camisetas, calças, shorts, short saia e regatas) levou em consideração as condições climáticas da região, a necessidade de conforto térmico dos alunos e a adequação ao uso diário, inclusive em atividades escolares diversas, como aulas regulares, atividades recreativas e eventos pedagógicos.

Foram também considerados critérios de durabilidade, resistência e funcionalidade, com a definição de tecidos amplamente utilizados no mercado, como meia malha PV e helanca, que apresentam boa resistência ao uso contínuo e às lavagens frequentes, mantendo características adequadas de conforto e conservação ao longo do tempo.

A seleção dos itens observou, ainda, a necessidade de padronização técnica e controle de qualidade, com a definição detalhada de especificações relacionadas à composição dos tecidos, gramatura, tipo de costura, acabamento, aplicação de estamparia e inclusão de etiqueta de identificação, garantindo maior uniformidade, rastreabilidade e qualidade do produto final.

Destaca-se, igualmente, que a inclusão de estampa institucional (silk screen) nas peças visa reforçar a identidade visual da rede municipal de ensino, bem como assegurar a identificação dos alunos, contribuindo para a segurança e organização no ambiente escolar.

Do ponto de vista social, a seleção dos itens buscou atender ao princípio da equidade, assegurando que todos os alunos tenham acesso a uniformes adequados, reduzindo desigualdades visíveis e promovendo maior inclusão no ambiente educacional.

Ademais, a definição dos itens foi realizada de forma racional e proporcional, evitando a inclusão de peças desnecessárias ou supérfluas, restringindo-se ao conjunto essencial para atender às demandas da rede municipal, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

Por fim, ressalta-se que os itens selecionados apresentam padronização de mercado e ampla disponibilidade, o que favorece a competitividade do certame, amplia a participação de fornecedores e contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, conclui-se que a seleção dos itens foi realizada de maneira técnica, justificada e alinhada ao interesse público, garantindo a adequação da contratação às necessidades educacionais, sociais e administrativas da rede municipal de ensino.

9.3. TRAMITE DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos uniformes escolares serão realizados de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, observando-se o planejamento anual da rede municipal de ensino, a disponibilidade orçamentária e a logística de distribuição às unidades escolares.

Após a formalização da Ata de Registro de Preços e, quando for o caso, da contratação decorrente, o fornecimento será iniciado mediante emissão de ordem de fornecimento/nota de empenho, expedida pela Administração, contendo a especificação dos itens, quantitativos, prazos e local de entrega.

O trâmite operacional do fornecimento deverá obedecer às seguintes etapas:

- I.** Emissão da Ordem de Fornecimento: A SEMED, por meio do setor competente, emitirá ordem de fornecimento com a indicação detalhada dos itens, quantidades, tamanhos e demais especificações necessárias, conforme demanda das unidades escolares.
- II.** Produção/Confeção dos Itens: A empresa contratada deverá proceder à confecção dos uniformes em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, incluindo

padrões de tecido, cores, modelagem, estampa e acabamento, podendo ser exigida, previamente, a apresentação de amostras para aprovação pela Administração.

- III.** Prazo de Entrega: Os itens deverão ser entregues dentro do prazo estabelecido na ordem de fornecimento, considerando a complexidade da produção e o quantitativo solicitado, sendo vedados atrasos injustificados, sob pena de aplicação das sanções previstas.
- IV.** Local de Entrega: A entrega deverá ser realizada em local indicado pela Administração, podendo ser centralizada em almoxarifado da SEMED ou distribuída diretamente às unidades escolares, conforme definido na ordem de fornecimento.
- V.** Conferência e Recebimento: Os produtos entregues serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa, a fim de verificar a conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade, tamanhos, cores, estampa e acabamento.

O recebimento dar-se-á em duas etapas:

- ✓ Recebimento provisório, no ato da entrega, para verificação inicial;
 - ✓ Recebimento definitivo, após análise detalhada e validação da conformidade dos itens.
-
- I.** Controle de Qualidade; A Administração poderá realizar inspeções nos produtos, inclusive por amostragem, podendo rejeitar, total ou parcialmente, itens que apresentem defeitos, desconformidades ou que não atendam às especificações exigidas, cabendo à contratada a substituição imediata, sem ônus adicional.
 - II.** Distribuição dos Uniformes: Após o recebimento definitivo, os uniformes serão distribuídos às unidades escolares, conforme planejamento da SEMED, observando-se a organização por etapa de ensino, faixa etária e quantitativos previamente definidos.
 - III.** Fiscalização Contratual; O fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor designado, que será responsável por verificar o cumprimento das obrigações contratuais, atestar o recebimento dos itens e comunicar eventuais irregularidades para adoção das medidas cabíveis.
 - IV.** Condições Gerais de Fornecimento; A contratada deverá garantir que os produtos sejam entregues devidamente embalados, identificados por tamanho e tipo de peça, organizados de forma a facilitar a conferência e distribuição, bem como assegurar a integridade dos itens durante o transporte.

Dessa forma, o trâmite de fornecimento foi estruturado de modo a garantir eficiência operacional, controle administrativo, qualidade dos produtos entregues e atendimento adequado às necessidades da rede municipal de ensino, assegurando a regular execução da contratação e o cumprimento do interesse público.

9.4. ANÁLISE DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

A análise do ciclo de vida do objeto consiste na avaliação das etapas que envolvem a existência útil dos uniformes escolares, desde a definição da necessidade administrativa e especificação técnica, passando pela fabricação, fornecimento, uso, conservação e reposição, até sua destinação final. No presente caso, tal análise demonstra que a aquisição de uniformes escolares e peças correlatas atende a uma necessidade contínua e previsível da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, sendo o objeto concebido para utilização intensiva e cotidiana pelos alunos da rede municipal de ensino. As especificações definidas no processo contemplam materiais têxteis com composição, gramatura, acabamento, costura e identificação técnica voltados à resistência ao uso escolar, às lavagens frequentes e à manutenção da padronização institucional.

Sob a ótica do planejamento, o ciclo de vida do objeto inicia-se com o levantamento da necessidade pela secretaria demandante, formalizado por meio do Documento de Formalização da Demanda – DFD, a partir do histórico da rede municipal, da quantidade de alunos por etapa de ensino, da segmentação por faixa etária e da definição dos tipos de peças necessárias. Nessa fase, a Administração avalia não apenas o quantitativo imediato a ser adquirido, mas também a adequação funcional de cada peça ao público atendido, ao clima local, à rotina escolar e à durabilidade esperada do vestuário. Assim, já no momento do planejamento, a análise do ciclo de vida influencia a escolha dos tecidos, das modelagens, dos acabamentos e dos padrões de costura, buscando equilibrar conforto, resistência, padronização e reposição futura.

Na etapa de produção e fornecimento, o ciclo de vida do objeto está diretamente relacionado à qualidade dos insumos utilizados e à conformidade da confecção com as especificações técnicas previstas. As peças descritas no processo utilizam, em regra, tecidos como meia malha PV e helanca, além de elementos complementares como ribana, frisos, estamparia em silk screen, costuras reforçadas, bainhas, reforço interno de gola e etiqueta permanente de identificação. Tais características evidenciam que o objeto foi estruturado para suportar uso recorrente, movimentação intensa, exposição solar, transpiração e sucessivas lavagens, circunstâncias típicas do cotidiano escolar. A previsão detalhada de gramatura, composição têxtil, tipo de costura e padrão de acabamento demonstra que a Administração buscou ampliar a vida útil das peças e reduzir a necessidade de substituições precoces.

No que se refere à fase de transporte, recebimento e armazenamento, o ciclo de vida do objeto exige cuidados mínimos para preservação das peças até sua distribuição aos alunos. Os uniformes deverão ser entregues devidamente organizados, identificados por tipo e tamanho, permitindo conferência eficiente e evitando avarias, trocas indevidas ou comprometimento do padrão visual. Embora não se trate de objeto de alta complexidade logística, o correto acondicionamento e a adequada distribuição influenciam diretamente a preservação da integridade do bem e a eficiência de sua utilização inicial. Nessa etapa, a atuação da Administração no recebimento provisório e definitivo é essencial para validar a conformidade do produto e impedir o ingresso de peças com defeitos que comprometeriam a vida útil esperada.

A fase de uso corresponde ao núcleo principal do ciclo de vida do objeto. Os uniformes escolares são bens de uso direto, pessoal e contínuo, submetidos à rotina diária dos estudantes em sala de aula, atividades pedagógicas, recreação, deslocamentos e demais interações do ambiente escolar. Por essa razão, sua vida útil não pode ser analisada apenas pelo tempo cronológico, mas também pela intensidade de uso, pela faixa etária dos usuários, pelo crescimento físico dos alunos, pela frequência de lavagens e pelo nível de desgaste a que cada peça fica submetida. Em especial nas etapas de creche e pré-escola, o desgaste tende a ser ainda mais acelerado em razão das atividades motoras, do maior contato com superfícies e da necessidade mais frequente de higienização. Nos anos subsequentes, embora algumas peças apresentem maior estabilidade de uso, continuam sujeitas a substituição periódica em razão de crescimento dos alunos, alteração de tamanho, desgaste do tecido, perda de elasticidade, desbotamento, rompimento de costuras ou deterioração da estamparia.

A etapa de manutenção e conservação do objeto, embora executada no âmbito do uso individual pelos beneficiários, também integra sua análise de ciclo de vida. Os uniformes foram especificados com etiqueta permanente contendo composição têxtil, identificação do fabricante e instruções de lavagem, o que permite orientar a conservação adequada das peças e contribui para a preservação de sua durabilidade. Nesse sentido, a previsão de tecidos amplamente utilizados no mercado e de boa aceitação para vestuário escolar favorece a higienização rotineira e a manutenção ordinária sem necessidade de procedimentos especiais ou custo elevado de conservação. Isso representa vantagem prática e social relevante, sobretudo para famílias que dependem de um vestuário escolar funcional, resistente e de fácil manutenção.

No tocante à reposição, a análise do ciclo de vida demonstra que o objeto possui demanda renovável e previsível. Ainda que a peça individual seja fornecida e utilizada por determinado período, a necessidade administrativa de aquisição não se encerra, pois se renova em razão do ingresso de novos alunos, da mudança de etapa escolar, do crescimento físico dos estudantes, do desgaste natural do material e da manutenção da política pública de padronização e inclusão escolar. Assim, a vida útil de cada peça é finita, mas a necessidade institucional é permanente. Esse aspecto justifica o tratamento da contratação como demanda continuada e reforça a importância de especificações técnicas capazes de oferecer maior durabilidade sem comprometer o conforto e a funcionalidade.

Quanto à destinação final, deve-se considerar que, ao término da vida útil, os uniformes deixam de atender adequadamente sua função em razão de desgaste, inadequação de tamanho, perda de integridade física ou descaracterização visual. Por se tratar de bens têxteis de uso individual, sua destinação final normalmente ocorrerá fora do ciclo administrativo direto, após utilização pelos beneficiários. Ainda assim, sob a perspectiva do planejamento público, a escolha de peças com maior durabilidade e de composição usual de mercado contribui para reduzir descarte prematuro e minimizar a necessidade de substituições excessivamente

frequentes. Em termos de racionalidade administrativa, isso representa melhor aproveitamento do objeto, maior eficiência da contratação e redução indireta de resíduos gerados ao longo do tempo.

Dessa forma, a análise do ciclo de vida do objeto evidencia que a contratação foi estruturada com observância às etapas de planejamento, fabricação, recebimento, uso, conservação, reposição e destinação final, considerando a natureza intensiva e recorrente do vestuário escolar. O conjunto das especificações técnicas definidas busca assegurar que os uniformes possuam desempenho compatível com o uso escolar cotidiano, resistência suficiente às condições ordinárias de utilização e manutenção simplificada, de modo a atender ao interesse público com eficiência, funcionalidade e adequação social.

Tabela-síntese da análise do ciclo de vida do objeto

| Etapas do ciclo de vida | Caracterização no objeto | Impacto para a Administração |
|--|---|---|
| Planejamento da necessidade | Definição dos itens, tamanhos, etapas de ensino, faixas etárias e tipos de peças com base no DFD e no histórico da rede | Garante aderência da contratação à necessidade real e evita aquisições inadequadas ou insuficientes |
| Especificação técnica | Definição de composição têxtil, gramatura, costuras, reforços, etiquetas e estamparia | Aumenta a vida útil, padroniza a qualidade e reduz risco de fornecimento de peças inferiores |
| Produção e confecção | Fabricação conforme padrões técnicos do Termo de Referência e validação administrativa | Assegura conformidade, funcionalidade e uniformidade das peças |
| Transporte, entrega e recebimento | Entrega organizada por tipo e tamanho, com conferência quantitativa e qualitativa | Preserva a integridade das peças e reduz falhas na distribuição |
| Uso cotidiano | Utilização diária pelos alunos em ambiente escolar e atividades correlatas | Exige peças confortáveis, resistentes, adequadas ao clima e à rotina escolar |
| Conservação e higienização | Lavagens frequentes e manutenção ordinária pelos beneficiários | Requer tecidos duráveis, de fácil lavagem e com boa estabilidade de uso |
| Desgaste natural | Perda gradual de qualidade por uso, crescimento dos alunos e repetidas higienizações | Torna necessária a reposição periódica e justifica a continuidade da política pública |
| Reposição | Renovação da demanda em razão de novos alunos, mudança de tamanho e desgaste das peças | Demonstra a natureza continuada da necessidade administrativa |
| Destinação final | Encerramento da utilidade da peça por desgaste, inadequação ou perda de padrão visual | Reforça a importância de especificações que ampliem a durabilidade e reduzam descarte precoce |

9.5. RECOMENDAÇÕES QUANTO À UTILIZAÇÃO DOS ITENS CONTRATADOS

Considerando que os uniformes escolares constituem bens de uso contínuo e pessoal, destinados aos alunos da rede municipal de ensino, recomenda-se a adoção de boas práticas quanto à sua utilização, manuseio, conservação e armazenamento, de forma a assegurar maior durabilidade das peças, preservação das características originais e melhor aproveitamento do objeto ao longo de sua vida útil.

No âmbito das unidades escolares, recomenda-se que a utilização dos uniformes seja orientada de forma clara aos alunos e responsáveis, destacando sua importância não apenas como vestuário, mas como instrumento de identificação, segurança, padronização e promoção da igualdade no ambiente escolar. Nesse sentido, é importante que os alunos sejam incentivados a utilizar o uniforme de forma adequada, respeitando sua finalidade institucional e contribuindo para a manutenção de um ambiente organizado e uniforme.

Quanto ao manuseio e uso cotidiano, orienta-se que:

- ✓ Os uniformes sejam utilizados exclusivamente para atividades escolares e correlatas, evitando-se o uso em atividades que possam acelerar o desgaste das peças;
- ✓ Seja evitado o contato com superfícies abrasivas, produtos químicos ou situações que possam comprometer a integridade do tecido, da estamparia ou das costuras;
- ✓ As peças sejam utilizadas de forma adequada ao tamanho do aluno, evitando tensão excessiva nas costuras e deformação do tecido.

No que se refere à conservação e higienização, recomenda-se que os responsáveis observem as instruções constantes nas etiquetas de identificação das peças, especialmente quanto à lavagem, secagem e armazenamento, de modo a preservar a durabilidade do uniforme. De forma geral, orienta-se que:

- ✓ A lavagem seja realizada com produtos adequados, evitando o uso excessivo de alvejantes ou substâncias agressivas que possam desbotar as cores ou danificar o tecido;
- ✓ As peças sejam lavadas preferencialmente com cores similares, evitando transferência de pigmentação;
- ✓ Seja evitada a exposição prolongada ao sol intenso durante a secagem, a fim de preservar a tonalidade das cores e a integridade do material;
- ✓ As peças sejam armazenadas em local limpo, seco e arejado.

No ambiente escolar, recomenda-se que as unidades adotem medidas organizacionais para garantir o uso adequado dos uniformes, tais como:

- ✓ Orientação periódica aos alunos quanto à importância do uniforme;
- ✓ Comunicação com pais e responsáveis sobre cuidados básicos de conservação;
- ✓ Organização da distribuição das peças de forma adequada, por tamanho e tipo, evitando trocas indevidas;
- ✓ Acompanhamento do uso, especialmente nas etapas iniciais (creche e pré-escola), onde há maior desgaste natural.

Destaca-se, ainda, que a adequada utilização dos uniformes contribui diretamente para:

- ✓ Aumento da vida útil das peças;
- ✓ Redução da necessidade de reposições frequentes;
- ✓ Melhor aproveitamento dos recursos públicos empregados na contratação;
- ✓ Manutenção da padronização visual da rede municipal de ensino;
- ✓ Fortalecimento da identidade institucional e da disciplina no ambiente escolar.

Dessa forma, as recomendações ora apresentadas visam orientar o uso consciente e responsável dos uniformes escolares, contribuindo para a efetividade da política pública educacional, para a economicidade da contratação e para a preservação do interesse público.

10. ASPECTOS LOGÍSTICOS DO MUNICÍPIO – AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR

A análise dos aspectos logísticos relacionados à futura aquisição e distribuição de uniformes escolares no âmbito da rede municipal de ensino evidencia a necessidade de planejamento detalhado da execução contratual, considerando as características territoriais, geográficas e operacionais do Município de Tomé-Açu/PA.

O município apresenta configuração territorial ampla e heterogênea, com núcleo urbano central, distritos, vilas, localidades intermediárias e extensa área rural, circunstância que interfere diretamente na logística de recebimento, conferência, armazenamento temporário, separação por unidade escolar, transporte e entrega final dos uniformes aos alunos.

A representação cartográfica do território municipal demonstra malha territorial extensa, com significativa dispersão das localidades, rede viária capilarizada e distribuição não concentrada da população escolar, especialmente em regiões rurais e vilas afastadas da sede. Tal realidade impõe à Administração a necessidade de estruturar a contratação com base não apenas no quantitativo global do objeto, mas também na viabilidade logística de sua execução, sob pena de comprometer a eficiência da entrega e a própria finalidade pública da contratação.

No caso específico dos uniformes escolares, a logística assume especial relevância, pois não se trata de simples recebimento centralizado de bens padronizados. Ao contrário, a execução contratual demanda controle por tamanho, por escola, por etapa de ensino, por aluno e, em muitos casos, por localidade, exigindo organização prévia e distribuição compatível com a rede física de atendimento da Secretaria Municipal de Educação.

A existência de múltiplas vilas e comunidades rurais amplia consideravelmente a complexidade logística do fornecimento, uma vez que a distribuição dos uniformes não se limita ao atendimento da sede municipal. A rede escolar alcança unidades situadas em áreas com maior distância operacional, acesso rodoviário variável, necessidade de deslocamento prolongado e dependência de rotas específicas para entrega. Isso faz com que a logística da contratação deva ser tratada como elemento central do planejamento, e não como etapa acessória da execução.

Sob essa perspectiva, destacam-se os seguintes fatores logísticos relevantes:

- Ampla extensão territorial do município;
- Dispersão geográfica das unidades escolares;
- Presença de vilas, distritos e comunidades rurais com dinâmica própria de acesso;
- Necessidade de fracionamento da entrega por polo, unidade ou rota;
- Necessidade de compatibilização entre cronograma de entrega e calendário escolar;
- Risco de atrasos decorrentes de deslocamentos longos e rotas complexas;
- Necessidade de organização prévia dos uniformes por tamanho, quantitativo e unidade escolar;
- Exigência de controle rigoroso no recebimento para evitar trocas, faltas ou entregas inadequadas.

A importância de ressaltar a existência de muitas vilas e áreas rurais decorre do fato de que essa característica territorial impacta diretamente a vantajosidade da contratação, a metodologia de entrega, o prazo de execução, o dimensionamento do risco contratual e a necessidade de critérios operacionais mais rigorosos no Termo de Referência.

Em municípios com distribuição territorial mais concentrada, a entrega centralizada tende a ser suficiente. Em Tomé-Açu, entretanto, tal solução pode não ser a mais eficiente se desconsiderar a realidade da rede escolar descentralizada. A logística de distribuição dos uniformes deve levar em conta que parte relevante dos alunos se encontra vinculada a unidades localizadas fora do eixo urbano principal, o que exige organização escalonada e capacidade de atendimento territorialmente compatível com a estrutura do Município.

Além disso, a própria natureza do objeto reforça a sensibilidade logística da contratação. Diferentemente de materiais de consumo genéricos, os uniformes exigem correspondência adequada entre peça, tamanho e destinatário, de modo que falhas na logística de separação e entrega geram não apenas atraso, mas também ineficiência material da contratação, retrabalho administrativo, necessidade de substituições e comprometimento do início ou da regularidade do uso pelos alunos.

Assim, a logística municipal deve considerar, minimamente, as seguintes etapas operacionais:

a) Recebimento central e conferência inicial

Os uniformes, quando entregues pela contratada, deverão passar por conferência quantitativa e qualitativa, com verificação de conformidade quanto a tamanhos, modelos, costura, tecido, cores, personalização e demais especificações contratuais.

b) Separação por escola, localidade e grade de tamanhos

Após o recebimento, será necessária a separação dos kits ou peças por unidade escolar e, quando aplicável, por aluno, turma, faixa etária ou grade de tamanhos, de modo a evitar inconsistências no momento da distribuição.

c) Definição de polos ou rotas de distribuição

Considerando a existência de vilas e áreas rurais, recomenda-se que a logística de entrega observe agrupamento por polos educacionais, rotas territoriais ou regiões administrativas, a fim de racionalizar deslocamentos e reduzir custos operacionais indiretos.

d) Compatibilização com o calendário escolar

O cronograma de fornecimento deve ser compatível com o período letivo, priorizando entregas em tempo hábil para utilização efetiva dos uniformes pelos alunos, evitando que a execução contratual perca utilidade prática.

e) Controle de entrega e rastreabilidade

A distribuição deve ser acompanhada por documentos de controle, planilhas, termos de recebimento ou relatórios por unidade escolar, garantindo rastreabilidade, transparência e possibilidade de conferência posterior.

f) Previsão de reposição e ajustes

Diante da complexidade territorial e da variabilidade de tamanhos, recomenda-se prever mecanismo de reposição ou troca para situações de não conformidade, erro de separação ou necessidade de ajuste, especialmente nas unidades mais distantes.

10.1. RELEVÂNCIA DA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS UNIDADES ESCOLARES

A distribuição das unidades escolares no território municipal constitui fator determinante para o planejamento da contratação. A existência de escolas situadas na sede, em distritos, vilas e áreas rurais evidencia que o objeto não pode ser tratado sob lógica exclusivamente centralizada, devendo a Administração considerar a capilaridade territorial da rede de ensino.

Essa realidade exige que o futuro processo de contratação contemple solução logística compatível com:

- A dispersão geográfica dos alunos;
- A dificuldade relativa de acesso a determinadas localidades;
- A necessidade de escalonamento de entregas;
- A preservação da integridade e organização dos uniformes até a entrega final;
- A redução de perdas, extravios, trocas e atrasos.

Em termos práticos, a logística de fornecimento dos uniformes escolares deve ser planejada para assegurar que a distância entre a sede e as unidades mais afastadas não comprometa a efetividade da contratação. A falta de atenção a esse aspecto pode resultar em concentração da entrega apenas em pontos urbanos, sobrecarga administrativa para redistribuição local e atraso no atendimento das escolas situadas em áreas mais remotas.

10.2. IMPACTOS LOGÍSTICOS NA MODELAGEM DA CONTRATAÇÃO

A realidade territorial do Município de Tomé-Açu impacta diretamente a modelagem da contratação, justificando maior detalhamento no planejamento e, se necessário, a adoção de critérios operacionais específicos no Termo de Referência.

Entre os principais impactos logísticos na modelagem da contratação, destacam-se:

- Necessidade de definição clara da forma de entrega;
- Eventual adoção de entrega centralizada com redistribuição planejada pela secretaria, ou entrega descentralizada conforme cronograma da administração;
- Necessidade de previsão de prazos compatíveis com a dimensão territorial do município;
- Necessidade de exigir da contratada organização adequada dos uniformes por lote, escola ou grade;
- Necessidade de prever fiscalização mais rigorosa nas etapas de recebimento e distribuição;
- Necessidade de considerar, na análise da vantajosidade, não apenas o preço unitário do uniforme, mas também a viabilidade logística da execução.

Em outras palavras, a logística municipal não é elemento periférico, mas componente essencial da viabilidade da contratação.

10.3. CONCLUSÃO TÉCNICA

Diante do exposto, conclui-se que os aspectos logísticos do Município de Tomé-Açu possuem relevância central no planejamento da contratação de uniformes escolares, em razão da ampla extensão territorial, da presença de numerosas vilas e áreas rurais, da dispersão geográfica da rede municipal de ensino e da necessidade de distribuição organizada e tempestiva dos itens aos alunos.

A realidade territorial do Município exige que a contratação seja estruturada com elevado grau de detalhamento operacional, de modo a assegurar que o fornecimento dos uniformes não se limite à aquisição formal das peças, mas resulte efetivamente na entrega adequada, controlada e eficiente a todas as unidades escolares da rede municipal, inclusive aquelas situadas em localidades mais afastadas da sede.

Assim, a consideração dos aspectos logísticos no ETP mostra-se indispensável para garantir aderência da contratação à realidade municipal, promover eficiência administrativa, reduzir riscos de execução e assegurar que o objeto atenda plenamente ao interesse público.

10.4. DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DE TOMÉ-AÇU E O DISTRITO DE QUATRO BOCAS

Destaca-se, no contexto da presente contratação, a relevante distância existente entre a sede do Município de Tomé-Açu e o Distrito de Quatro Bocas, localidade que se configura como o principal polo populacional do Município, concentrando significativo contingente de alunos da rede pública municipal, além de diversas unidades escolares e importante estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Ressalta-se que o Distrito de Quatro Bocas abriga, inclusive, polo operacional da SEMED, desempenhando papel estratégico na organização, coordenação e execução das atividades educacionais, especialmente no atendimento às comunidades situadas em seu entorno e em áreas rurais adjacentes.

Tal fator geográfico impacta diretamente a logística de distribuição dos uniformes escolares, considerando que grande parte da demanda está concentrada nessa localidade, ao mesmo tempo em que se encontra distante da sede municipal, exigindo planejamento logístico adequado para garantir eficiência na entrega dos itens.

A eventual centralização exclusiva da entrega na sede do Município, sem considerar a importância de Quatro Bocas como polo educacional, poderia implicar:

- Aumento de custos operacionais com transporte para redistribuição dos uniformes;
- Necessidade de deslocamentos adicionais por parte da equipe da SEMED;
- Maior tempo de distribuição até as unidades escolares situadas no distrito e regiões adjacentes;
- Risco de atrasos na entrega aos alunos;
- Sobrecarga administrativa na etapa de separação e redistribuição dos itens.

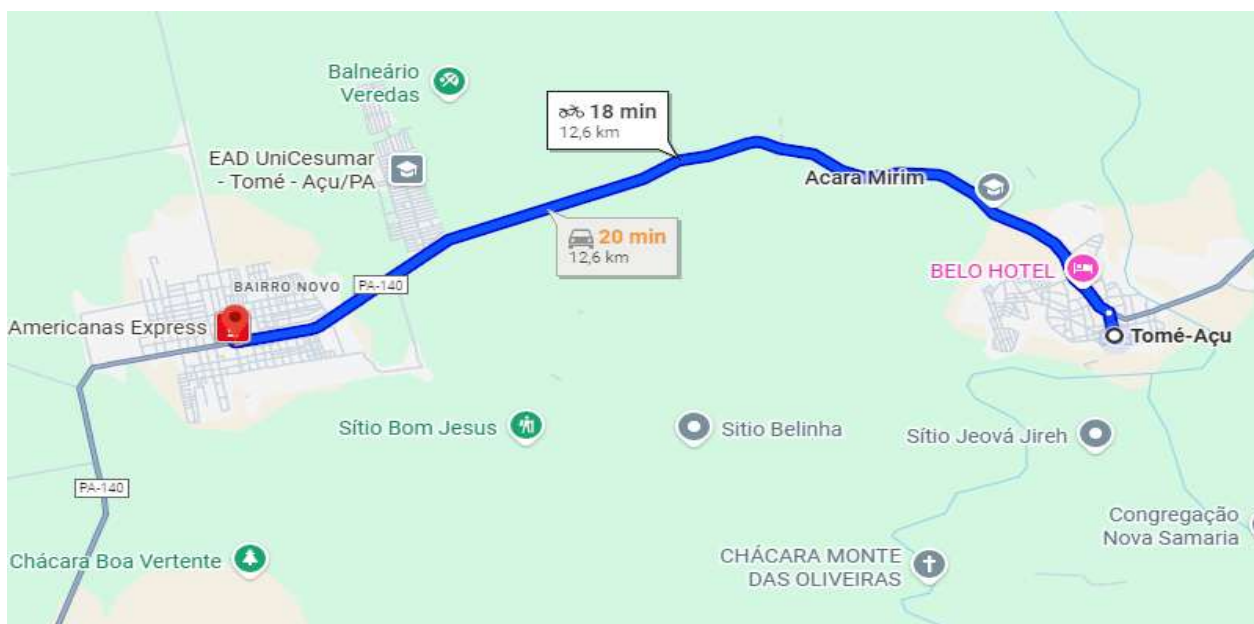
Considerando que o Distrito de Quatro Bocas concentra número expressivo de escolas e estudantes, além de atuar como ponto estratégico de apoio à gestão educacional, torna-se essencial que a logística da contratação leve em conta essa realidade territorial, possibilitando maior eficiência na execução do objeto.

No âmbito da distribuição dos uniformes escolares, essa configuração territorial exige que a Administração avalie a adoção de soluções logísticas compatíveis com a centralidade de Quatro Bocas, seja por meio da organização de entregas por polos, seja mediante planejamento de rotas que contemplem prioritariamente essa localidade.

Ademais, a existência de diversas vilas e comunidades rurais no entorno de Quatro Bocas reforça ainda mais sua relevância como ponto de apoio logístico, uma vez que a distribuição dos uniformes poderá ser otimizada a partir desse eixo territorial, reduzindo deslocamentos adicionais e garantindo maior eficiência na entrega final aos alunos.

Diante desse cenário, a distância entre a sede municipal e o Distrito de Quatro Bocas constitui elemento determinante para o planejamento da contratação, devendo ser considerada na definição da forma de entrega, dos prazos de execução e da organização da distribuição dos uniformes escolares.

Assim, a adequada consideração desse fator geográfico contribui diretamente para a economicidade, eficiência e efetividade da contratação, assegurando que os uniformes sejam distribuídos de forma organizada, tempestiva e compatível com a realidade territorial do Município, atendendo plenamente ao interesse público e às necessidades da rede municipal de ensino.



11. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

A definição da modalidade de contratação adotada pela Administração Pública decorre de análise técnica e jurídica fundamentada, devendo observar, de forma integrada, os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente os da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, competitividade, padronização, transparência e seleção da proposta mais vantajosa.

Nos termos do art. 18 da referida Lei, o planejamento da contratação deve considerar a natureza do objeto, as condições do mercado e as alternativas disponíveis, de modo a assegurar a adoção da solução mais adequada ao atendimento do interesse público.

No presente caso, o objeto consiste na confecção e fornecimento de uniformes escolares, caracterizando-se como aquisição de bens comuns, cujas especificações podem ser definidas de forma objetiva e padronizada.

As características do objeto permitem a definição clara de requisitos técnicos, tais como:

- Composição do tecido;
- Gramatura;
- Cores institucionais;
- Modelagem e tamanhos;
- Costura e acabamento;
- Estamparia e identidade visual;

O que possibilita a comparação direta entre propostas, com base em critérios objetivos de julgamento, conforme exigido pela legislação vigente.

Adicionalmente, verifica-se que o objeto apresenta ampla oferta no mercado, sendo regularmente contratado por diversos entes públicos, inexistindo qualquer elemento que caracterize singularidade ou inviabilidade de competição.

Outro aspecto relevante refere-se à natureza da demanda, que se apresenta como contínua, previsível e recorrente, vinculada diretamente ao calendário escolar e à execução permanente da política pública educacional, o que reforça a necessidade de solução estruturada, eficiente e compatível com o planejamento administrativo.

Diante desse cenário, foram analisadas as alternativas possíveis para a contratação, conforme segue:

ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE CONTRATAÇÃO

➤ SOLUÇÃO 01 – CONTRATAÇÃO POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A contratação por dispensa de licitação, prevista nos arts. 72 e 75 da Lei nº 14.133/2021, aplica-se a hipóteses excepcionais, devidamente justificadas e delimitadas em lei.

No presente caso, essa alternativa não se mostra adequada, considerando:

- O caráter contínuo e recorrente da demanda;
- A previsibilidade da necessidade, vinculada ao calendário escolar;
- O volume expressivo de itens a serem adquiridos;
- A necessidade de padronização institucional dos uniformes;
- A existência de ampla oferta no mercado

Análise técnica e jurídica: A contratação por dispensa de licitação constitui hipótese excepcional, admitida nos casos expressamente previstos na legislação, devendo ser devidamente justificada e instruída conforme os requisitos estabelecidos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Nos termos do referido dispositivo, a contratação direta exige a formalização de processo administrativo contendo, entre outros elementos, documento de formalização da demanda, estimativa de despesa, justificativa de preço, razão da escolha do contratado e demonstração da compatibilidade orçamentária, além da comprovação de atendimento aos requisitos de habilitação e qualificação mínima.

Adicionalmente, o art. 75 da mesma Lei elenca as hipóteses específicas em que a dispensa de licitação é admitida, destacando-se, para o presente caso, aquelas relacionadas ao valor da contratação e a situações excepcionais devidamente caracterizadas.

Entretanto, a análise da aplicabilidade dessa modalidade ao objeto em estudo evidencia sua inadequação, pelos seguintes fundamentos:

Inicialmente, verifica-se que a demanda por uniformes escolares possui caráter contínuo, previsível e recorrente, estando diretamente vinculada ao calendário letivo e à execução permanente da política pública educacional. Trata-se, portanto, de necessidade previamente identificável e plenamente passível de planejamento, afastando a caracterização de situação excepcional que justificaria a contratação direta.

Além disso, o volume estimado da contratação, associado ao número de alunos da rede municipal e à necessidade de padronização dos uniformes, supera, em regra, os limites legais estabelecidos para dispensa por valor, inviabilizando a adoção dessa hipótese sem afronta à legislação.

Outro ponto relevante refere-se à vedação de fracionamento indevido da despesa, prevista implicitamente na sistemática da Lei nº 14.133/2021, especialmente no §1º do art. 75, que determina a consideração do somatório das contratações de mesma natureza ao longo do exercício financeiro. Nesse sentido, a utilização de dispensas sucessivas para aquisição de uniformes escolares poderia caracterizar burla ao dever de licitar, comprometendo os princípios do planejamento, da economicidade e da transparência.

Adicionalmente, a contratação direta reduziria significativamente a competitividade do processo, limitando a participação de fornecedores e comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em desacordo com os princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Sob o aspecto operacional, a dispensa de licitação também não se mostra adequada, uma vez que não permite a estruturação de fornecimento parcelado, controle eficiente de quantitativos e planejamento logístico compatível com a realidade territorial do Município, especialmente considerando a existência de múltiplas unidades escolares distribuídas entre a sede, o Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais.

Por fim, a adoção dessa modalidade poderia comprometer a transparência e a rastreabilidade dos atos administrativos, reduzindo o controle social e a segurança jurídica da contratação.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, conclui-se que a contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO SE MOSTRA ADEQUADA PARA O ATENDIMENTO DA PRESENTE DEMANDA**, sob os aspectos legal, técnico, administrativo e econômico, devendo ser afastada como solução para o caso em análise.

➤ **SOLUÇÃO 02 – CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CREDENCIAMENTO**

Análise técnica e jurídica

O credenciamento constitui procedimento auxiliar de contratação previsto na legislação, caracterizado pela seleção de múltiplos interessados para prestação de serviços ou fornecimento de bens, sem caráter competitivo direto, sendo utilizado quando a Administração Pública pretende contratar todos os interessados que atendam aos requisitos previamente estabelecidos.

Nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, o credenciamento é aplicável quando houver inviabilidade de competição decorrente da possibilidade de contratação simultânea de todos os interessados, em condições padronizadas e previamente definidas pela Administração.

Nesse modelo, a Administração estabelece critérios objetivos de habilitação e execução, permitindo o ingresso de todos os fornecedores que atendam às exigências, com posterior distribuição da demanda de forma isonômica ou conforme regras previamente definidas.

Embora juridicamente admitido, o credenciamento não se mostra adequado para a presente contratação, considerando as características específicas do objeto e da necessidade administrativa.

Inicialmente, destaca-se que o credenciamento é mais indicado para situações em que:

- Há interesse na contratação de múltiplos prestadores de forma simultânea;
- Não há necessidade de seleção de proposta mais vantajosa por meio de disputa;
- Os serviços ou bens podem ser prestados de forma descentralizada e independente;
- A remuneração ocorre por preço previamente fixado pela Administração.

No caso em análise, entretanto, o objeto consiste na confecção e fornecimento de uniformes escolares, cuja natureza exige:

- Padronização rigorosa das peças;
- Uniformidade de identidade visual;
- Controle de qualidade homogêneo;
- Fornecimento centralizado ou coordenado;

- Gestão integrada dos quantitativos;
- Controle logístico estruturado.

A adoção do credenciamento, nesse contexto, poderia gerar fragmentação da execução, com múltiplos fornecedores produzindo uniformes com variações de padrão, acabamento, modelagem ou qualidade, comprometendo a uniformidade institucional da rede municipal de ensino.

Além disso, o credenciamento não contempla disputa por preços, uma vez que a Administração estabelece previamente os valores a serem pagos, o que reduz a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa sob o aspecto econômico, em desacordo com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Outro fator relevante refere-se à complexidade logística da contratação. Considerando a realidade territorial do Município, com unidades escolares distribuídas entre a sede, o Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais, a execução do objeto demanda organização centralizada e controle rigoroso da distribuição, o que se mostra incompatível com modelo pulverizado de fornecimento.

Adicionalmente, a gestão contratual no modelo de credenciamento tende a ser mais complexa, exigindo:

- Acompanhamento simultâneo de múltiplos fornecedores;
- Controle individualizado de entregas;
- Fiscalização ampliada;
- Maior esforço administrativo para consolidação das informações.

Tais fatores podem comprometer a eficiência administrativa e aumentar o risco de inconsistências na execução.

Por fim, destaca-se que o credenciamento não se mostra compatível com a necessidade de contratação com base em critérios objetivos de julgamento e seleção da proposta mais vantajosa, princípios fundamentais das contratações públicas, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Conclusão

Diante das características do objeto, da necessidade de padronização dos uniformes, da exigência de controle logístico integrado e da busca pela proposta mais vantajosa, conclui-se que a contratação por meio de credenciamento, embora juridicamente possível nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, não se mostra adequada para o presente caso.

A solução apresenta limitações relevantes quanto à padronização, competitividade, controle da execução e eficiência administrativa, devendo, portanto, ser afastada em favor de modalidade licitatória competitiva, mais compatível com a natureza da contratação e com o interesse público.

➤ **SOLUÇÃO 03 – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE OUTROS ÓRGÃOS**

Análise técnica e jurídica

A adesão à Ata de Registro de Preços de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, embora juridicamente admitida pela legislação vigente, não se apresenta, no caso concreto, como a solução mais adequada e vantajosa para atendimento da presente demanda.

Nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento inicial, desde que observados os requisitos legais, a anuência do órgão gerenciador e a demonstração de vantagem para a Administração. Trata-se, portanto, de mecanismo excepcional e condicionado, cuja utilização exige avaliação concreta de compatibilidade entre o objeto registrado e a necessidade específica do órgão aderente.

No presente caso, embora a adesão seja juridicamente possível em tese, a análise técnica evidencia que essa alternativa não se mostra a mais adequada sob os aspectos da aderência ao interesse público, da compatibilidade material do objeto, do planejamento administrativo e da vantajosidade econômica.

Inicialmente, deve-se considerar que o objeto da presente contratação consiste na confecção e fornecimento de uniformes escolares, demanda que envolve não apenas a aquisição de peças de vestuário, mas a definição precisa de diversos elementos técnicos e institucionais, tais como:

- Identidade visual própria do Município;
- Cores institucionais;
- Padrões de estampa;
- Modelagem;
- Grade de tamanhos;
- Composição e gramatura dos tecidos;
- Quantitativos por faixa etária, unidade escolar e localidade;
- Forma de entrega e logística de distribuição.

Esses elementos possuem forte vinculação com a realidade administrativa e educacional do Município, não sendo adequadamente substituíveis por especificações genéricas ou previamente definidas por outro ente público.

As atas de registro de preços são estruturadas a partir das necessidades específicas do órgão gerenciador e dos participantes originários do certame. Assim, ainda que haja semelhança formal entre os objetos, a simples existência de ata vigente não garante compatibilidade material integral com a necessidade da Administração aderente. No caso dos uniformes escolares, a padronização visual e técnica tem importância central, pois está diretamente relacionada à identidade institucional da rede de ensino e à adequada execução da política pública educacional.

Sob esse aspecto, a adesão pode gerar riscos concretos de incompatibilidade, tais como:

- Peças com características visuais distintas da identidade adotada pelo Município;
- Modelagens inadequadas à realidade da rede municipal;
- Grade de tamanhos incompatível com o perfil dos alunos atendidos;
- Composição têxtil diversa daquela considerada tecnicamente adequada;
- Quantitativos registrados em lógica diferente da necessidade local;
- Condições de entrega não compatíveis com a logística territorial do Município.

Além disso, a realidade territorial de Tomé-Açu representa fator determinante na análise de vantajosidade da solução. O Município possui rede escolar distribuída entre sede, Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais, exigindo planejamento logístico específico para distribuição dos uniformes. A adesão a ata de outro órgão, estruturada com base em realidade territorial diversa, tende a não refletir com precisão as necessidades locais quanto a cronograma, fracionamento de entregas, polos de distribuição e operacionalização do fornecimento.

Outro ponto relevante diz respeito ao dever de planejamento previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021. A contratação pretendida decorre de necessidade previsível, recorrente e vinculada ao calendário escolar, o que recomenda a realização de procedimento próprio, estruturado a partir da realidade da Administração Municipal. A adesão, embora possa representar solução célere em determinadas situações, não substitui adequadamente o dever de planejamento quando a necessidade é permanente, previamente identificável e dependente de especificações próprias.

Também sob a ótica da vantajosidade, a adesão exige mais do que mera comparação abstrata de preços. A Administração deve demonstrar que a solução escolhida é efetivamente mais vantajosa em termos globais, o que envolve não apenas valor unitário, mas também:

- Adequação técnica do objeto;
- Compatibilidade da execução contratual;
- Segurança no fornecimento;
- Qualidade esperada;
- Viabilidade logística;
- Aderência ao interesse público local.

Nesse contexto, ainda que eventualmente existam atas com preços aparentemente compatíveis, isso não basta para justificar a adesão se o objeto registrado não refletir integralmente a necessidade administrativa do Município. Em contratação de uniformes escolares, a vantajosidade deve ser compreendida de forma ampliada, abrangendo o resultado prático da contratação e sua efetiva utilidade para a política pública educacional.

Adicionalmente, a adesão pode reduzir a autonomia da Administração na definição de critérios próprios de contratação, limitando a possibilidade de estabelecer com precisão:

- Exigências específicas de qualidade;
- Critérios de amostra, quando cabíveis;
- Regras próprias de fiscalização;
- Forma de recebimento;
- Cronograma adequado de fornecimento;
- Detalhamento logístico compatível com a realidade municipal.

Esses fatores reforçam que, embora juridicamente possível, a adesão à ata de outros órgãos não representa, no presente caso, a solução mais adequada, especialmente quando comparada à realização de licitação própria, estruturada com base nas peculiaridades locais.

Por fim, a escolha por procedimento próprio também se harmoniza com os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, em especial os princípios do planejamento, da eficiência, da motivação, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, permitindo à Administração construir solução integralmente aderente às necessidades da sua rede municipal de ensino.

Diante do exposto, conclui-se que a adesão à Ata de Registro de Preços de outros órgãos, embora admitida pelo art. 86 da Lei nº 14.133/2021, não se mostra a alternativa mais vantajosa e adequada para o caso em

análise, em razão da necessidade de compatibilidade plena entre o objeto contratado e a realidade específica do Município, especialmente quanto à identidade visual, especificações técnicas, grade de tamanhos, quantitativos e logística de distribuição.

Assim, **A SOLUÇÃO MOSTRA-SE JURIDICAMENTE POSSÍVEL, PORÉM TECNICAMENTE MENOS ADEQUADA DO QUE A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO PRÓPRIA**, não atendendo de forma satisfatória às exigências de planejamento, padronização institucional, aderência logística e vantajosidade global da contratação.

➤ **SOLUÇÃO 04 – REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO PRÓPRIA, NA MODALIDADE PREGÃO**

Análise técnica e jurídica

A realização de licitação própria, na modalidade Pregão, apresenta-se como a solução juridicamente adequada e tecnicamente mais vantajosa para atendimento da presente demanda, considerando a natureza do objeto, a ampla competitividade do mercado e a possibilidade de definição objetiva das especificações dos itens a serem contratados.

Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, entendidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. No caso em análise, o objeto consiste na confecção e fornecimento de uniformes escolares, cujas características técnicas podem ser claramente estabelecidas, tais como composição do tecido, gramatura, modelagem, cores, costura, acabamento, tamanhos e elementos de identidade visual, o que viabiliza comparação objetiva entre propostas e julgamento isonômico entre os licitantes.

A compatibilidade do objeto com a modalidade pregão também se reforça pelo disposto no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que prevê expressamente o pregão como modalidade licitatória aplicável à contratação de bens e serviços comuns, bem como pelo art. 29, que determina sua adoção sempre que o objeto possuir essa natureza.

Sob a perspectiva do planejamento, a escolha do pregão decorre da constatação de que a necessidade da Administração é previsível, recorrente e vinculada à execução continuada da política pública educacional, especialmente em razão do atendimento anual ou periódico aos alunos da rede municipal. Trata-se, portanto, de demanda que não se enquadra em hipótese de contratação direta, mas sim em contratação ordinária, passível de ampla disputa entre fornecedores do ramo, o que exige a realização de procedimento competitivo em

observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o pregão possibilita disputa baseada em lances, ampliando a competitividade e favorecendo a obtenção de melhores condições econômicas para a Administração. Esse aspecto é especialmente relevante em contratações como a presente, em que há ampla oferta no mercado e diversidade de potenciais fornecedores aptos ao atendimento do objeto. A utilização dessa modalidade contribui, assim, para a maximização da vantajosidade da contratação, em consonância com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece como objetivos de o processo licitatório assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

Outro ponto determinante para a adoção do pregão está relacionado à necessidade de conferir segurança jurídica, transparência e rastreabilidade ao procedimento. Sendo o objeto destinado ao atendimento de política pública sensível e de grande impacto social, a realização de licitação própria fortalece o controle interno, amplia a publicidade dos atos e reduz riscos de questionamentos futuros quanto à escolha da solução contratual.

No caso específico do fornecimento de uniformes escolares, a modalidade pregão mostra-se ainda mais adequada porque permite estruturar com precisão os critérios de aceitação, as exigências de qualidade, os mecanismos de aferição de conformidade e os requisitos de amostra, quando tecnicamente justificáveis, sem afastar a objetividade necessária ao julgamento. Isso possibilita à Administração não apenas contratar pelo menor preço, mas fazê-lo com base em parâmetros técnicos previamente definidos, aptos a assegurar a qualidade dos itens fornecidos.

Também merece destaque o fato de que a realidade territorial do Município exige contratação organizada e logisticamente planejada. A existência de unidades escolares distribuídas entre a sede, o Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais demanda fornecimento estruturado, com possibilidade de entregas escalonadas, controle de quantitativos por unidade e adequada gestão contratual. A licitação por pregão permite à Administração estruturar essas exigências no edital e no termo de referência, assegurando que a futura contratação seja compatível com a logística municipal e com a necessidade de distribuição eficiente dos uniformes.

Além disso, a adoção de licitação própria evita as limitações decorrentes de soluções alternativas, como a dispensa de licitação ou a adesão a ata de outros órgãos, permitindo que o Município defina de forma autônoma e precisa:

- Os quantitativos compatíveis com sua realidade;
- A identidade visual dos uniformes;
- A grade de tamanhos;
- Os padrões mínimos de qualidade;
- A forma de entrega e distribuição;
- Os critérios de fiscalização e recebimento.

Dessa forma, a modalidade pregão se mostra não apenas juridicamente cabível, mas também a solução que melhor harmoniza os aspectos legais, técnicos, operacionais e logísticos da contratação.

Conclusão: Diante das características do objeto, da ampla oferta no mercado, da possibilidade de definição objetiva das especificações e da necessidade de ampla competitividade, conclui-se que **A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO PRÓPRIA, NA MODALIDADE PREGÃO, CONSTITUI A SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA** para o atendimento da presente demanda, por estar em plena conformidade com os arts. 6º, inciso XLI, 28, inciso I, 29, 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, assegurando legalidade, eficiência, economicidade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

11.1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

A presente contratação será realizada com fundamento na Lei nº 14.133/2021, que disciplina as modalidades de licitação, bem como os procedimentos auxiliares aplicáveis às contratações públicas, dentre os quais se destaca o Sistema de Registro de Preços – SRP, como instrumento voltado à racionalização, eficiência e planejamento das aquisições governamentais.

No caso em análise, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) configura-se como solução técnica e juridicamente adequada, tendo em vista as características do objeto, a dinâmica de consumo e a necessidade de atendimento progressivo da demanda, especialmente no contexto da política pública educacional.

Nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o SRP é aplicável à contratação de bens e serviços comuns, permitindo o registro formal de preços para futuras contratações, sem obrigatoriedade de aquisição imediata, o que confere maior flexibilidade à Administração. Tal previsão é regulamentada pelo Decreto nº 11.462/2023 e pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 53/2023, que estabelecem diretrizes para sua utilização no âmbito das contratações públicas.

A escolha pelo SRP justifica-se, principalmente, pela necessidade de realização parcelada, programada e conforme a demanda real da aquisição de uniformes escolares, permitindo que a Administração efetive as contratações de forma gradual, à medida em que se concretizam as necessidades das unidades escolares.

Diferentemente da aquisição integral imediata, o SRP possibilita maior controle sobre os quantitativos, evitando excessos, desperdícios e aquisições desnecessárias, além de permitir melhor adequação à disponibilidade orçamentária e às variações de demanda ao longo do exercício.

Fundamentação técnica para adoção do SRP

A utilização do Sistema de Registro de Preços encontra respaldo nas características do objeto, destacando-se:

- Demanda contínua e previsível, vinculada ao calendário escolar e à política pública educacional;
- Necessidade de fornecimento parcelado, considerando a distribuição por etapas, unidades escolares e localidades;
- Impossibilidade de consumo imediato do quantitativo total estimado;
- Necessidade de flexibilidade administrativa, diante de eventuais ajustes de quantitativos;
- Complexidade logística, especialmente em razão da distribuição territorial do Município, incluindo sede, Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais.

Esses elementos demonstram que a aquisição não deve ocorrer de forma única e integral, mas sim de maneira planejada e escalonada, o que reforça a adequação do SRP como ferramenta de gestão.

Vantagens técnicas, econômicas e operacionais do SRP

A adoção do SRP proporciona uma série de benefícios à Administração Pública, dentre os quais se destacam:

- a) Racionalização do processo de compras: O SRP permite a centralização e padronização das aquisições, evitando a repetição de múltiplos processos licitatórios para objetos de mesma natureza, reduzindo custos administrativos e promovendo maior eficiência na gestão pública.
- b) Atendimento conforme a demanda real: As contratações são realizadas apenas quando há necessidade efetiva, dentro dos quantitativos registrados, evitando a formação de estoques excessivos e o risco de desperdício.
- c) Agilidade e eficiência na execução contratual: Com os preços previamente registrados, as contratações subsequentes tornam-se mais céleres, permitindo resposta rápida às demandas das Secretarias, sem necessidade de novos certames.
- d) Maior competitividade e economicidade: A realização de licitação ampla para formação da ata estimula a participação de fornecedores e a disputa de preços, resultando em melhores condições para a Administração.

e) Flexibilidade administrativa e planejamento: A ata de registro de preços, com vigência de até 12 (doze) meses, permite planejamento das aquisições ao longo do exercício financeiro, ajustando-se às variações de consumo e às necessidades reais da Administração.

f) Adequação à logística municipal: Considerando a realidade territorial do Município de Tomé-Açu, com unidades distribuídas entre sede, Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais, o SRP permite organizar o fornecimento de forma escalonada, facilitando a distribuição e reduzindo impactos logísticos.

g) Possibilidade de adesão por outros órgãos: Nos termos do §3º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, a ata poderá ser utilizada por outros órgãos, mediante autorização do órgão gerenciador, promovendo cooperação administrativa e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

h) Segurança jurídica e transparência: O SRP observa todas as etapas legais da contratação, incluindo planejamento, licitação, formalização e publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), assegurando transparência, controle e rastreabilidade dos atos.

Compatibilidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021

A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra plena aderência aos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- **Planejamento**, ao permitir programação das aquisições;
- **Economicidade**, ao evitar desperdícios e promover economia de escala;
- **Eficiência**, ao racionalizar procedimentos administrativos;
- **Competitividade**, ao ampliar a participação de fornecedores;
- **Transparência**, ao assegurar publicidade e controle dos atos;
- **Vantajosidade**, ao possibilitar melhores condições contratuais.

Diante das características do objeto, da necessidade de fornecimento parcelado, da complexidade logística do Município e da busca por maior eficiência na gestão pública, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) constitui a solução mais adequada para a presente contratação.

A utilização do SRP permite alinhar planejamento, economicidade, flexibilidade e eficiência, assegurando que a aquisição dos uniformes escolares ocorra de forma organizada, progressiva e compatível com a realidade administrativa e territorial do Município, em conformidade com os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, o Decreto nº 11.462/2023 e a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 53/2023.

11.2. POSSIBILIDADE DE ATUALIZAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em razão da natureza essencial, contínua e estratégica do fornecimento de uniformes escolares, cuja execução impacta diretamente o funcionamento da rede municipal de ensino e a efetividade da política pública educacional, impõe-se à Administração Pública a adoção de medidas legais e gerenciais que assegurem a continuidade, a eficiência e a economicidade dessa prestação.

O fornecimento de uniformes escolares constitui insumo relevante para a organização, identificação, segurança, padronização e inclusão dos alunos da rede pública municipal, sendo caracterizado por demanda dinâmica, variável e diretamente vinculada à evolução das atividades educacionais do ente público.

Nesse contexto, destaca-se a possibilidade jurídica de atualização e adequação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços, como instrumento legítimo de planejamento, racionalização das contratações públicas e preservação do interesse público, especialmente diante da recorrência da demanda, da variabilidade do consumo e da necessidade permanente de atendimento da rede municipal de ensino.

Tal possibilidade encontra fundamento nos arts. 82 e 84 da Lei nº 14.133/2021, que disciplinam a utilização do Sistema de Registro de Preços e a vigência das respectivas atas, bem como no entendimento consolidado da Advocacia-Geral da União, consubstanciado no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, o qual admite a adequação dos quantitativos registrados, desde que observados os requisitos legais e administrativos pertinentes, resguardando a vantajosidade e a legalidade da contratação.

Nos termos do referido entendimento, a atualização dos quantitativos da Ata de Registro de Preços mostra-se juridicamente admissível, desde que, por ocasião de eventual formalização de aditamento ou reequilíbrio da execução, sejam observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Demonstração da vantajosidade da contratação para a Administração, mediante comprovação da manutenção das condições inicialmente registradas, especialmente no que se refere aos preços praticados e às condições de fornecimento dos uniformes;
- Previsão expressa no edital e na própria Ata de Registro de Preços, autorizando a adequação dos quantitativos dentro dos limites legais e regulamentares;
- Análise prévia da demanda ainda na fase de planejamento da contratação, com registro expresso neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e nos demais documentos preparatórios, evidenciando a natureza dinâmica e variável da necessidade;

- Formalização por meio de instrumento administrativo adequado, em estrita observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Importa destacar que, no caso específico do fornecimento de uniformes escolares, a possibilidade de atualização dos quantitativos revela-se medida especialmente pertinente, considerando que a demanda está diretamente relacionada a fatores variáveis, tais como:

- Ingresso anual de novos alunos na rede municipal;
- Variação no número de matrículas ao longo do exercício;
- Crescimento físico dos estudantes, com necessidade de substituição por novos tamanhos;
- Desgaste natural das peças em razão do uso contínuo e das lavagens frequentes;
- Necessidade de reposição ao longo do período letivo;
- Expansão de turmas ou unidades escolares;
- Ajustes decorrentes do planejamento pedagógico e administrativo;

Diante disso, este Estudo Técnico Preliminar contempla, de forma expressa, a possibilidade de adequação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços como medida de planejamento público estratégico, voltada à garantia da continuidade do fornecimento, à eficiência operacional da Administração e à otimização dos recursos públicos, evitando descontinuidade no atendimento aos alunos e reduzindo a necessidade de instauração de novos procedimentos licitatórios em curto espaço de tempo.

11.3. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DELA DECORRENTES

Em razão da natureza essencial, contínua e estratégica do fornecimento de uniformes escolares, cuja execução impacta diretamente o funcionamento da rede municipal de ensino e a efetividade da política pública educacional, impõe-se à Administração Pública a adoção de medidas legais e gerenciais que assegurem a continuidade, a eficiência e a economicidade dessa prestação.

O fornecimento de uniformes escolares constitui insumo relevante para a organização, identificação, segurança, padronização e inclusão dos alunos da rede pública municipal, sendo caracterizado por demanda recorrente, previsível e, ao mesmo tempo, sujeita a variações ao longo do exercício, em decorrência do ingresso anual de novos alunos, da oscilação no número de matrículas, do crescimento físico dos estudantes, do desgaste natural das peças pelo uso contínuo e pelas lavagens frequentes, bem como da necessidade de reposição ao longo do período letivo.

Nesse contexto, a Ata de Registro de Preços decorrente da presente contratação terá vigência de até 12 (doze) meses, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, período durante o qual poderão ser formalizadas contratações conforme a necessidade da Administração.

Durante a vigência da ata, a Administração poderá realizar contratações de forma parcelada, conforme a demanda real, assegurando maior flexibilidade na gestão dos quantitativos e melhor adequação às necessidades da rede municipal de ensino.

No que se refere aos contratos oriundos da Ata de Registro de Preços, estes terão vigência vinculada à execução do objeto contratado, observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual e na legislação vigente.

A execução contratual deverá considerar a necessidade de fornecimento organizado, escalonado e compatível com a realidade territorial do Município, especialmente diante da existência de unidades escolares distribuídas entre a sede, o Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais, o que exige planejamento logístico adequado e acompanhamento contínuo da execução.

11.4. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA

Os contratos administrativos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão, excepcionalmente, ser prorrogados mediante termo aditivo, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual e na legislação vigente.

A possibilidade de prorrogação encontra fundamento nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser aplicada de forma compatível com a natureza do objeto contratado.

Considerando que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de uniformes escolares, a prorrogação contratual não constitui regra, mas sim medida excepcional, a ser adotada quando necessária à continuidade da execução contratual e à preservação do interesse público.

A prorrogação poderá ser admitida, especialmente, nas hipóteses em que:

- Houver necessidade de conclusão da entrega dos itens contratados;
- Ocorrer necessidade de ajustes nos prazos de execução;
- For demonstrada a vantajosidade para a administração;
- Forem mantidas as condições iniciais da contratação;

Importa destacar que a prorrogação contratual deverá ser devidamente justificada, formalizada dentro do prazo de vigência do contrato e acompanhada de análise técnica e jurídica, assegurando a observância dos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

No contexto da presente contratação, a eventual prorrogação deve ser analisada de forma criteriosa, considerando a natureza do fornecimento, a dinâmica da demanda e a necessidade de garantir que os uniformes escolares sejam disponibilizados de forma adequada, tempestiva e compatível com as necessidades da rede municipal de ensino.

11.5. FORMA ELETRÔNICA

A adoção da forma eletrônica para a realização do certame encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que estabelece como regra geral a utilização de meios digitais nos procedimentos licitatórios, ressalvadas as hipóteses devidamente justificadas de inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração. No presente caso, a escolha da modalidade eletrônica justifica-se por representar a alternativa mais eficiente, moderna e segura para condução do processo licitatório, assegurando:

- ✓ **Maior publicidade e transparência**, por meio da ampla divulgação em plataformas oficiais e sistemas informatizados de compras públicas;
- ✓ **Ampliação da competitividade**, ao permitir a participação de fornecedores de diferentes regiões, sem limitações geográficas;
- ✓ **Redução de custos operacionais**, tanto para a Administração quanto para os licitantes, eliminando despesas com deslocamento, impressões e trâmites físicos;
- ✓ **Celeridade processual**, com etapas automatizadas e maior controle dos prazos e atos praticados;
- ✓ **Rastreabilidade e segurança jurídica**, por meio do registro digital de todas as fases do procedimento, facilitando a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes.

Dessa forma, a escolha da modalidade Pregão Eletrônico com utilização do Sistema de Registro de Preços como procedimento auxiliar, apresenta-se como a alternativa legal, técnica e economicamente mais vantajosa, conferindo segurança jurídica, planejamento logístico e eficiência na execução das políticas públicas de saúde bucal no âmbito municipal.

11.6. TIPO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE

Adota-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**, por se tratar de contratação destinada ao fornecimento de uniformes escolares organizados em conjuntos padronizados, cujas peças guardam entre si relação de complementaridade técnica, estética e funcional, não se mostrando adequada sua avaliação de forma isolada e fragmentada.

No presente caso, os itens que compõem a contratação não foram estruturados como bens autônomos e independentes entre si, mas sim como peças integrantes de conjuntos de uniformes vinculados a cada grau de escolaridade, observando a organização da rede municipal de ensino. A divisão do objeto por lotes foi realizada justamente para reunir, em cada etapa educacional, os itens que compartilham a mesma identidade visual, o mesmo padrão cromático, a mesma lógica de uso e a mesma finalidade institucional, contemplando, dentro de cada lote, as peças destinadas ao respectivo público escolar. Conforme a estrutura apresentada, os lotes foram organizados por Creche, Pré-Escola, 1º Ano, 2º Ano, 3º Ano, 4º Ano, 5º Ano, 6º Ano, 7º Ano, 8º Ano, 9º Ano e EJA, com seus correspondentes itens de vestuário.

A escolha do critério de menor preço por lote mostra-se mais adequada porque os uniformes escolares exigem padronização integral, não apenas quanto ao tecido e acabamento, mas também quanto à identidade visual, à combinação de cores, à estampa institucional, à modelagem e à coerência entre as peças que formam o conjunto destinado a cada etapa de ensino. Em outras palavras, a camiseta, a short saia, a calça, a regata e a bermuda, quando integrantes de uma mesma etapa escolar, não devem ser analisadas como simples itens apartados, mas como partes de uma solução unitária de vestuário escolar, cuja efetividade depende da uniformidade do conjunto.

A contratação por lote, nessa perspectiva, permite à Administração preservar a harmonia visual e funcional dos uniformes, evitando o risco de que peças pertencentes a uma mesma etapa sejam fornecidas por empresas distintas, com variações de tonalidade, acabamento, modelagem, padrão de costura, tipo de estampa ou qualidade final de confecção. Ainda que haja especificação técnica minuciosa no Termo de Referência, a experiência administrativa demonstra que, em objetos dessa natureza, a contratação fragmentada por item pode gerar divergências perceptíveis entre peças que deveriam compor um mesmo padrão institucional, comprometendo a identidade visual da rede municipal de ensino e reduzindo a efetividade da política pública de padronização escolar. As próprias especificações dos uniformes indicam variações por etapa e por público, com peças que compartilham cores, recortes, faixas etárias e composição dentro de uma mesma lógica de conjunto.

Além disso, a divisão por lote segundo o grau de escolaridade confere maior racionalidade à execução contratual, pois facilita o gerenciamento do fornecimento, a conferência do objeto, a distribuição às unidades escolares e o controle de qualidade por etapa educacional. A Administração passa a receber, fiscalizar e distribuir conjuntos completos vinculados a cada segmento da rede, o que reduz inconsistências operacionais, evita desencontro de peças, favorece a logística de entrega e assegura maior aderência entre o planejamento da demanda e a execução do contrato.

Outro ponto relevante é que a avaliação por lote não compromete a competitividade do certame. Ao contrário, a modelagem adotada continua preservando a disputa entre empresas do ramo de confecção que possuam capacidade de fornecer conjuntos padronizados de uniforme escolar por etapa educacional. A divisão em múltiplos lotes, em vez de concentrar todo o objeto em um único bloco, mantém a possibilidade de participação de diversos fornecedores, ao mesmo tempo em que protege a coerência interna de cada conjunto. Assim, evita-se tanto a fragmentação excessiva por item quanto a concentração desnecessária de todo o objeto em contratação única, alcançando solução intermediária mais equilibrada e mais vantajosa para a Administração.

Sob o aspecto econômico, o menor preço por lote também se revela vantajoso porque permite que os licitantes formulem suas propostas considerando a produção integrada das peças pertencentes a uma mesma etapa escolar, o que tende a favorecer ganho de escala, melhor planejamento fabril, padronização do processo produtivo e maior eficiência logística. Isso contribui para a formação de preços mais consistentes e compatíveis com a realidade da contratação, sem sacrificar a qualidade e a uniformidade esperadas pela Administração.

Do ponto de vista técnico e administrativo, a adoção do menor preço por lote encontra respaldo no fato de que os itens agrupados em cada lote possuem afinidade material, funcional e operacional, sendo todos voltados à composição do uniforme de determinado segmento escolar. Tal arranjo prestigia os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da razoabilidade e da padronização, ao mesmo tempo em que assegura julgamento objetivo e comparabilidade entre as propostas.

CONSOLIDAÇÃO DOS LOTES:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT |
|------------------|------|--|-----|-------|
| LOTE 01 - CRECHE | 1 | CAMISETA MANGA CURTA - CRECHE FEMININO | UND | 745 |
| | 2 | SHORT SAIA - CRECHE FEMININO | UND | 745 |
| | 3 | CAMISETA CRECHE MASCULINO | UND | 809 |
| | 4 | CALÇA CRECHE MASCULINO | UND | 809 |
| | 5 | CAMISETA REGATA CRECHE FEMININO | UND | 789 |
| | 6 | CAMISETA REGATA CRECHE MASCULINO | UND | 902 |
| | 7 | BERMUDA CRECHE FEMININO | UND | 902 |

| | | | | |
|----------------------|-------------|--|------------|--------------|
| LOTE 02 - PRÉ-ESCOLA | 8 | BERMUDA CRECHE MASCULINO | UND | 695 |
| | ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT |
| | 9 | CAMISETA MANGA CURTA PRE ESCOLAR FEMININO | UND | 807 |
| | 10 | SHORT SAIA PRÉ-ESCOLAR FEMININO | UND | 807 |
| | 11 | CAMISETA MANGA CURTA PRE-ESCOLAR MASCULINO | UND | 746 |
| | 12 | CALÇA PRE-ESCOLAR MASCULINO | UND | 835 |
| | 13 | CAMISETA REGATA PRE ESCOLAR FEMININO | UND | 695 |
| | 14 | CAMISETA REGATA PRE ESCOLAR MASCULINO | UND | 756 |
| | 15 | BERMUDA PRE ESCOLAR FEMININO | UND | 756 |
| | 16 | BERMUDA PRE ESCOLAR MASCULINO | UND | 763 |
| LOTE 03 - 1º ANO | ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT |
| | 17 | CAMISETA MANGA CURTA 1º ANO FEMININO | UND | 835 |
| | 18 | SHORT SAIA 1º ANO FEMININO | UND | 789 |
| | 19 | CAMISETA MANGA CURTA 1º ANO MASCULINO | UND | 902 |
| | 20 | CALÇA 1º ANO MASCULINO | UND | 902 |
| | 21 | CAMISETA REGATA FEMININO 1º ANO | UND | 763 |
| | 22 | BERMUDA FEMININA – 1º ANO | UND | 845 |
| | 23 | CAMISETA REGATA MASCULINO - 1º ANO | UND | 845 |
| | 24 | BERMUDA MASCULINA – 1º ANO | UND | 706 |
| LOTE 04 - 2º ANO | ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT |
| | 25 | CAMISETA MANGA CURTA 2º ANO FEMININO | UND | 695 |
| | 26 | SHORT SAIA 2º ANO FEMININO | UND | 756 |
| | 27 | CAMISETA MANGA CURTA 2º ANO MASCULINO | UND | 763 |
| | 28 | CALÇA 2º ANO MASCULINO | UND | 845 |
| | 29 | CAMISETA REGATA FEMININO 2º ANO | UND | 706 |
| | 30 | BERMUDA FEMININA – 2º ANO | UND | 818 |
| | 31 | CAMISETA REGATA MASCULINO - 2º ANO | UND | 818 |
| | 32 | BERMUDA MASCULINA – 2º ANO | UND | 730 |
| LOTE 05 - 3º ANO | ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT |
| | 33 | CAMISETA MANGA CURTA 3º ANO FEMININO | UND | 706 |
| | 34 | SHORT SAIA 3º ANO FEMININO | UND | 818 |
| | 35 | CAMISETA MANGA CURTA 3º ANO MASCULINO | UND | 730 |
| | 36 | CALÇA 3º ANO MASCULINO | UND | 814 |
| | 37 | CAMISETA REGATA FEMININO 3º ANO | UND | 730 |
| | 38 | BERMUDA FEMININA – 3º ANO | UND | 814 |
| | 39 | CAMISETA REGATA MASCULINO - 3º ANO | UND | 814 |
| | 40 | BERMUDA MASCULINA – 3º ANO | UND | 752 |
| LOTE 06 - 4º ANO | ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT |
| | 41 | CAMISETA MANGA CURTA 4º ANO FEMININO | UND | 384 |
| | 42 | SHORT SAIA 4º ANO FEMININO | UND | 391 |
| | 43 | CAMISETA MANGA CURTA 4º ANO MASCULINO | UND | 752 |
| | 44 | CALÇA 4º ANO MASCULINO | UND | 752 |
| | 45 | CAMISETA REGATA FEMININO 4º ANO | UND | 752 |
| | 46 | BERMUDA FEMININA – 4º ANO | UND | 826 |
| | 47 | CAMISETA REGATA MASCULINO - 4º ANO | UND | 826 |
| | 48 | BERMUDA MASCULINA – 4º ANO | UND | 758 |
| LOTE 07 - 5º ANO | ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT |
| | 49 | CAMISETA MANGA CURTA 5º ANO FEMININO | UND | 745 |
| | 50 | SHORT SAIA 5º ANO FEMININO | UND | 745 |
| | 51 | CAMISETA MANGA CURTA 5º ANO MASCULINO | UND | 826 |
| | 52 | CALÇA 5º ANO MASCULINO | UND | 826 |
| | 53 | CAMISETA REGATA FEMININO 5º ANO | UND | 758 |
| | 54 | BERMUDA FEMININA – 5º ANO | UND | 746 |
| | 55 | CAMISETA REGATA MASCULINO - 5º ANO | UND | 789 |
| | 56 | BERMUDA MASCULINA – 5º ANO | UND | 746 |
| LOTE 08 - 6º ANO | ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT |
| | 57 | CAMISETA MANGA CURTA 6º ANO FEMININO | UND | 809 |
| | 58 | CAMISETA MANGA CURTA 6º ANO MASCULINO | UND | 809 |
| | 59 | CAMISETA REGATA FEMININO 6º ANO | UND | 847 |
| | 60 | BERMUDA FEMININA – 6º ANO | UND | 866 |
| | 61 | CAMISETA REGATA MASCULINO - 6º ANO | UND | 847 |

| | | | | |
|------------------|-------------|---------------------------------------|------------|--------------|
| LOTE 09 - 7º ANO | 62 | BERMUDA MASCULINA – 6º ANO | UND | 866 |
| | ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT |
| | 63 | CAMISETA MANGA CURTA 7º ANO FEMININO | UND | 758 |
| | 64 | CAMISETA MANGA CURTA 7º ANO MASCULINO | UND | 758 |
| | 65 | CAMISETA REGATA FEMININO 7º ANO | UND | 866 |
| | 66 | BERMUDA FEMININA – 7º ANO | UND | 847 |
| | 67 | CAMISETA REGATA MASCULINO - 7º ANO | UND | 866 |
| LOTE 10 - 8º ANO | 68 | BERMUDA MASCULINA – 7º ANO | UND | 847 |
| | ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT |
| | 69 | CAMISETA MANGA CURTA 8º ANO FEMININO | UND | 807 |
| | 70 | CAMISETA MANGA CURTA 8º ANO MASCULINO | UND | 807 |
| | 71 | CAMISETA REGATA FEMININO 8º ANO | UND | 1.525 |
| | 72 | BERMUDA FEMININA – 8º ANO | UND | 1.595 |
| | 73 | CAMISETA REGATA MASCULINO - 8º ANO | UND | 1.525 |
| LOTE 11 - 9º ANO | 74 | BERMUDA MASCULINA – 8º ANO | UND | 1.595 |
| | ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT |
| | 75 | CAMISETA MANGA CURTA 9º ANO FEMININO | UND | 746 |
| | 76 | CAMISETA MANGA CURTA 9º ANO MASCULINO | UND | 835 |
| | 77 | CAMISETA REGATA FEMININO 9º ANO | UND | 1.525 |
| | 78 | BERMUDA FEMININA – 9º ANO | UND | 1.595 |
| | 79 | CAMISETA REGATA MASCULINO - 9º ANO | UND | 1.525 |
| LOTE 12 - EJA | 80 | BERMUDA MASCULINA – 9º ANO | UND | 1.595 |
| | ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT |
| | 81 | CAMISETA MANGA CURTA EJA MASCULINO | UND | 835 |
| | 82 | CAMISETA MANGA CURTA EJA FEMININO | UND | 789 |

OBSERVAÇÃO:

Registra-se que a ordem dos itens inicialmente apresentada nos atos preparatórios deste processo administrativo foi posteriormente reorganizada, em razão da necessidade de adequação da estrutura da contratação ao critério de julgamento adotado, qual seja, menor preço por lote.

Dessa forma, os itens passaram a ser agrupados conforme o grau de escolaridade, com vistas à formação de conjuntos padronizados de uniformes escolares, o que implicou a alteração da disposição sequencial originalmente constante em documentos anteriores.

Em decorrência dessa reestruturação, esclarece-se que os documentos previamente elaborados, tais como o Documento de Formalização da Demanda – DFD, cotações de preços e demais atos preparatórios, poderão apresentar ordenação distinta dos itens, sem que isso represente qualquer alteração de conteúdo, quantitativos ou especificações técnicas, tratando-se apenas de ajuste formal na organização dos itens.

A referida adequação foi realizada com o objetivo de aprimorar o planejamento da contratação, garantir a padronização dos uniformes por etapa de ensino e assegurar maior eficiência, coerência e vantajosidade na condução do certame.

Diante disso, conclui-se que o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE** é o que melhor atende à natureza do objeto, uma vez que a contratação envolve conjuntos de uniformes escolares organizados

por grau de escolaridade, cuja aquisição demanda tratamento integrado para preservação da identidade visual, da padronização técnica e da eficiência na execução contratual. A solução adotada, portanto, revela-se a mais adequada para assegurar uniformidade, competitividade, racionalidade administrativa e vantajosidade para a Administração Pública.

12. ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS

Finalidade da Pesquisa de Preços: A estimativa de preços foi elaborada com o objetivo de atender às exigências da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, constituindo instrumento essencial para subsidiar a contratação, garantir a compatibilidade dos valores com o mercado e assegurar a economicidade, a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos públicos. A pesquisa tem por finalidade embasar a futura contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes escolares, fornecendo parâmetros técnicos adequados para formação do preço de referência da Administração.

Responsável pela Pesquisa de Preços: A pesquisa de preços foi conduzida pelo servidor **Dieizom Rilbisom Moreira de Almeida**, matrícula nº 06509417, designado em razão de sua experiência na área de cotação de preços, o que contribuiu para a adequada análise das informações coletadas e seleção das fontes mais relevantes. Tal designação assegura a rastreabilidade e a confiabilidade do procedimento adotado.

Metodologia Adotada: A metodologia utilizada observou os parâmetros estabelecidos no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, sendo baseada na coleta de preços a partir de diferentes fontes, com o objetivo de formar uma cesta de preços ampla, diversificada e representativa.

A pesquisa considerou:

- Contratações similares realizadas pela Administração Pública;
- Preços disponíveis em bases especializadas;
- Consultas diretas ao mercado fornecedor.

Essa abordagem garante maior confiabilidade e aderência dos valores estimados à realidade de mercado.

FONTES DE PESQUISA UTILIZADAS

Foram utilizadas múltiplas fontes de pesquisa, dentre as quais se destacam:

- Banco de Preços Ltda:** Sistema utilizado como principal fonte de consulta, contendo base de dados com milhões de preços oriundos de licitações públicas, notas fiscais eletrônicas, tabelas referenciais e cotações. Período da pesquisa: 27/02/2026 a 02/03/2026.

- b) Contratações anteriores do próprio Município:** Utilização de processos similares como parâmetro, com destaque para a Dispensa de Licitação nº 7-2025-0407001, cujos objetos apresentam similaridade com a presente contratação.
- c) Contratações de outros órgãos públicos:** Consulta a valores praticados por outros entes públicos em contratações semelhantes, ampliando a base comparativa.
- d) Cotação direta com fornecedores:** Realizada conforme previsto na IN nº 65/2021, considerando a realidade logística do município, com o objetivo de obter maior precisão nos preços estimados.

Foram consultadas as seguintes empresas:

- **Porto Belo Comércio e Serviços Ltda.** – CNPJ nº 47.186.947/0001-00
- **Abrantes Comercial Ltda.** – CNPJ nº 03.813.143/0001-00

Ambas responderam formalmente à pesquisa, contribuindo para a formação da estimativa.

Metodologia de Cálculo do Preço Estimado: Para definição do preço estimado, foi adotado o método da média aritmética, conforme previsto no art. 6º da IN nº 65/2021, considerando um conjunto mínimo de três preços por item. Adicionalmente, foi utilizada a média aritmética saneada, com exclusão de valores discrepantes (inexequíveis ou excessivamente elevados), a fim de evitar distorções na estimativa. A escolha desse método foi baseada na análise da distribuição dos dados, que apresentou coeficiente de variação dentro de limite aceitável (até 25%), indicando homogeneidade dos preços coletados.

Justificativa da Metodologia Estatística: A adoção da média aritmética saneada fundamenta-se na necessidade de refletir com maior precisão a realidade do mercado, evitando que valores extremos comprometam a estimativa.

O método adotado:

- Atende às diretrizes da IN nº 65/2021;
- Está alinhado a entendimentos do Tribunal de Contas da União;
- Garante maior justiça e equilíbrio na formação do preço;
- Assegura competitividade e economicidade no certame.

A análise foi realizada individualmente por item, considerando as especificidades de cada componente do objeto.

Estruturação dos Itens e Consolidação dos Valores: A estimativa foi inicialmente apurada por item, considerando valores unitários e quantitativos individualizados, conforme mapa comparativo de preços. Posteriormente, os itens foram reorganizados em lotes por grau de escolaridade, compreendendo:

- Creche
- Pré-escola
- 1º ao 9º ano
- EJA

Cada lote reúne os itens que compõem o conjunto de uniforme daquela etapa, incluindo camisetas, calças, short saia, regatas e bermudas. Ressalta-se que a reorganização em lotes não alterou os valores unitários estimados, mantendo-se íntegra a metodologia de cálculo originalmente aplicada.

Valor de Referência da Contratação:

Com base na pesquisa realizada, foi identificado inicialmente como referência o valor de:

- R\$ 6.415.285,00, oriundo de processo anterior (Pregão Eletrônico nº 9-2025-1001001).

Após aplicação da metodologia adotada e consolidação dos dados, foi apurado o valor estimado final de:

N

Este valor representa a estimativa global da contratação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A ESTIMATIVA

Os valores obtidos representam referência técnica para a contratação, não devendo ser interpretados como limite máximo obrigatório, mas como parâmetro para análise da vantajosidade das propostas. Os documentos que embasam a pesquisa, incluindo mapa comparativo, relatórios e comprovantes das cotações, encontram-se devidamente anexados aos autos do processo, garantindo transparência e auditabilidade. Registra-se, ainda, que foi realizada análise crítica dos preços coletados, com o objetivo de assegurar compatibilidade com o mercado e alinhamento com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

13. PESQUISA MERCADOLÓGICA E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO REGIONAL

A presente análise tem por objetivo verificar a existência, a capilaridade e a viabilidade de mercado regional para atendimento da futura contratação de confecção e fornecimento de uniformes escolares, considerando a necessidade de identificar empresas com atuação no ramo de malharia, confecção, estamparia

e fornecimento de uniformes em municípios que integram a região mercadológica de referência adotada pelo Município de Tomé-Açu.

Em documentos públicos recentes do próprio Município de Tomé-Açu há referência expressa ao Decreto Municipal nº 046/2024/GPMTA como ato normativo que estabelece a região mercadológica de referência a ser considerada nos estudos e pesquisas de mercado do ente municipal.

Para fins deste tópico, adota-se a regionalização indicada no processo, abrangendo os municípios de Acará, Baião, Concórdia do Pará, Mocajuba e Tailândia, com a finalidade de demonstrar que a Administração dispõe de mercado regional minimamente estruturado para o objeto em análise, o que reforça a viabilidade de competição e afasta, em princípio, a ideia de escassez de fornecedores aptos.

A pesquisa mercadológica regional é relevante porque a contratação de uniformes escolares não depende apenas da existência abstrata de fornecedores no Estado do Pará, mas da identificação de agentes econômicos que atuem em municípios próximos ou inseridos na região de referência, com potencial de atendimento logístico compatível com a realidade territorial de Tomé-Açu, especialmente diante da necessidade de fornecimento organizado, eventual escalonamento de entregas e adequação a tamanhos, identidade visual e quantitativos específicos da rede municipal de ensino.

Além disso, o levantamento do mercado regional contribui para:

- Demonstrar a existência de pluralidade de agentes econômicos no ramo;
- Subsidiar a caracterização do objeto como bem comum, com oferta recorrente no mercado;
- Reforçar a adequação da modalidade competitiva escolhida;
- Evidenciar que há fornecedores potencialmente aptos em municípios da região;
- Embasar a etapa posterior de pesquisa de preços e de possíveis consultas formais.

Ressalta-se que o presente levantamento possui natureza exploratória e indicativa, realizado a partir de fontes abertas, cadastros empresariais, perfis comerciais e registros públicos disponíveis na internet, servindo como elemento de caracterização do mercado regional. Assim, a simples identificação de empresa com atuação pública no ramo não substitui a verificação posterior de regularidade jurídica, qualificação técnica, capacidade operacional, compatibilidade de CNAE, disponibilidade produtiva e aptidão efetiva para participação no certame.

Caracterização geral do mercado regional

O levantamento preliminar realizado indica que há, na região considerada, presença de empresas e estabelecimentos com atuação em segmentos relacionados a:

- Malharia em geral;
- Confeção de camisetas e uniformes;
- Uniformes escolares;
- Uniformes esportivos e profissionais;
- Sublimação, estamparia e bordado;
- Comércio varejista de tecidos e insumos têxteis.

Esse cenário sugere que o mercado regional possui grau razoável de oferta para objetos ligados à produção e fornecimento de uniformes, seja por meio de fabricantes, malharias, estamparias ou estabelecimentos com atividade associada à confecção e personalização têxtil. A conclusão é reforçada, inclusive, pelo fato de o Município de Acará já ter promovido licitação para “malharia e confecções em geral”, demonstrando a existência de mercado apto a atender demanda pública dessa natureza.

Levantamento preliminar de empresas do ramo na região de referência

A seguir, apresentam-se as empresas e estabelecimentos identificados em pesquisa aberta, agrupados por município:

a) Acará/PA

- I.** Vikka Malharia – perfil comercial com divulgação de uniformes escolares e peças prontas para escolas do município de Acará.
- II.** Camisaria WD – perfil com divulgação de camisas e uniformes para comunidades e clientes do Acará, inclusive com menção a produção para a localidade.
- III.** Visual Arte – perfil vinculado à divulgação de uniforme escolar estadual em Acará, indicando atuação no nicho de uniformes escolares.
- IV.** MM Malharia / malharia local com oferta de uniformes escolares – em publicações abertas aparecem ofertas de uniformes escolares e atendimento a escolas locais do Acará, o que sugere presença de comércio/produção voltado ao segmento.

Além das empresas individualmente identificadas, há também evidência institucional de mercado local e regional no ramo, uma vez que a Prefeitura de Acará já licitou contratação de “serviço de malharia e confecções em geral” para atendimento de suas secretarias e fundos municipais.

b) Baião/PA

- I.** Raiane Confecções – perfil comercial identificado em Baião/PA, com atuação em confecções.
- II.** Comunicação Visual / malharia esportiva em Baião – site empresarial com referência expressa a serviços de gráfica, comunicação visual e malharia esportiva em Baião/PA.

Ainda que o número de empresas explicitamente encontradas em fontes abertas tenha sido mais reduzido em Baião, o levantamento indica existência de atuação local ou regional relacionada à confecção e personalização têxtil, o que justifica a manutenção do município no espectro da pesquisa mercadológica regional.

c) Concórdia do Pará/PA

- I.** MF Malharia – perfil comercial identificado em Concórdia/PA, com referência a confecções de roupas personalizadas e material esportivo.
- II.** Malharia Vip Camisetas – estabelecimento com divulgação de impressões, uniformes esportivos, empresariais, escolares, brindes personalizados e bordado em Concórdia do Pará.
- III.** Vip Camisetas Artigos Esportivos Ltda / VC Sports – presença digital vinculada à fabricação de uniformes esportivos no Pará, com conexão comercial à marca “Vip Camisetas”.
- IV.** Griffu’s Malharia e Confecções – cadastro empresarial em Concórdia com referência a comércio de vestuário, inclusive uniformes escolares e similares.

Esse conjunto de registros evidencia presença regional consistente de empresas com atuação em uniformes, camisetas e confecção personalizada, compatíveis com o escopo do objeto pretendido.

d) Mocajuba/PA

- I.** Malharia Vitória – perfil comercial em Mocajuba/PA, com referência expressa a confecção de camisarias e estamparia.
- II.** Lilian Malhas e Tecidos – empresa cadastrada em Mocajuba, com atividade ligada ao comércio varejista de tecidos, o que indica presença de insumo e base comercial têxtil no município.

Embora em Mocajuba a pesquisa aberta tenha identificado menor quantidade de fornecedores formalmente descritos como “uniformistas”, a presença de malharia e comércio têxtil local reforça a existência de cadeia regional compatível com o objeto, sobretudo para fins de mercado de referência.

e) Tailândia/PA

- I.** Vip Estamparia e Uniformes Profissionais Ltda – empresa formalmente cadastrada em Tailândia/PA, com CNPJ e atividade vinculada à fabricação de artigos do vestuário produzidos em malharias e tricotagens, além de forte presença comercial no segmento de uniformes.
- II.** Vip Estamparia (perfil comercial) – perfil com divulgação de uniformes profissionais, confecção, sublimação e brindes, com localização em Tailândia/PA.
- III.** Malharia Modelo – empresa cadastrada em Tailândia/PA na categoria de confecções de roupas.
- IV.** Malharia Vitória – perfil comercial com especialização em uniformes escolar, esportivo, sublimação e bordado, com indicação de Tailândia/PA.
- V.** Malharia Versátil – referência comercial em Tailândia/PA, com localização divulgada em rede social.
- VI.** Archetti Uniformes / Kika Uniformes e Confecção – perfis com divulgação de uniformes comerciais, industriais e esportivos e indicação de endereço em Tailândia/PA.

Dentre os municípios pesquisados, Tailândia apresentou o conjunto mais robusto e facilmente identificável de empresas com atuação direta em malharia, estamparia e uniformes, o que a caracteriza como polo regional relevante para o mercado deste tipo de objeto.

Conclusão técnica da pesquisa mercadológica regional

A pesquisa preliminar realizada em fontes abertas demonstra que há mercado regional minimamente estruturado para o fornecimento de uniformes escolares e itens correlatos, com presença de empresas e estabelecimentos do ramo de malharia, confecção, estamparia e uniformização nos municípios de Acará, Baião, Concórdia do Pará, Mocajuba e Tailândia.

Esse cenário reforça a caracterização do objeto como bem comum, com oferta regional identificável e potencial competitivo, sendo compatível com a realização de procedimento licitatório próprio, especialmente na modalidade pregão, sem prejuízo da necessidade de aprofundamento da etapa de pesquisa de preços e de verificação posterior da documentação de habilitação das empresas interessadas.

Registra-se, por fim, que o presente levantamento não possui caráter exaustivo nem substitui a fase formal de cotação, diligência e habilitação, mas cumpre adequadamente a finalidade de demonstrar que a região mercadológica de referência adotada no processo apresenta agentes econômicos com atuação correlata ao

objeto, o que favorece a competitividade, a economicidade e a aderência da contratação à realidade regional do Município.

13.1. PESQUISA MERCADOLÓGICA E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO LOCAL

A presente análise tem por objetivo identificar e caracterizar o mercado local existente no Município de Tomé-Açu/PA para atendimento da demanda referente à confecção e fornecimento de uniformes escolares, verificando a existência de empresas, estabelecimentos e agentes econômicos com atuação nos segmentos de malharia, confecção, estampa, sublimação, tecidos, vestuário e fornecimento de uniformes.

A realização da pesquisa no âmbito local é relevante para demonstrar que o Município dispõe de agentes econômicos potencialmente relacionados ao objeto, o que contribui para evidenciar a existência de mercado local e reforça a viabilidade de competição. Além disso, o levantamento auxilia na caracterização da estrutura econômica do município, especialmente no segmento de vestuário e personalização têxtil, permitindo melhor compreensão da capacidade mercadológica existente na sede e no Distrito de Quatro Bocas.

Destaca-se, de forma especial, o Distrito de Quatro Bocas, por se tratar do maior polo populacional e comercial do Município, concentrando significativa atividade econômica, relevante número de estabelecimentos do ramo de vestuário, tecidos e confecções, além de representar ponto estratégico para a logística municipal. A centralidade econômica de Quatro Bocas também se conecta ao fato de que o distrito concentra parte expressiva da rede escolar e abriga importante polo operacional da Secretaria Municipal de Educação, o que reforça sua relevância na análise do mercado local.

Caracterização geral do mercado local

A pesquisa em fontes abertas permitiu identificar, no Município de Tomé-Açu, estabelecimentos com atuação direta ou correlata aos seguintes segmentos:

- Malharia e confecção;
- Confecção e comércio de roupas;
- Estampa e uniformes personalizados;
- Comércio varejista de artigos do vestuário;
- Comércio de tecidos e insumos têxteis;
- Produção e fornecimento de uniformes esportivos, empresariais e escolares.

Esse cenário demonstra que o mercado local, embora não necessariamente concentrado em grandes indústrias de confecção, possui base econômica ligada ao setor de vestuário e personalização têxtil, com maior densidade em Quatro Bocas e presença complementar na sede municipal.

Levantamento preliminar de empresas e estabelecimentos identificados no Município de Tomé-Açu/PA

A) Empresas e estabelecimentos diretamente ligados a malharia, confecção, estamparia ou uniformes

- I.** Rosa Maria Malharia – localizada em Quatro Bocas, cadastrada no segmento de costura, com CNPJ 11.742.001/0001-28, fundada em 27/03/2010.
- II.** Malharia Matias – perfil comercial com indicação expressa de atuação em Tomé-Açu / Quatro Bocas, produzindo camisas para empresas, eventos, uniformes esportivos e peças para eventos.
- III.** K.Tech Infoprint – perfil comercial em Forquilha, Tomé-Açu/PA, com descrição de atuação em gráfica, malharia e informática, indicando atividade relacionada à produção personalizada.
- IV.** Malharia M&C – referência comercial em rede social com divulgação de produção de uniformes personalizados e atividade no segmento de malharia.
- V.** Alessandra da Silva Santos – Atelier e Malharia Brottus – registro empresarial com endereço em Avenida Dionísio Bentes, Quatro Bocas, Tomé-Açu/PA, indicando atividade vinculada a malharia.
- VI.** 54.958.013 Livanía Silva de Medeiros – cadastro empresarial localizado em Quatro Bocas, Tomé-Açu/PA, com descrição de atividade relacionada à fabricação de artefatos de malharia e tricotagem, inclusive roupas íntimas, uniformes escolares e similares.
- VII.** 57.065.861 Aldenize Andrade de Cristo – cadastro empresarial em Quatro Bocas, Tomé-Açu/PA, com atividade também relacionada à fabricação de artefatos de malharia e tricotagem.
- VIII.** Studio G | Fábrica de Uniformes no Pará – perfil com divulgação de uniformes e postagem indicando envio para Tomé-Açu – Quatro Bocas/PA, o que sinaliza inserção comercial no mercado local de uniformização.
- IX.** Fornecedor local com divulgação de “uniformes personalizados” e entrega em Tomé-Açu e Quatro Bocas – perfil comercial com oferta de uniformes bordados/personalizados e atendimento direto ao município.

B) Empresas locais do ramo de confecções, vestuário, tecidos ou comércio correlato, com potencial relação com o objeto

- I.** Baixinho Confecções – estabelecimento com atuação em Tomé-Açu, CNPJ 17.159.083/0003-20, endereço na Avenida Benigno Góes, 590, Centro, Tomé-Açu/PA, atividade principal de comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios. Há também referências comerciais indicando operação em Tomé-Açu e Quatro Bocas.

- II. Beth Confecções e Variedades – empresa com CNPJ 43.101.928/0001-75, sede em Tomé-Açu/PA, atuando no comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.
- III. Tome-Açu Tecidos Ltda – empresa com CNPJ 83.758.433/0001-38, com endereço em Avenida Dionísio Bentes, 369, Quatro Bocas, Tomé-Açu/PA, atividade principal relacionada ao comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.
- IV. A Nacional Tecidos – Quatro Bocas – estabelecimento com presença digital em Quatro Bocas – Tomé-Açu, voltado à comercialização de tecidos, o que representa importante elo da cadeia local de confecção e costura.
- V. Lene Modas – empresa com sede em Tomé-Açu/PA, atividade principal de comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.
- VI. By Polyana Silva – empresa com CNPJ 23.340.137/0001-90, localizada em Tomé-Açu/PA, atuante no comércio de vestuário e acessórios.
- VII. G Closet Ltda – empresa com CNPJ 49.450.362/0001-73, sediada em Tomé-Açu/PA, no ramo de comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.
- VIII. Lojão Top 20 – empresa com CNPJ 12.145.711/0002-14, estabelecida em Tomé-Açu/PA, com atividade principal no comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.
- IX. Super Moda Elivan da Silva Lima Ltda – registro empresarial situado em Travessa 21 de Abril, Quatro Bocas, Tomé-Açu/PA, com atividade ligada ao vestuário.
- X. Mix Lojas – registro empresarial localizado em Quatro Bocas, Tomé-Açu/PA, com atividade principal de comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.
- XI. Lojas Regional – cadastro empresarial vinculado a Quatro Bocas, Tomé-Açu/PA, no segmento de vestuário e acessórios.
- XII. Loja Masae – empresa localizada em Avenida Dionísio Bentes, 134, Quatro Bocas, Tomé-Açu/PA, com presença no comércio local de vestuário.
- XIII. Donna Ana Closet – registro empresarial localizado em Quatro Bocas, Tomé-Açu/PA, com atividade de comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.
- XIV. Shopping 20 e 25 – Quatro Bocas – perfil comercial de Quatro Bocas com referências a confecção e comércio popular, indicando ambiente econômico local de varejo de vestuário.
- XV. Spazzio Quatro-Bocas – perfil comercial com indicação de atuação em confecção, além de outros segmentos, em Quatro Bocas.
- XVI. Mundo das Utilidades / Quatro Bocas – referência comercial vinculada a Quatro Bocas em contexto de fornecimento de uniformes escolares no município.

Análise técnica do mercado local

O levantamento demonstra que há, no próprio Município de Tomé-Açu, quantidade relevante de agentes econômicos relacionados ao setor de vestuário, tecidos, confecção, malharia e personalização, com concentração visivelmente maior em Quatro Bocas.

Quatro-Bocas se destaca como o principal núcleo local para esse tipo de atividade, reunindo:

- malharias e ateliês;
- comércio de tecidos;
- lojas de vestuário;
- confecções com atuação física ou digital;
- estabelecimentos com maior circulação econômica local.

Sob a perspectiva do ETP, esse cenário é importante porque demonstra que:

- existe mercado local minimamente estruturado;
- há fornecedores diretamente ligados ao ramo de malharia/uniformes;
- há também rede complementar de comércio têxtil e de vestuário capaz de dialogar com o objeto;
- o Município não depende exclusivamente de fornecedores distantes para esse tipo de contratação.

Diante do levantamento realizado, conclui-se que o Município de Tomé-Açu apresenta mercado local com presença expressiva de estabelecimentos do ramo de vestuário e quantidade relevante de agentes econômicos ligados, direta ou indiretamente, à cadeia de confecção e uniformização, com destaque especial para o Distrito de Quatro Bocas, que concentra a maior parte dos registros identificados e se consolida como principal polo comercial local para o segmento.

Esse cenário reforça a viabilidade de participação de fornecedores locais no certame, demonstra aderência do objeto ao mercado municipal e corrobora a adoção de procedimento licitatório competitivo, sem afastar a possibilidade de participação de empresas de outros municípios da região de referência.

Ressalta-se, por fim, que o presente levantamento possui natureza mercadológica e exploratória, servindo para caracterização do mercado local no ETP. A aptidão efetiva das empresas para futura contratação dependerá, em momento oportuno, da verificação de documentação jurídica, regularidade fiscal, capacidade técnica, estrutura operacional e compatibilidade com as exigências do edital.

14. APLICAÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 10% EM FAVOR DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO MUNICÍPIO

Considerando a natureza do objeto da presente contratação, consistente no fornecimento de uniformes escolares, e tendo em vista a existência de mercado local minimamente estruturado e apto ao atendimento da demanda, a Administração opta pela adoção de benefício em favor das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Tomé-Açu/PA, como medida de estímulo ao desenvolvimento econômico local, sem prejuízo da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

A adoção desse mecanismo decorre da constatação, obtida a partir da pesquisa mercadológica realizada no âmbito do processo, de que o Município possui empresas e estabelecimentos com atuação no ramo de malharia, confecção, estampa, tecidos, vestuário e fornecimento de uniformes, com destaque especial para o Distrito de Quatro Bocas, que se configura como o principal polo populacional, comercial e econômico do Município e concentra parte significativa da atividade mercantil local.

Nesse contexto, a Administração entende ser juridicamente pertinente e tecnicamente motivada a utilização do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município, como instrumento legítimo de:

- Fortalecimento da economia local;
- Incentivo à atividade empresarial instalada no território municipal;
- Estímulo à manutenção e geração de empregos;
- Ampliação da circulação de renda no próprio município;
- Valorização da função indutora das contratações públicas.

Tal medida encontra respaldo na Lei Complementar nº 123/2006, que institui o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, especialmente em seus arts. 47 a 49. O art. 47 estabelece que, nas contratações públicas, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, à ampliação da eficiência das políticas públicas e ao incentivo à inovação tecnológica. O art. 49, por sua vez, condiciona a utilização do benefício à existência de, no mínimo, três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, além de vedar sua aplicação quando a medida não se mostrar vantajosa para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto.

No presente caso, a pesquisa mercadológica local realizada no processo identificou a existência de quantidade superior ao mínimo legal de fornecedores localizados no Município de Tomé-Açu/PA, inclusive em Quatro Bocas, com atuação compatível com o objeto da contratação, o que autoriza, em tese, a adoção do benefício em favor das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município, desde que mantidas a competitividade e a vantajosidade do certame.

A medida também se harmoniza com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente os da legalidade, isonomia, planejamento, eficiência, motivação, desenvolvimento nacional sustentável e seleção da proposta mais vantajosa, devendo ser aplicada de forma motivada, objetiva e expressamente prevista no instrumento convocatório.

Importa destacar que a aplicação do benefício local não impede a participação de empresas sediadas em outras localidades, tampouco afasta a ampla concorrência. Trata-se de mecanismo de preferência legalmente admitido, a ser utilizado em situação específica e dentro de limites previamente definidos, preservando-se os princípios da competitividade, da proporcionalidade, da razoabilidade e da transparência.

A adoção do benefício local mostra-se especialmente pertinente no presente caso em razão de fatores como:

- Existência de fornecedores locais e regionais aptos ao fornecimento de uniformes escolares;
- Relevância econômica do setor de confecção e malharia no município, especialmente em quatro bocas;
- Impacto positivo da contratação pública sobre a economia local;
- Possibilidade de redução de custos logísticos indiretos;
- Maior proximidade entre contratada e administração, favorecendo fiscalização, comunicação e eventual necessidade de ajustes, reposições ou complementações.

Além disso, considerando a realidade territorial do Município de Tomé-Açu, com unidades escolares distribuídas entre a sede, o Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais, a existência de empresas sediadas localmente pode contribuir para maior eficiência operacional na execução contratual, especialmente quanto à logística de entrega, reposição de tamanhos, correção de inconformidades e atendimento de demandas complementares da Secretaria Municipal de Educação.

Dessa forma, conclui-se que a aplicação do benefício em favor das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Tomé-Açu/PA constitui medida juridicamente possível, tecnicamente motivada e administrativamente adequada, desde que observados os requisitos legais, a vantajosidade da contratação e a preservação da competitividade do certame.

FUNCIONALIDADE DO BENEFÍCIO LOCAL

Durante a fase de julgamento das propostas, será inicialmente identificada a melhor proposta válida apresentada para o objeto licitado.

Caso a melhor proposta classificada tenha sido apresentada por empresa não sediada no Município de Tomé-Açu/PA, a Administração verificará se há microempresa ou empresa de pequeno porte sediada no Município que tenha apresentado proposta em valor compatível com a margem de preferência a ser estabelecida no edital, observados os limites legais e regulamentares aplicáveis.

Havendo empresa local enquadrada como ME ou EPP dentro dessa faixa de preferência, poderá ser assegurado o exercício do benefício local, nos termos a serem disciplinados no instrumento convocatório, desde que atendidos todos os requisitos de habilitação, regularidade e conformidade do objeto.

A aplicação do benefício deverá observar critérios objetivos, previamente previstos no edital, de modo a assegurar transparência, previsibilidade, isonomia material e segurança jurídica no julgamento.

REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO LOCAL

Para fins de aplicação do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município, deverão ser observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Comprovação de que a empresa possui sede ou filial ativa no Município de Tomé-Açu/PA, mediante apresentação de documentação hábil, como contrato social, comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ, alvará de funcionamento expedido pelo Município e demais documentos previstos no edital;
- Enquadramento regular da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
- Existência de, no mínimo, três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente, aptos ao cumprimento das exigências do certame, conforme exige a legislação;
- Previsão expressa do benefício no edital, com definição clara dos critérios de enquadramento, da forma de comprovação e do procedimento de classificação;
- Declaração correta, pela empresa, de seu porte empresarial e de sua condição de empresa local, ficando sujeita às sanções cabíveis em caso de falsidade ou informação inverídica;
- Demonstração de que a adoção do benefício não compromete a vantajosidade da contratação nem prejudica o conjunto do objeto.

JUSTIFICATIVA MATERIAL PARA ADOÇÃO DO BENEFÍCIO LOCAL NO PRESENTE PROCESSO

No caso específico da presente contratação, a adoção do benefício local mostra-se materialmente justificável porque a pesquisa mercadológica realizada identificou, no próprio Município de Tomé-Açu/PA, empresas e estabelecimentos com atuação direta ou correlata ao fornecimento de uniformes escolares, malharia e confecção, em número suficiente para demonstrar a existência de mercado local apto.

Essa constatação é particularmente relevante porque o objeto da contratação está vinculado a uma política pública de grande impacto social, o atendimento dos alunos da rede municipal de ensino, e sua execução demanda não apenas preço adequado, mas também capacidade logística, possibilidade de reposição, diálogo com a Administração e agilidade na solução de inconformidades.

Além disso, o destaque do Distrito de Quatro Bocas como principal polo econômico e comercial do Município reforça a pertinência da medida, uma vez que ali se concentra parte expressiva das atividades econômicas locais relacionadas ao vestuário, tecidos, malharia e confecção, bem como relevante parcela da própria demanda educacional, inclusive com a presença de polo operacional da Secretaria Municipal de Educação.

Assim, ao adotar o benefício local, a Administração não apenas observa a autorização conferida pela Lei Complementar nº 123/2006, mas também concretiza, no plano material, a função estratégica das contratações públicas como instrumento de desenvolvimento econômico, fortalecimento produtivo local e ampliação da eficiência administrativa.

Diante do exposto, conclui-se que o estabelecimento de benefício em favor das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Tomé-Açu/PA encontra respaldo legal na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente em seus arts. 47 a 49, e mostra-se compatível com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, desde que observados os requisitos legais, a existência de mercado local apto, a previsão editalícia e a preservação da vantajosidade da contratação.

No presente processo, a pesquisa mercadológica indica a existência de fornecedores locais em número suficiente para justificar a adoção do tratamento favorecido, o que autoriza a Administração a utilizar o mecanismo como medida de fortalecimento da economia municipal, sem afastar a ampla concorrência e sem comprometer a busca da proposta mais vantajosa para o interesse público.

14.1. DA NÃO APLICAÇÃO DE COTA RESERVADA E DE ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A legislação aplicável às contratações públicas estabelece, como regra, o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, notadamente em seus arts. 47 e 48, os quais preveem a possibilidade de:

- Realização de licitação exclusiva para ME e EPP em contratações de até determinado valor;
- Reserva de cota de até 25% do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- Adoção de mecanismos que favoreçam a participação desse segmento econômico.

Entretanto, a própria legislação prevê exceções à aplicação dessas medidas, especialmente quando sua adoção não se mostrar vantajosa para a Administração Pública ou puder comprometer o conjunto do objeto contratado, conforme dispõe o art. 49 da mesma Lei Complementar.

No caso da presente contratação, que tem por objeto o fornecimento de uniformes escolares, a análise técnica evidencia que não se mostra adequada a adoção de cota reservada ou de itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, pelas razões a seguir expostas.

Inicialmente, destaca-se que o objeto da contratação exige elevado grau de padronização, uma vez que os uniformes escolares devem apresentar identidade visual uniforme, com especificações técnicas previamente definidas, incluindo:

- Cores institucionais;
- Tipo de tecido e gramatura;
- Modelagem e corte;
- Padrões de costura e acabamento;
- Elementos de estampa e identidade visual;
- Padronização de tamanhos e proporções;

A padronização dos uniformes não constitui apenas elemento estético, mas requisito essencial para garantir:

- Igualdade entre os alunos;
- Identidade institucional da rede municipal de ensino;
- Organização e identificação escolar;
- Qualidade uniforme dos produtos fornecidos;

Nesse contexto, a eventual divisão do objeto em cotas ou a contratação de múltiplos fornecedores distintos, por meio de itens exclusivos, poderia comprometer diretamente essa padronização, gerando:

- Variações na tonalidade de cores;
- Diferenças na qualidade do tecido;
- Inconsistências na modelagem e nos tamanhos;
- Divergências na estampa e acabamento;
- Falta de uniformidade entre os alunos;

Tais inconsistências impactariam negativamente a finalidade pública da contratação, podendo gerar insatisfação, necessidade de reposição, retrabalho administrativo e comprometimento da política educacional.

Além disso, a fragmentação do objeto decorrente da adoção de cotas reservadas tende a aumentar a complexidade da gestão contratual, exigindo:

- Acompanhamento simultâneo de múltiplos contratos;
- Controle individualizado de qualidade por fornecedor;
- Maior esforço de fiscalização;
- Maior risco de atraso na entrega;
- Dificuldade de consolidação da distribuição dos uniformes;

Essa complexidade é agravada pela realidade territorial do Município de Tomé-Açu, que possui unidades escolares distribuídas entre a sede, o Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais, demandando logística organizada, integrada e eficiente.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de garantir escala produtiva adequada, de modo a assegurar que a produção dos uniformes ocorra de forma coordenada, com uniformidade de insumos, controle de qualidade e cumprimento de prazos, o que pode ser comprometido em cenário de múltiplos fornecedores atuando de forma fragmentada.

Importa destacar, ainda, que a não adoção de cota reservada não implica afastamento do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que o presente processo já contempla mecanismo de incentivo à participação local, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, mediante benefício direcionado às empresas sediadas no Município, desde que atendidos os requisitos legais.

Assim, preserva-se o estímulo ao desenvolvimento econômico local, sem comprometer a padronização do objeto, a eficiência da execução contratual e a vantajosidade da contratação.

Sob a ótica da Lei nº 14.133/2021, a decisão também se alinha aos princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento e da seleção da proposta mais vantajosa, uma vez que evita a fragmentação indevida do objeto e assegura maior controle sobre a execução contratual.

Diante das características do objeto, especialmente quanto à necessidade de padronização dos uniformes escolares, da complexidade logística envolvida e da necessidade de execução coordenada e eficiente, conclui-se que a não aplicação de cota reservada e de itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte se mostra tecnicamente justificada, juridicamente amparada e administrativamente adequada.

A medida encontra respaldo no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, por não se mostrar vantajosa para a Administração e por poder comprometer o conjunto do objeto, sendo, portanto, afastada de forma motivada no presente processo, sem prejuízo da adoção de outros mecanismos de incentivo à participação das microempresas e empresas de pequeno porte.

15. CONTRATAÇÕES SIMILARES REALIZADAS POR OUTROS ENTES PÚBLICOS

Com o objetivo de verificar a aderência da presente contratação às práticas adotadas por outros entes da Administração Pública, foi realizada pesquisa junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA, bem como em portais oficiais de transparência e contratações públicas.

A análise teve como finalidade comprovar que o objeto pretendido constitui demanda recorrente, padronizada e amplamente executada pelos municípios, caracterizando-se como objeto comum no âmbito da gestão pública municipal, especialmente na área educacional.

A partir da pesquisa realizada, foram identificados diversos procedimentos licitatórios e contratações similares, conforme demonstrado na tabela a seguir:

CONTRATAÇÕES SIMILARES IDENTIFICADAS

| Nº | Município / Órgão | Modalidade / Procedimento | Identificação |
|----|---------------------|------------------------------------|--------------------------|
| 1 | Aurora do Pará | Pregão Eletrônico | PE nº 004/2026 |
| 2 | Redenção do Pará | Adesão à Ata de Registro de Preços | ARP nº 001/2025 |
| 3 | Oriximiná | Pregão Eletrônico | PE nº 001-SEMED/2024 |
| 4 | Santana do Araguaia | Adesão à Ata de Registro de Preços | Processo nº 007/2023/FME |

Análise técnica das contratações identificadas

A análise dos procedimentos identificados evidencia que a contratação de uniformes escolares é prática consolidada entre os municípios, sendo operacionalizada por meio de diferentes estratégias de contratação, notadamente:

- Pregão Eletrônico, utilizado para realização de certame próprio, com ampla competitividade e disputa entre fornecedores;
- Adesão à Ata de Registro de Preços (carona), utilizada como mecanismo de otimização administrativa, permitindo maior celeridade na contratação e aproveitamento de preços previamente registrados.

Verifica-se, portanto, que há uma mescla entre a realização de licitação própria e a utilização de atas existentes, ambas plenamente admitidas pela legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), sendo a escolha da estratégia condicionada a critérios de vantajosidade, oportunidade e eficiência administrativa.

Adicionalmente, observa-se que os objetos contratados pelos entes analisados apresentam características semelhantes quanto à natureza, especificações e finalidade, reforçando o entendimento de que se trata de objeto comum, padronizável e amplamente consolidado no mercado fornecedor.

Diante do levantamento realizado, verifica-se que a contratação de uniformes escolares constitui prática consolidada no âmbito da Administração Pública Municipal, sendo amplamente adotada por diversos entes, especialmente na área educacional. Os procedimentos identificados demonstram que há diferentes estratégias de contratação utilizadas pelos municípios, com destaque para a realização de pregões eletrônicos próprios e a adesão a atas de registro de preços, ambas devidamente amparadas pela legislação vigente.

Observa-se, ainda, que os objetos contratados apresentam características semelhantes quanto à sua natureza, especificações e finalidade, o que reforça o enquadramento do objeto como bem comum, padronizável e amplamente disponível no mercado fornecedor.

Nesse contexto, conclui-se que a presente contratação encontra respaldo nas práticas administrativas adotadas por outros entes públicos, evidenciando sua viabilidade, regularidade e alinhamento com o interesse público, bem como com os princípios da eficiência e da economicidade que regem a Administração Pública.

15.1. COMPARATIVO ENTRE O PREGÃO ANTERIOR E O PREGÃO ATUAL ORÇADO

Análise Técnica dos Valores Unitários: A análise comparativa dos valores unitários entre o pregão anterior (2025) e o orçamento atual evidencia diferenças relevantes de precificação, que demandam avaliação técnica quanto à vantajosidade e aderência ao mercado.

a) Padronização dos valores na Ata vigente

Conforme verificado na Ata de Registro de Preços, os valores unitários encontram-se padronizados por tipo de item, da seguinte forma:

- Camisetas (todas as variações): R\$ 54,00
- Bermudas: R\$ 61,50
- Calças: R\$ 84,20
- Short saia: R\$ 67,90

Tal padronização indica que o certame anterior adotou uma lógica de economia de escala e uniformização produtiva, reduzindo variações de preço entre séries e categorias escolares.

b) Valores unitários do orçamento atual

Já no levantamento atual (pesquisa de preços), observa-se a seguinte estrutura:

- Camisetas: R\$ 78,25
- Regatas: R\$ 75,75
- Bermudas: R\$ 70,38
- Calças: R\$ 100,77
- Short saia: R\$ 81,98 a R\$ 87,36

c) Variação percentual dos preços

A comparação direta demonstra aumento expressivo nos valores unitários, conforme abaixo:

| Item | Ata (R\$) | Atual (R\$) | Variação (%) aproximada |
|------------|-----------|---------------|-------------------------|
| Camisetas | 54,00 | 78,25 | +44,9% |
| Regatas | 54,00 | 75,75 | +40,3% |
| Bermudas | 61,50 | 70,38 | +14,4% |
| Calças | 84,20 | 100,77 | +19,7% |
| Short saia | 67,90 | 81,98 a 87,36 | +20,7% a +28,6% |

d) Análise crítica dos resultados

A análise comparativa dos valores unitários entre a Ata de Registro de Preços anterior e o orçamento atual evidencia uma elevação dos preços estimados, especialmente nos itens de maior demanda, como camisetas e regatas. Todavia, tal variação deve ser compreendida sob a ótica técnica e econômica do contexto de formação de preços.

Inicialmente, destaca-se que os valores constantes na Ata anterior refletem o resultado de um processo licitatório já finalizado, com disputa efetiva entre licitantes, no qual houve aplicação concreta dos mecanismos de competitividade, especialmente a fase de lances, que naturalmente conduz à redução dos preços ofertados. Assim, os valores ali registrados representam preços finais ajustados por competição, e não valores de referência de mercado em estado bruto.

Por outro lado, os valores do orçamento atual decorrem de pesquisa de preços realizada junto ao mercado, os quais, por sua natureza, correspondem a valores iniciais de oferta, ainda não submetidos à dinâmica concorrencial do certame. Nesse sentido, é tecnicamente esperado que tais valores se apresentem superiores aos registrados em atas provenientes de processos já disputados.

Adicionalmente, a elevação observada também pode ser associada a fatores econômicos conjunturais, tais como:

- Atualização de custos do setor têxtil;
- Variação nos preços de insumos (tecidos, malhas e aviamentos);
- Aumento de custos logísticos e operacionais;
- E recomposição de margens comerciais por parte dos fornecedores.

Importante ressaltar que a diferença percentual identificada entre os valores da Ata e os valores orçados não representa, por si só, sobrepreço, mas sim uma distinção entre preço estimado (pré-licitação) e preço contratado (pós-disputa).

Nesse contexto, a Administração atua de forma tecnicamente adequada ao adotar valores de mercado atualizados como referência para o novo certame, garantindo a veracidade do orçamento estimado e a ampla competitividade do processo licitatório.

Ressalta-se, ainda, que a efetiva aferição da economicidade ocorrerá na fase externa da licitação, especialmente durante a etapa de lances, momento em que se espera a redução dos valores inicialmente

estimados. A experiência do certame anterior demonstra que a disputa tende a gerar ganhos percentuais relevantes, resultando em preços finais mais vantajosos para a Administração.

Dessa forma, conclui-se que:

- A elevação dos valores unitários estimados é compatível com a metodologia de pesquisa de preços e com a dinâmica de mercado;
- Os valores atuais cumprem a função de balizar o certame, sem prejuízo da obtenção de propostas mais vantajosas;
- E a economicidade da contratação será efetivamente consolidada após a realização da sessão pública, por meio da competição entre os licitantes.

15.2. PROJEÇÃO DE ECONOMICIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base na análise comparativa dos valores unitários entre a Ata de Registro de Preços anterior e o orçamento estimado atual, verifica-se que os preços levantados para a presente contratação se apresentam superiores aos valores anteriormente contratados, o que é tecnicamente justificável em razão da metodologia de formação de preços adotada em cada etapa.

Importa destacar que os valores constantes na Ata anterior refletem preços finais obtidos após regular procedimento licitatório, com efetiva disputa entre licitantes, enquanto os valores estimados no presente processo correspondem a preços de mercado ainda não submetidos à fase competitiva.

Nesse sentido, a Administração, ao adotar valores atualizados de mercado como referência para o certame, assegura a adequada estimativa do objeto, garantindo a viabilidade da contratação e a ampla participação de fornecedores, sem prejuízo da obtenção de propostas mais vantajosas.

Adicionalmente, a experiência do certame anterior demonstra que a fase de lances é capaz de promover redução significativa dos preços inicialmente estimados, gerando ganhos expressivos de economicidade. Observa-se que, considerando a diferença entre os valores estimados e os valores registrados na Ata anterior, houve redução aproximada na ordem de:

- Até 40% a 45% nos itens de camisetas e regatas;
- Entre 14% e 20% nos itens de bermudas e calças;
- Entre 20% e 28% nos itens de short saia.

Tais percentuais indicam o potencial de economia a ser novamente alcançado na realização do novo certame, considerando a repetição de condições semelhantes de mercado e competitividade.

Dessa forma, projeta-se que a presente contratação, quando submetida à fase de disputa do pregão eletrônico, tenderá a alcançar redução significativa dos valores estimados, aproximando-se de patamares mais vantajosos para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

Ressalta-se, por fim, que a efetiva economicidade da contratação será confirmada na fase externa do procedimento licitatório, sendo a presente projeção utilizada como parâmetro técnico de expectativa de redução de preços, com base em evidências concretas de contratações anteriores.

15.3. ANÁLISE DE VALORES EXCESSIVOS E INEXEQUÍVEIS

No âmbito da presente contratação, faz-se necessário que a Administração atente, de forma criteriosa, para a identificação de possíveis valores excessivos (sobrepço) e valores inexequíveis (subpço), ambos capazes de comprometer a regularidade, a vantajosidade e a execução adequada do contrato.

Os valores excessivos caracterizam-se por estimativas ou propostas que se situam significativamente acima dos parâmetros de mercado, podendo resultar em contratação antieconômica e prejuízo ao erário. Já os valores inexequíveis correspondem àqueles insuficientes para cobrir os custos mínimos necessários à execução do objeto, indicando risco concreto de inadimplemento contratual, baixa qualidade dos produtos ou eventual abandono da execução.

Dessa forma, a análise dos preços deve ser conduzida sob uma perspectiva de equilíbrio, buscando assegurar que os valores estejam compatíveis com o mercado e, simultaneamente, aptos a garantir a plena execução das obrigações contratuais.

Nesse contexto, impõe-se à Administração a adoção de medidas mitigadoras, dentre as quais destacam-se:

- Análise crítica da pesquisa de preços, com validação da consistência e da aderência dos valores obtidos;
- Utilização de parâmetros comparativos, como atas de registro de preços, contratações similares e dados de mercado;
- Definição de critérios de aceitabilidade de preços no edital, com previsão de desclassificação de propostas manifestamente inexequíveis ou com valores excessivos;

- Exigência, quando necessário, de comprovação de exequibilidade por parte dos licitantes, mediante apresentação de planilhas de custos ou justificativas técnicas;
- Atuação diligente do agente de contratação/pregoeiro na fase de julgamento, especialmente quanto à análise da razoabilidade das propostas.

Ressalta-se que o adequado tratamento dessas duas variáveis — sobrepreço e inexequibilidade — é fundamental para garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa, mas também a segurança jurídica do processo e a efetiva entrega do objeto contratado.

Diante disso, conclui-se que a Administração deve atuar de forma preventiva e técnica, adotando mecanismos de controle que assegurem o equilíbrio entre economicidade e viabilidade de execução, em estrita observância aos princípios que regem as contratações públicas.

Riscos administrativos decorrentes de preços excessivos ou inexequíveis

A aceitação de valores inadequados, seja por excesso ou por inexequibilidade, pode ocasionar relevantes prejuízos à Administração Pública, dentre os quais se destacam:

- Contratação antieconômica e lesão ao erário;
- Comprometimento da vantajosidade do certame;
- Dificuldades de fiscalização e gestão contratual;
- Aumento da probabilidade de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro;
- Possibilidade de rescisão contratual por inexecução;
- Necessidade de contratações emergenciais futuras, em condições menos vantajosas;
- Apontamentos por órgãos de controle quanto à deficiência na fase de planejamento e julgamento.

Tais riscos ganham especial relevância no presente caso, tendo em vista que o objeto licitado constitui insumo essencial ao funcionamento diário da estrutura administrativa e operacional dos órgãos demandantes.

d) Diretrizes preventivas adotadas pela Administração

Para mitigar os riscos de valores excessivos ou inexequíveis, a Administração deverá adotar, na fase preparatória e no julgamento da licitação, medidas preventivas, tais como:

- Elaboração de pesquisa de preços compatível com a realidade do mercado local e regional;
- Utilização de metodologia de formação de preço que desconsidere valores manifestamente discrepantes;

- Análise crítica dos parâmetros obtidos, com fundamentação nos autos;
- Comparação com contratações similares realizadas por outros entes públicos;
- Avaliação da coerência entre o valor estimado e o comportamento ordinário do mercado;
- Realização de diligência em caso de proposta com indícios de inexequibilidade ou sobrepreço;
- Exigência de documentos e esclarecimentos que demonstrem a viabilidade da proposta, quando necessário;

Considerando os apontamentos acima relacionados, incluindo a necessidade de controle de preços, prevenção de valores excessivos ou inexequíveis, garantia de qualidade dos produtos, competitividade do certame e promoção do desenvolvimento econômico local, serão adotadas medidas mitigadoras durante a condução do processo licitatório, com vistas a assegurar maior segurança jurídica, eficiência administrativa e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

As ações preventivas visam reduzir riscos de irregularidades, proteger o interesse público e assegurar o adequado equilíbrio econômico-financeiro da contratação. Entre as principais medidas, destacam-se:

16. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, constata-se que:

- Municípios com altas economias percentuais podem estar sujeitas a propostas de risco, com potenciais reflexos na qualidade e no cumprimento contratual.
- Municípios com economias mínimas indicam baixa competitividade, o que reforça a necessidade de medidas que estimulem maior participação de fornecedores sérios e preparados.

Tal exigência está respaldada no § 1º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo adotada de forma excepcional e devidamente motivada, diante de elementos concretos que demonstram a necessidade de maior cautela e controle, especialmente para evitar contratações inexequíveis e assegurar a fiel execução contratual.

Obs. 01: A exigência de garantia da proposta, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se como medida de proteção ao interesse público, destinada a assegurar a seriedade das ofertas apresentadas pelos licitantes e a estabilidade do certame. Essa garantia visa evitar a apresentação de propostas inexequíveis ou a desistência imotivada do participante após a fase de lances, situações que poderiam comprometer a eficiência da contratação e gerar atrasos no atendimento das necessidades da Administração.

A adoção desse mecanismo confere maior segurança à disputa, inibe práticas oportunistas e contribui para a seleção de fornecedores comprometidos, garantindo que apenas empresas efetivamente capacitadas participem do procedimento. Além disso, a garantia da proposta protege a Administração de eventuais prejuízos decorrentes da recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, possibilitando a execução da garantia como forma de recomposição do dano causado.

Assim, visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, propõe-se a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da contratação, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

- ✓ **Caução em dinheiro ou título de dívida pública:** Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Tomé Açu. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Conta para depósito de Caução. **Banco do Brasil Ag 0878-8; C/c 12.142-8**
- ✓ **Seguro-garantia:** a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- ✓ **Fiança bancária:** deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.

Obs. 02: Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução.

Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,

Obs. 03: A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;

Obs. 04: Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma dos itens que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;

Obs. 05: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência.

Obs. 06: Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata.

Obs. 07: No caso de apresentação da modalidade seguro-garantia, no ato do cadastro na plataforma Licitanet deverá ser anexada a apólice respectiva, acompanhada do comprovante de pagamento (o comprovante deve estar em nome da empresa licitante), como condição para a validação da proposta. A data dos docs devem ser compatíveis com a data de abertura do certame, sendo assim não pode ser com data posterior.

Obs. 08: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência. Caso o licitante anexe documentos que não estejam relacionados à exigência da garantia da proposta (por exemplo, documentos de habilitação), será desclassificado.

17. SOLICITAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Tal processo limitar-se-á às empresas que possuam, minimamente, os seguintes documentos indispensáveis para prestação do serviço:

a. ITENS DE RELEVÂNCIA:

Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração Pública exigir, como condição de habilitação, a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, especialmente em relação à parcela de maior relevância do valor de referência. Tal exigência deverá considerar critérios objetivos como o valor, vulto, complexidade ou impacto dos itens no conjunto da contratação.

No presente certame, com fundamento no referido dispositivo legal, será exigida a comprovação de capacidade técnica específica para os itens cuja relevância seja igual ou superior a **4% (quatro por cento)** do valor global estimado da contratação, por serem considerados tecnicamente sensíveis e de impacto direto na efetiva execução do objeto licitado, conforme Art. 67 da Lei 14.133/2021. Essa medida visa assegurar que o contratado possua experiência comprovada na execução de fornecimentos similares, com grau de

complexidade compatível e desempenho satisfatório, mitigando riscos de inexecução, falhas técnicas, atrasos e outros prejuízos à Administração Pública.

A adoção desse critério não possui caráter restritivo indevido, mas decorre de justificativa técnica e legal, visando preservar o interesse público e promover uma contratação eficiente e segura. A medida está em conformidade com os princípios da eficiência, razoabilidade, legalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, assegurando a participação de licitantes com capacidade comprovada para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, sobretudo nas parcelas críticas e estratégicas do objeto.

a. SEGMENTAÇÃO DA EXIGÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICA

Considerando que o objeto da presente contratação é composto por itens que possuem natureza homogênea, todos inseridos no segmento de confecção de uniformes escolares, a exigência de comprovação de capacidade técnica será estabelecida de forma unificada por segmento, e não de forma individualizada por item.

Dessa forma, será exigida a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a aptidão do licitante no fornecimento de produtos relacionados à **MALHARIA E CONFECCÃO DE VESTIMENTAS**, compatíveis com o objeto da licitação.

Tal definição decorre da análise técnica do objeto, uma vez que todos os itens (camisetas, regatas, bermudas, calças e short saiam) compartilham:

- Processos produtivos semelhantes;
- Cadeia de fornecimento comum;
- E especificações técnicas inseridas no mesmo ramo de atividade econômica.

Assim, a adoção de exigência por segmento garante a ampla competitividade do certame, evitando fragmentações desnecessárias, ao mesmo tempo em que assegura que os licitantes possuam experiência pertinente e compatível com o objeto licitado.

PERCENTUAL DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Para fins de qualificação técnica, será exigida a comprovação de execução anterior correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do quantitativo a ser contratado, considerando o quantitativo efetivamente arrematado pelo licitante.

Nos casos em que o licitante venha a sagrar-se vencedor em mais de um lote, os quantitativos arrematados serão somados para fins de cálculo do percentual exigido, de modo a refletir a real dimensão da futura contratação.

A definição do percentual de 10% observa critérios de razoabilidade e proporcionalidade, especialmente considerando que a presente contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), com execução de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração.

Tal medida tem por finalidade comprovar que o licitante possui capacidade operacional mínima para atender à demanda contratada, reduzindo riscos de:

- Inexecução contratual;
- Atrasos no fornecimento;
- E prejuízos à continuidade dos serviços públicos.

Ao mesmo tempo, o percentual adotado evita restrição indevida à competitividade, permitindo a participação de empresas aptas, sem impor exigências excessivas ou desproporcionais, em consonância com os princípios da isonomia, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa.

a. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

- ✓ Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.
- ✓ Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- ✓ A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.
- ✓ Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica;
- ✓ Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

18. COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

A comprovação da exequibilidade das propostas ofertadas desempenha um papel fundamental no processo de licitação. Ao exigir que os licitantes apresentem uma planilha de composição de custos detalhada, acompanhada de documentação comprobatória, estamos garantindo que as propostas não apenas sejam competitivas, mas também viáveis na prática. Essa medida não irá apenas fortalecer a integridade do processo licitatório, mas também assegura que os contratantes selecionados possuam os meios necessários para cumprir as obrigações contratadas de maneira eficiente e sem comprometer a qualidade ou prazos estabelecidos.

Para este processo **SERÁ CONSIDERADO INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE LANCES QUE APRESENTEM 25% DE ECONOMIA REFERENTE AO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO;**

Será solicitado em diligência documentos pertinentes para tal comprovação (realizado logo após a fase de lances, antes mesmo de passar para a fase habilitaria)

Deve conter mais especificações sobre critérios de comprovação no rol “FASE DE JULGAMENTO” do Edital.

Essas medidas de controle preventivo refletem o compromisso da Administração Municipal com a transparência, eficiência e boa governança nas contratações públicas, fortalecendo o planejamento e garantindo maior segurança jurídica e técnica ao processo licitatório.

19. RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

- a. Condições de fornecimento:** O fornecimento dos uniformes escolares deverá ocorrer conforme a emissão da ordem de fornecimento, de forma organizada e dentro dos prazos estabelecidos, considerando a necessidade de atendimento tempestivo da rede municipal de ensino. Não serão admitidas interrupções ou atrasos injustificados que comprometam a distribuição aos alunos, tendo em vista tratar-se de insumo essencial à execução da política pública educacional.
- b. Comunicação de impedimentos:** Na hipótese de impossibilidade de atendimento nas condições estabelecidas, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o ocorrido, apresentando justificativa para análise, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.
- c. Forma de fornecimento:** O fornecimento dos uniformes deverá ocorrer mediante entrega dos itens devidamente confeccionados, embalados e organizados conforme especificações do Termo de Referência, podendo ser exigida a separação por tamanho, unidade escolar ou quantitativo, a fim de garantir maior eficiência na conferência e distribuição.

- d. **Local de entrega:** Os uniformes deverão ser entregues no seguinte endereço: **Av. Saburo Chiba (próximo ao Banco do Brasil), Distrito de Quatro Bocas**. O recebimento ocorrerá em dias úteis, no horário de 08h às 12h, de segunda a sexta-feira, mediante conferência prévia pela equipe responsável.
- e. **Prazo de entrega:** O prazo para entrega dos uniformes será de **ATÉ 20 (VINTE) DIAS CORRIDOS**, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante solicitação formal da contratada, devidamente justificada e aceita pela Administração.
- f. **Viabilidade da proposta:** Poderão ser desclassificadas as propostas que não atendam às condições estabelecidas neste instrumento, especialmente quanto ao prazo de entrega, capacidade de fornecimento, especificações técnicas e demais requisitos indispensáveis à adequada execução do objeto.
- g. **Qualidade dos produtos:** Os uniformes deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, incluindo tipo de tecido, gramatura, modelagem, costura, acabamento, cores institucionais e estampa, sendo vedado o fornecimento de produtos em desconformidade.
- h. **Garantia da qualidade:** A contratada deverá assegurar a qualidade dos uniformes fornecidos, responsabilizando-se por quaisquer defeitos de fabricação, divergências de tamanho, falhas de acabamento ou inconsistências em relação às especificações exigidas.
- i. **Substituição de itens:** A contratada deverá substituir, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer peças que apresentem defeitos, estejam fora das especificações ou não atendam às condições exigidas, no prazo a ser definido pela fiscalização do contrato.
- j. **Responsabilidade por danos:** A contratada será integralmente responsável por eventuais prejuízos decorrentes do fornecimento inadequado dos uniformes, incluindo custos relacionados à substituição de peças, retrabalho administrativo ou impacto na execução da política educacional.
- k. **Organização da entrega:** Os uniformes deverão ser entregues de forma organizada, preferencialmente separados por tamanho, lote ou unidade escolar, a fim de facilitar a conferência, controle e distribuição, especialmente considerando a logística do Município, incluindo sede, Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais.
- l. **Sanções administrativas:** O descumprimento dos requisitos estabelecidos poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, inclusive desclassificação da proposta, aplicação de penalidades, rescisão contratual e demais medidas previstas na Lei nº 14.133/2021.

20. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- a. **Execução do fornecimento:** A contratada deverá realizar o fornecimento dos uniformes escolares em estrita observância às especificações constantes no Termo de Referência, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED de forma contínua, organizada e conforme a necessidade

administrativa. Deverá assegurar a regularidade do fornecimento, garantindo a disponibilidade dos itens dentro dos prazos estabelecidos, evitando qualquer interrupção que comprometa a distribuição aos alunos e a execução da política educacional.

- b. Qualidade e conformidade dos produtos:** Compete à contratada garantir que os uniformes fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas exigidas, incluindo tipo de tecido, gramatura, modelagem, costura, acabamento, cores institucionais e estamparia, assegurando que os produtos estejam livres de defeitos, vícios de fabricação ou irregularidades. Deverá ainda garantir a uniformidade dos itens, respondendo pela qualidade do material fornecido.
- c. Estrutura operacional e logística:** A contratada será responsável por manter estrutura produtiva e logística adequada ao fornecimento, incluindo capacidade de produção, controle de qualidade e organização de entrega, garantindo eficiência, cumprimento de prazos e atendimento integral da demanda. Deverá assegurar condições operacionais compatíveis com o volume contratado, prevenindo falhas, atrasos ou descontinuidade no fornecimento.
- d. Organização e acondicionamento dos itens:** A contratada deverá entregar os uniformes devidamente acondicionados e organizados, podendo ser exigida a separação por tamanho, unidade escolar ou lote, conforme orientação da Administração, de forma a facilitar a conferência, o controle e a distribuição dos itens.
- e. Regularidade jurídica e responsabilidade:** A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, sua regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, bem como cumprir integralmente as obrigações legais e contratuais. Será responsável por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas no fornecimento, especialmente nos casos relacionados à entrega de produtos em desconformidade.
- f. Substituição de itens e garantia:** A contratada deverá substituir, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer uniformes que apresentem defeitos, inconsistências de tamanho, falhas de acabamento ou divergência em relação às especificações técnicas, dentro do prazo estabelecido pela fiscalização do contrato.
- g. Cumprimento de prazos:** A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos, responsabilizando-se por eventuais atrasos injustificados, devendo comunicar formalmente à Administração qualquer impedimento que possa comprometer o cronograma.
- h. Sustentabilidade e responsabilidade ambiental:** A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, especialmente quanto ao uso racional de embalagens, evitando excessos de materiais descartáveis, bem como assegurar a destinação adequada de resíduos eventualmente gerados no processo produtivo, em conformidade com a legislação vigente.
- i. Responsabilidade pela execução:** A contratada deverá assegurar a execução do objeto com qualidade, eficiência e conformidade com as exigências contratuais, sendo integralmente responsável pelo

desempenho do fornecimento, inclusive quanto à adequação dos produtos às necessidades da Administração.

- j. Sanções administrativas:** O descumprimento das obrigações estabelecidas poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, incluindo advertência, multa, suspensão temporária e demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

20.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Com o objetivo de assegurar a plena ciência e o compromisso da futura contratada quanto às obrigações estabelecidas no presente instrumento, será exigida a apresentação de Declaração de Conformidade com as Responsabilidades da Contratada, a ser apresentada pela licitante vencedora no momento oportuno, conforme definido no edital.

A referida declaração deverá conter manifestação expressa da empresa quanto ao cumprimento integral de todas as condições e responsabilidades previstas neste Termo de Referência, especialmente no que se refere:

- À execução adequada do fornecimento;
- Ao atendimento integral das especificações técnicas dos uniformes escolares;
- À garantia da qualidade dos produtos;
- Ao cumprimento dos prazos estabelecidos;
- À substituição de itens em desconformidade;
- À manutenção da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista;
- À responsabilidade por eventuais danos decorrentes da execução contratual;
- À adoção de práticas de responsabilidade ambiental;

A exigência da declaração tem por finalidade reforçar a vinculação da contratada às condições estabelecidas pela Administração, reduzir riscos na execução contratual e conferir maior segurança jurídica ao processo, em conformidade com os princípios da legalidade, da eficiência, da vinculação ao instrumento convocatório e da responsabilização, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o modelo da referida declaração se encontra disponibilizado em anexo ao presente instrumento, devendo ser devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da empresa.

21. DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

Considerando a natureza do objeto da presente contratação, que consiste na confecção e fornecimento de uniformes escolares, não se mostra adequada a subcontratação, uma vez que a execução contratual envolve etapas diretamente relacionadas à capacidade técnica, produtiva e operacional da empresa contratada.

A produção dos uniformes exige controle direto sobre processos como corte, costura, montagem, acabamento, padronização, controle de qualidade e logística de entrega, sendo essencial que tais atividades sejam executadas de forma integrada, sob a responsabilidade direta da contratada, a fim de garantir a uniformidade das peças, a conformidade com as especificações técnicas e a adequada identificação visual da rede municipal de ensino.

A eventual subcontratação das etapas produtivas poderia comprometer a padronização dos uniformes, dificultar o controle de qualidade, fragilizar a rastreabilidade da produção e aumentar o risco de fornecimento de peças em desacordo com o Termo de Referência, tais como variações de tecido, cor, modelagem ou acabamento, além de impactar negativamente os prazos de entrega.

Ademais, a subcontratação pode dificultar a fiscalização contratual, uma vez que introduz terceiros na cadeia de execução sem vínculo direto com a Administração, reduzindo a capacidade de controle sobre a origem, produção e qualidade dos itens fornecidos.

Ressalta-se, contudo, que será admitida, de forma excepcional, a subcontratação restrita aos serviços de transporte e logística, desde que não envolva qualquer etapa de produção dos uniformes. Tal possibilidade não afasta a responsabilidade integral da contratada, que permanecerá como única responsável perante a Administração pela entrega, qualidade, integridade e pontualidade do fornecimento.

A vedação não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que o mercado de confecção de vestuário é amplamente estruturado, sendo composto por empresas que possuem capacidade produtiva própria para execução integral do objeto contratado.

Dessa forma, com fundamento nos princípios da eficiência, da qualidade do objeto, da segurança da contratação e da responsabilidade pela execução contratual, fica vedada a subcontratação total ou parcial das etapas produtivas do objeto, admitindo-se apenas a subcontratação acessória relacionada ao transporte dos produtos, nos termos acima descritos.

Tal medida encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, que admite a restrição à subcontratação quando houver justificativa técnica, especialmente nos casos em que a execução do objeto exige controle direto, padronização e responsabilidade integral do contratado, como na presente contratação.

22. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da formalização do contrato, a Administração deverá adotar medidas essenciais voltadas ao adequado planejamento, organização e controle da execução contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

a) Designação do gestor e fiscais do contrato

Deverá ser realizada a designação formal do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com definição clara de suas atribuições no acompanhamento, fiscalização e controle da execução.

b) Capacitação dos agentes de fiscalização

Os servidores designados deverão possuir conhecimento mínimo compatível com o objeto, especialmente quanto às condições de operação dos equipamentos, aspectos de segurança e procedimentos de verificação da execução dos serviços.

c) Revisão e consolidação do Termo de Referência

Antes da contratação, deverá ser verificada a consistência do Termo de Referência, assegurando clareza na definição do objeto, dos prazos e dos critérios de medição, controle e pagamento.

d) Verificação da adequação orçamentária

Deverá ser confirmada a existência de dotação orçamentária suficiente, com a devida emissão do empenho prévio, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964.

e) Análise e aprovação jurídica

A minuta contratual deverá ser submetida à assessoria jurídica, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, para verificação de sua legalidade e aderência aos instrumentos convocatórios.

f) Planejamento do acompanhamento da execução contratual

Deverão ser definidos os procedimentos internos de controle da execução, contemplando a gestão das ordens de serviço, a fiscalização sistemática das atividades e o registro das ocorrências relevantes, de modo a garantir rastreabilidade, transparência e eficiência na gestão contratual.

23. INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerando que a presente contratação será realizada por meio de Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, não há obrigatoriedade de indicação prévia de dotação orçamentária na fase de planejamento, uma vez que a Ata, por si só, não gera obrigação de despesa para a Administração Pública.

A indicação da dotação orçamentária pertinente deverá ocorrer no momento da formalização de cada contrato, instrumento equivalente ou ordem de fornecimento, quando da efetiva demanda e do comprometimento da despesa, observando-se a disponibilidade orçamentária do exercício correspondente e o prévio empenho, conforme disposto na Lei nº 4.320/1964 e na legislação aplicável.

Ressalta-se que tal procedimento assegura adequação orçamentária, controle financeiro e conformidade legal, permitindo que a Administração Pública realize as contratações de forma planejada, responsável e alinhada à execução orçamentária, sem prejuízo à eficiência e à continuidade dos serviços públicos.

24. ORIENTAÇÕES RESUMIDAS AO FISCAL DE CONTRATO

Compete ao fiscal do contrato acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento de uniformes escolares, de forma contínua e sistemática, verificando o fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, quando houver, e no contrato administrativo.

Nesse contexto, caberá ao fiscal:

- ✓ **Verificar se os produtos fornecidos atendem às especificações técnicas exigidas**, especialmente quanto à qualidade dos materiais, composição dos tecidos, acabamento, padronização, tamanhos e demais requisitos definidos no Termo de Referência.
- ✓ **Acompanhar as entregas**, certificando-se de que estão sendo realizadas conforme a demanda da Administração, de forma contínua, organizada e dentro dos prazos estabelecidos, sem prejuízo à execução das atividades educacionais.
- ✓ **Conferir os quantitativos entregues**, verificando sua conformidade com as ordens de fornecimento, notas fiscais e demais documentos apresentados pela contratada.

- ✓ **Verificar a qualidade dos produtos no ato do recebimento**, observando a ausência de defeitos de fabricação, falhas de costura, divergências de tamanho, cor ou modelo, bem como qualquer desconformidade com as especificações contratuais.
- ✓ **Acompanhar a logística de entrega**, avaliando se a contratada possui condições adequadas para distribuição dos uniformes, especialmente quanto ao cumprimento dos cronogramas e locais definidos pela Administração.
- ✓ **Registrar formalmente quaisquer irregularidades**, tais como entrega em desacordo com o solicitado, produtos com defeito, atrasos, descumprimento de prazos ou qualquer outra desconformidade com o contrato.
- ✓ **Notificar formalmente a contratada** para correção de falhas, substituição de produtos ou regularização de pendências, acompanhando o cumprimento das providências adotadas.
- ✓ **Solicitar, quando necessário, comprovação técnica da qualidade dos produtos**, inclusive quanto à composição dos tecidos, resistência, durabilidade e demais características exigidas.
- ✓ **Atestar o recebimento dos produtos somente após a verificação da conformidade**, sendo essa condição indispensável para fins de liquidação da despesa e posterior pagamento.
- ✓ **Manter registros administrativos atualizados**, incluindo ordens de fornecimento, comprovantes de entrega, relatórios de fiscalização, notificações e demais documentos pertinentes à execução contratual.
- ✓ **Subsidiar o gestor do contrato com informações técnicas**, especialmente para fins de aplicação de sanções, adoção de medidas corretivas e tomada de decisões administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As atividades de fiscalização deverão ser exercidas com observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, proporcionalidade e interesse público, visando assegurar a adequada execução contratual, a qualidade dos produtos fornecidos, a regularidade das entregas e a proteção do erário.

25. IMPACTO AMBIENTAL, MEDIDAS MITIGADORAS E ATENÇÕES SECUNDÁRIAS RELACIONADAS AO OBJETO

Apresente contratação, destinada ao fornecimento de uniformes escolares para atendimento da rede municipal de ensino, embora não se enquadre entre as contratações de maior impacto ambiental direto, possui reflexos ambientais que devem ser considerados no planejamento, especialmente sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, abrangendo a produção, o transporte, a entrega, o uso e a destinação final das peças.

A análise ambiental da contratação não se limita à etapa de aquisição em si, devendo considerar que os uniformes escolares são bens confeccionados a partir de insumos têxteis e complementares, cuja cadeia produtiva envolve consumo de matéria-prima, utilização de água e energia, processos industriais de corte, costura, tingimento, estamparia, embalagem, transporte e descarte.

Nesse contexto, a Administração Pública, ao estruturar a contratação, deve adotar diretrizes que reduzam impactos ambientais, promovam uso racional de recursos e incentivem práticas mais sustentáveis, em consonância com os princípios da eficiência, do desenvolvimento nacional sustentável e da responsabilidade socioambiental previstos na Lei nº 14.133/2021.

ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS POTENCIAIS

A contratação pode gerar impactos ambientais em diferentes etapas da cadeia de fornecimento dos uniformes, destacando-se:

a) Na fase de produção

A confecção dos uniformes demanda utilização de tecidos, linhas, tintas, insumos de estamparia e demais materiais, cuja fabricação pode implicar:

- Consumo de água nos processos têxteis;
- Consumo de energia elétrica nas etapas de produção;
- Geração de resíduos de corte e sobras de tecido;
- Utilização de insumos químicos em tingimento e estamparia;
- Emissão indireta de poluentes decorrente da atividade fabril.

b) Na fase de transporte e logística

O deslocamento dos produtos até o Município e sua posterior distribuição às unidades escolares pode gerar:

- Consumo de combustíveis fósseis;
- Emissão de gases de efeito estufa;
- Aumento da pegada de carbono da contratação;
- Geração de resíduos associados à embalagem e movimentação dos itens.

c) Na fase de acondicionamento e entrega

Dependendo da forma de fornecimento, podem ocorrer:

- Uso excessivo de embalagens plásticas;
- Utilização desnecessária de materiais descartáveis;
- Desperdício de insumos de acondicionamento;
- Aumento do volume de resíduos sólidos.

d) Na fase de uso e substituição

Por se tratar de bem submetido a uso contínuo e lavagens frequentes, os uniformes estão sujeitos a desgaste, necessidade de reposição e descarte, o que pode resultar em:

- Aumento da geração de resíduos têxteis;
- Descarte inadequado das peças inutilizadas;
- Substituições frequentes quando a qualidade do material for insuficiente.

RISCOS AMBIENTAIS RELACIONADOS À CONTRATAÇÃO

A contratação poderá apresentar, entre outros, os seguintes riscos ambientais:

| Aspecto | Possível impacto | Risco associado |
|-----------------------|-----------------------------------|--|
| Produção têxtil | Consumo elevado de água e energia | Impacto ambiental indireto da cadeia produtiva |
| Corte e costura | Geração de sobras de tecido | Resíduos sólidos têxteis |
| Tingimento/estamparia | Uso de tintas e produtos químicos | Potencial poluição se houver manejo inadequado |
| Embalagem | Uso excessivo de plástico | Aumento de resíduos descartáveis |
| Transporte | Emissão de poluentes | Impacto logístico e pegada de carbono |
| Descarte das peças | Resíduo têxtil pós-uso | Destinação inadequada e acúmulo de resíduos |

MEDIDAS MITIGADORAS E BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

Com vistas à mitigação dos impactos ambientais identificados, recomenda-se que a contratação observe, sempre que possível, as seguintes medidas:

a) Quanto aos materiais e à fabricação

- Priorizar tecidos e insumos de boa durabilidade, de modo a reduzir necessidade de reposição precoce;
- Exigir padrão mínimo de qualidade que aumente a vida útil das peças;
- Estimular o uso de processos produtivos com menor desperdício de matéria-prima;
- Preferir fornecedores que demonstrem adoção de boas práticas ambientais em sua cadeia produtiva;
- Exigir que os produtos sejam entregues em conformidade com especificações que reduzam perdas por inconformidade.

b) Quanto às embalagens

- Orientar para que as embalagens sejam utilizadas de forma racional, evitando excesso de plástico e materiais descartáveis;
- Priorizar acondicionamento funcional, suficiente para proteção das peças, sem excesso de invólucros individuais desnecessários;
- Incentivar o uso de embalagens recicláveis ou reutilizáveis, quando compatíveis com o objeto.

c) Quanto à logística e distribuição

- Organizar o fornecimento de forma planejada, evitando entregas fragmentadas desnecessárias;
- Compatibilizar a logística de entrega com a realidade territorial do município, especialmente considerando sede, quatro bocas, vilas e áreas rurais;
- Reduzir deslocamentos excessivos por meio de planejamento de rotas, cronograma escalonado e distribuição racional dos lotes;
- Evitar retrabalho logístico decorrente de erro de quantitativo, tamanho ou especificação.

d) Quanto ao controle de qualidade

- Reforçar a conferência e fiscalização no recebimento para evitar fornecimento inadequado e consequente necessidade de substituição;
- Exigir conformidade de tamanhos, tecidos, costura, cores e personalização, reduzindo desperdício de peças rejeitadas;
- Prever mecanismos de correção de inconformidades que minimizem perdas materiais.

e) Quanto ao descarte e pós-uso

- Recomendar à Administração a destinação ambientalmente adequada das peças inutilizadas ou substituídas;
- Estimular, quando possível, reaproveitamento social de peças em bom estado que não possam mais ser utilizadas como uniforme regular;
- Evitar descarte indiscriminado de resíduos têxteis sem triagem mínima.

DIRETRIZES RECOMENDADAS PARA O TERMO DE REFERÊNCIA E PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL

A fim de conferir efetividade às medidas mitigadoras, recomenda-se que o Termo de Referência e a futura execução contratual considerem as seguintes diretrizes:

Indicações para a fase contratual

- Especificar padrão mínimo de qualidade e durabilidade dos uniformes;
- Prever que o acondicionamento das peças observe critérios de racionalidade e redução de resíduos;
- Estabelecer critérios de recebimento e rejeição de peças em desconformidade;
- Exigir da contratada responsabilidade pela substituição de peças inadequadas sem ônus adicional à administração;
- Orientar a entrega de forma organizada por escola, tamanho e quantitativo, reduzindo erros e perdas logísticas.

Indicações para a fase de fiscalização

- Conferir se houve excesso indevido de embalagens;
- Verificar a qualidade do material entregue para evitar reposição precoce;
- Registrar ocorrências de desperdício, desconformidade ou necessidade de substituição;
- Monitorar se o fornecimento foi compatível com o planejamento logístico definido.

CONTRIBUIÇÃO AMBIENTAL DE UMA CONTRATAÇÃO BEM PLANEJADA

Importa destacar que uma contratação bem estruturada pode, além de mitigar impactos, gerar ganhos ambientais indiretos relevantes. No presente caso, o planejamento adequado da aquisição de uniformes escolares contribui para:

- Redução do desperdício de insumos por erro de quantitativo ou especificação;
- Menor necessidade de reposições emergenciais;
- Diminuição de deslocamentos desnecessários;
- Melhor aproveitamento logístico da distribuição;
- Prolongamento da vida útil das peças por meio da exigência de qualidade adequada.

Em outras palavras, a eficiência administrativa também produz reflexos ambientais positivos, na medida em que reduz retrabalho, perdas materiais e consumo desnecessário de recursos públicos e naturais.

Diante do exposto, conclui-se que a presente contratação apresenta impactos ambientais indiretos, moderados e mitigáveis, especialmente relacionados à cadeia produtiva têxtil, ao transporte, ao acondicionamento e ao descarte final das peças.

Embora não se trate de objeto de elevado impacto ambiental direto, a adoção de critérios de qualidade, durabilidade, racionalidade logística, controle de embalagens e fiscalização adequada mostra-se essencial para reduzir riscos ambientais e promover maior sustentabilidade na execução contratual.

Assim, a contratação revela-se ambientalmente viável, desde que acompanhada da adoção das medidas mitigadoras ora indicadas, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e desenvolvimento sustentável aplicáveis às contratações públicas.

26. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A análise de contratações correlatas e/ou interdependentes tem por finalidade identificar eventuais vínculos entre o objeto da presente contratação e outras contratações realizadas ou planejadas pela Administração Pública, de modo a assegurar a coerência do planejamento, evitar sobreposição de objetos, prevenir fracionamento indevido de despesas e garantir a eficiência na execução das políticas públicas.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à fase de planejamento das contratações, é dever da Administração avaliar a existência de contratações relacionadas, a fim de estruturar adequadamente o processo e assegurar a compatibilidade entre os objetos contratados.

No caso da presente contratação, que tem por objeto o fornecimento de uniformes escolares para atendimento da rede municipal de ensino, verificou-se que não há, no âmbito da Administração Municipal, contratação vigente com objeto idêntico que possa suprir integralmente a presente demanda, o que afasta a possibilidade de utilização de instrumentos já existentes, como atas de registro de preços ou contratos ativos.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS IDENTIFICADAS

Foram identificadas, no âmbito da Administração, contratações que, embora não sejam diretamente interdependentes, apresentam relação indireta com o objeto, por integrarem a mesma política pública educacional ou por possuírem conexão temática com o fornecimento de uniformes escolares.

Dentre essas, destacam-se:

- Contratações de materiais escolares e pedagógicos;

- Aquisições de mochilas, kits escolares ou materiais de apoio ao aluno;
- Fornecimento de fardamento esportivo para atividades escolares;
- Serviços de transporte escolar;
- Serviços de apoio à manutenção das unidades escolares;

Tais contratações são consideradas correlatas, pois se inserem no mesmo contexto de atendimento à rede municipal de ensino, contribuindo conjuntamente para a execução da política educacional, porém não possuem dependência direta com o objeto ora contratado.

AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES

No que se refere às contratações interdependentes — entendidas como aquelas cuja execução depende diretamente da realização de outra contratação — não foram identificadas contratações dessa natureza no presente caso.

O fornecimento de uniformes escolares constitui objeto autônomo, cuja execução independe da celebração prévia de outros contratos, não sendo necessária a contratação complementar de serviços ou fornecimentos adicionais para sua efetiva implementação.

A entrega dos uniformes pode ocorrer de forma independente, sendo suficiente a contratação do fornecedor responsável pela confecção e entrega dos itens, conforme especificações técnicas e cronograma definidos no Termo de Referência.

ANÁLISE QUANTO À NECESSIDADE DE CONTRATAÇÕES COMPLEMENTARES

Embora não haja interdependência contratual, destaca-se que a execução eficiente do objeto poderá se beneficiar da articulação administrativa com outras atividades internas da Administração, tais como:

- Organização logística da distribuição dos uniformes;
- Controle de recebimento e conferência dos itens;
- Separação por unidade escolar, turma e tamanho;
- Planejamento de entrega considerando sede, Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais;

Essas atividades, contudo, são de natureza administrativa interna e não demandam contratação específica, podendo ser executadas pela própria estrutura da Secretaria Municipal de Educação.

PREVENÇÃO DE SOBREPOSIÇÃO E FRACIONAMENTO DE DESPESA

A análise das contratações correlatas também evidencia que a presente contratação não configura fracionamento indevido de despesa, uma vez que:

- O objeto foi consolidado de forma integral no presente processo;
- Os quantitativos foram estimados com base na demanda global da rede municipal de ensino;
- Não há divisão artificial do objeto com o intuito de enquadramento em modalidade diversa;

A estruturação da contratação observa, portanto, os princípios do planejamento e da economicidade, evitando fragmentação indevida e assegurando maior eficiência administrativa.

27. MAPA DE RISCO

O presente Mapa de Riscos tem por finalidade identificar, analisar e propor medidas de mitigação dos principais riscos associados à contratação para o fornecimento de uniformes escolares, abrangendo todas as fases do processo, desde o planejamento até a execução contratual.

A gestão de riscos constitui elemento essencial da fase preparatória da contratação, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para o fortalecimento do planejamento, a prevenção de falhas e a garantia da eficiência, economicidade e continuidade da execução do objeto.

Considerando a complexidade do objeto, a necessidade de padronização, o volume de fornecimento e a logística territorial do Município de Tomé-Açu (incluindo sede, Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais), foram identificados os seguintes riscos:

RISCOS NA FASE DE PLANEJAMENTO

| RISCO | DESCRIÇÃO | PROBABILIDADE | IMPACTO | MEDIDAS PREVENTIVAS | RESPONSÁVEL |
|---|---|---------------|---------|--|----------------------|
| Levantamento inadequado de quantitativos | Quantidades inferiores ou superiores à demanda real | Média | Alto | Levantamento detalhado pela SEMED com base em matrículas e histórico | SEMED |
| Definição incorreta de tamanhos | Divergência entre grade de tamanhos e perfil dos alunos | Média | Alto | Definição de grade padronizada e validação prévia | SEMED / Planejamento |
| Especificação técnica insuficiente | Termo de referência sem detalhamento adequado | Baixa | Alto | Descrição completa de tecido, gramatura, costura e estampa | Planejamento |
| Falha na pesquisa de mercado | Subdimensionamento ou superdimensionamento de preços | Média | Médio | Pesquisa regional e local robusta | Equipe de cotações |

RISCOS NA FASE DE LICITAÇÃO

| RISCO | DESCRIÇÃO | PROBABILIDADE | IMPACTO | MEDIDAS PREVENTIVAS | RESPONSÁVEL |
|---------------------------------------|---|---------------|---------|--|----------------------|
| Baixa competitividade | Poucos participantes no certame | Baixa | Médio | Divulgação ampla e especificações adequadas | Comissão / Pregoeiro |
| Propostas inexequíveis | Empresas com preços muito baixos sem capacidade de execução | Média | Alto | Análise de exequibilidade e diligências | Pregoeiro |
| Impugnações e recursos | Questionamentos ao edital | Média | Médio | Edital bem fundamentado e juridicamente revisado | Jurídico |
| Erro na aplicação de benefício ME/EPP | Aplicação incorreta da LC 123 | Baixa | Médio | Definição clara no edital | Comissão |

RISCOS NA FASE DE CONTRATAÇÃO

| RISCO | DESCRIÇÃO | PROBABILIDADE | IMPACTO | MEDIDAS PREVENTIVAS | RESPONSÁVEL |
|------------------------------------|---|---------------|---------|---|-------------|
| Atraso na assinatura do contrato | Morosidade na formalização | Baixa | Médio | Controle de prazos | Licitações |
| Empresa sem capacidade operacional | Fornecedor não consegue atender demanda | Média | Alto | Exigência de qualificação mínima e análise prévia | Comissão |
| Inconsistência documental | Falhas na habilitação | Baixa | Médio | Conferência rigorosa | Comissão |

RISCOS NA FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

| RISCO | DESCRIÇÃO | PROBABILIDADE | IMPACTO | MEDIDAS PREVENTIVAS | RESPONSÁVEL |
|---|--|---------------|---------|--|--------------------|
| Atraso na entrega dos uniformes | Comprometimento do calendário escolar | Média | Alto | Cronograma definido e fiscalização ativa | Fiscal do contrato |
| Entrega de produtos fora da especificação | Material de baixa qualidade ou incorreto | Média | Alto | Conferência rigorosa no recebimento | Fiscal |
| Problemas na padronização | Diferença de cor, tecido ou estampa | Média | Alto | Amostra prévia e padrão técnico definido | Fiscal |
| Falha na distribuição | Erros na entrega por escola ou tamanho | Média | Médio | Organização logística por unidade | SEMED |
| Necessidade de reposição | Trocas por erro de tamanho ou defeito | Alta | Médio | Previsão contratual de substituição | Fiscal |

RISCOS LOGÍSTICOS (ESPECÍFICOS DO MUNICÍPIO)

| RISCO | DESCRIÇÃO | PROBABILIDADE | IMPACTO | MEDIDAS PREVENTIVAS | RESPONSÁVEL |
|---------------------------------------|--|---------------|---------|---|-------------|
| Dificuldade de acesso às áreas rurais | Entrega prejudicada em vilas e localidades distantes | Média | Alto | Planejamento de rotas e polos de distribuição | SEMED |

| | | | | | |
|-------------------------------------|--|-------|-------|-----------------------------|--------|
| Concentração em Quatro Bocas | Sobrecarga logística no principal polo | Média | Médio | Distribuição escalonada | SEMED |
| Retrabalho logístico | Erros gerando redistribuição | Média | Médio | Conferência prévia rigorosa | Fiscal |

RISCOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE

| RISCO | DESCRIÇÃO | PROBABILIDADE | IMPACTO | MEDIDAS PREVENTIVAS | RESPONSÁVEL |
|------------------------------|---|---------------|---------|-------------------------|--------------|
| Excesso de embalagens | Geração de resíduos plásticos | Média | Baixo | Controle de embalagens | Contratada |
| Descarte inadequado | Uniformes inutilizados descartados incorretamente | Baixa | Médio | Orientação de descarte | SEMED |
| Baixa durabilidade | Aumento de reposição | Média | Médio | Exigir qualidade mínima | Planejamento |

MATRIZ RESUMIDA DE RISCO

| Nível de Risco | Critério | Ação Recomendada |
|----------------|-----------------------------------|--|
| Alto | Alta probabilidade + alto impacto | Mitigação obrigatória e monitoramento contínuo |
| Médio | Média probabilidade ou impacto | Controle e acompanhamento |
| Baixo | Baixa probabilidade e impacto | Monitoramento simples |

A análise dos riscos demonstra que a contratação apresenta riscos gerenciáveis e mitigáveis, desde que adotadas as medidas preventivas previstas neste Estudo Técnico Preliminar.

Destacam-se como riscos mais relevantes:

- Falhas na padronização dos uniformes;
- Atrasos na entrega;
- Inconsistências nos quantitativos e tamanhos;
- Desafios logísticos decorrentes da distribuição territorial do Município;

Contudo, a adoção de planejamento adequado, definição clara das especificações, fiscalização eficiente e organização logística estruturada permite mitigar tais riscos, assegurando a regular execução contratual.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é tecnicamente viável, com riscos controláveis e compatíveis com a capacidade de gestão da Administração Pública.

28. CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS DE PLANEJAMENTO

O presente Estudo Técnico Preliminar resulta de processo estruturado de planejamento da contratação, desenvolvido no âmbito da Administração Municipal de Tomé-Açu/PA, em observância às diretrizes previstas

na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos princípios do planejamento, da motivação, da eficiência e da formalização adequada das contratações públicas.

A demanda que fundamenta a presente contratação teve origem na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a qual, no exercício de suas atribuições institucionais, identificou a necessidade de aquisição de uniformes escolares, promovendo o levantamento técnico das necessidades da rede municipal de ensino, com base no número de alunos atendidos, na distribuição das unidades escolares e nas diretrizes da política educacional.

A referida demanda foi formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda – DFD, devidamente instruído com as informações técnicas e operacionais necessárias à caracterização da necessidade administrativa, passando a integrar o processo administrativo.

Após a formalização da demanda, o processo foi submetido à análise do Coordenador do Departamento de Licitações, o qual, reconhecendo a pertinência e a necessidade da contratação, procedeu à autuação do processo administrativo, autorizando seu prosseguimento e encaminhando-o à fase de planejamento da contratação.

Na fase de planejamento, a instrução processual passou a contar com o apoio técnico especializado da empresa T do S M da Silva – Assessoria Técnica em Licitações, sob a responsabilidade da assessora Maria Eduarda Martins da Silva, que atuou na orientação técnica dos procedimentos, na estruturação dos documentos de planejamento e na adequação do processo às exigências legais vigentes.

A equipe de planejamento, com o suporte da assessoria técnica e o apoio da equipe de cotações do Departamento de Licitações, procedeu à:

- Análise da demanda apresentada pela SEMED;
- Consolidação das informações constantes no DFD;
- Realização da pesquisa de mercado;
- Análise das soluções disponíveis;
- Definição da modalidade de contratação;
- Estruturação dos requisitos técnicos, operacionais e logísticos;
- Elaboração dos documentos que compõem a fase preparatória, especialmente o presente Estudo Técnico Preliminar.

Durante essa etapa, foram considerados, de forma integrada, aspectos técnicos, operacionais, logísticos e mercadológicos, incluindo as particularidades territoriais do Município de Tomé-Açu.

Concluída a fase de planejamento, o presente Estudo Técnico Preliminar será encaminhado à apreciação das autoridades competentes, incluindo o ordenador de despesas, responsável pela análise quanto à conveniência e oportunidade da contratação, bem como ao Departamento Jurídico, para manifestação quanto à legalidade e regularidade do processo, nos termos da legislação vigente.

Dessa forma, evidencia-se que a presente contratação foi construída de maneira estruturada, sequencial e devidamente fundamentada, observando todas as etapas do planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021, desde a identificação da necessidade pela unidade demandante até a consolidação técnica do processo, garantindo segurança jurídica, transparência, rastreabilidade e aderência às reais necessidades da Administração Pública Municipal.

29. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Registra-se que a demanda que fundamenta a presente contratação, bem como os respectivos quantitativos estimados para o fornecimento de uniformes escolares, é de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a qual realizou o levantamento de suas necessidades com base em suas atribuições institucionais, planejamento educacional, número de alunos atendidos, distribuição da rede municipal de ensino e histórico de consumo.

A unidade demandante procedeu à formalização de sua demanda por meio do Documento de Formalização da Demanda – DFD, devidamente instruído com justificativa técnica, informações operacionais e demais elementos necessários à adequada caracterização da necessidade administrativa, o qual integra o processo administrativo e confere suporte técnico à presente contratação.

Ressalta-se que o referido documento compõe o conjunto probatório que embasa o presente Estudo Técnico Preliminar, sendo passível de disponibilização e publicidade nos meios oficiais, em observância aos princípios da transparência, publicidade e controle das contratações públicas.

Compete à equipe de planejamento vinculada ao setor de licitações e contratos, com base nas informações formalizadas pela unidade demandante, proceder à análise técnica dos dados apresentados, avaliar a solução mais adequada ao atendimento da necessidade pública, estruturar os elementos do planejamento da contratação e conduzir a instrução processual de forma alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, motivação e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Destaca-se, contudo, que a equipe de planejamento não detém competência para definição originária dos quantitativos estimados, uma vez que tais informações decorrem diretamente das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, especialmente considerando fatores como número de alunos

matriculados, distribuição por faixa etária, grade de tamanhos, reposições necessárias ao longo do período letivo e eventuais variações decorrentes da dinâmica educacional. Sua atuação limita-se à validação técnica, à consolidação das informações e à estruturação da solução administrativa mais adequada com base nos dados fornecidos, assegurando a coerência, a viabilidade e a regularidade do processo.

No contexto específico da presente contratação, ressalta-se ainda que o planejamento considerou as particularidades territoriais do Município de Tomé-Açu, incluindo a distribuição das unidades escolares entre a sede, o Distrito de Quatro Bocas, vilas e áreas rurais, o que impacta diretamente na definição dos quantitativos, na organização logística e na forma de execução contratual.

Por fim, registra-se que o presente Estudo Técnico Preliminar, após sua conclusão, é formalmente encaminhado à apreciação e autorização da autoridade competente e do respectivo ordenador de despesas, a quem compete a análise quanto à conveniência e oportunidade da contratação, bem como a validação final do prosseguimento do certame, nos termos da legislação vigente.

Dessa forma, evidencia-se que o planejamento da presente contratação foi realizado de forma estruturada, devidamente fundamentada e alinhada à realidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, garantindo segurança jurídica, transparência e aderência às reais necessidades da Administração Pública Municipal.

30. ANEXOS E APÊNDICES

30.1. Apêndice I – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

30.2. Apêndice II - DIRETRIZES ORIENTATIVAS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS DECORRENTES DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Tomé-Açu/PA, 27 de março de 2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ELABORADO POR:

ANALISADO E ACOMPANHADO POR:

Maria Eduarda Martins da Silva
Assessora Técnica – T. DO S. M. DA
SILVA Assessoria em Licitações e

Tatiana do Socorro Martins da Silva
Assessora Técnica – T. DO S. M. DA SILVA
Assessoria em Licitações e Contratos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

APÊNDICE I – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À

Prefeitura Municipal de Tomé-Açu/PA

Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Ref.: Processo Administrativo nº _____

Pregão nº _____

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(a) representante legal _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins de direito, que:

1. Tem pleno conhecimento de todas as condições, exigências e obrigações constantes no Termo de Referência e no Edital do certame em epígrafe, comprometendo-se a cumpri-las integralmente, caso venha a ser contratada;
2. Compromete-se a executar o objeto contratual de forma adequada, observando rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas, garantindo a qualidade dos veículos fornecidos, sua conformidade com as normas vigentes e sua plena aptidão para o uso;
3. Assegura o cumprimento integral dos prazos estabelecidos pela Administração, bem como a pronta substituição de veículos ou itens que apresentem desconformidade com as especificações exigidas;
4. Declara que manterá, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, especialmente quanto à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista;
5. Assume total responsabilidade por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão na execução do contrato;
6. Compromete-se a adotar práticas que minimizem impactos ambientais, observando a legislação aplicável e, sempre que possível, adotando medidas sustentáveis relacionadas ao objeto contratado;
7. Reconhece que o descumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

Por ser verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais.

Local e data: _____

Nome do representante legal

Cargo

CPF

Assinatura do representante legal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

APÊNDICE II - DIRETRIZES ORIENTATIVAS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS
DECORRENTES DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O presente documento tem por finalidade orientar e uniformizar, de forma técnica e colaborativa, os procedimentos adotados pelos órgãos e entidades do Município de Tomé Açu para a formalização de contratos administrativos decorrentes de Atas de Registro de Preços, especialmente nas contratações oriundas de Pregões Eletrônicos, conforme o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como título III da referida lei.

As orientações aqui compiladas têm caráter orientativo e provisório, devendo ser observadas até a edição de normativa específica pela Procuradoria do Município e pela Controladoria do Município.

PROCEDIMENTOS DE SOLICITAÇÃO DE CONTRATO

Para a formalização de contratos decorrentes de ata de registro de preço, a Secretaria interessada deverá instruir o processo administrativo com ofício de solicitação dirigido à Secretaria Municipal de Finanças, att Departamento de Licitação, contendo obrigatoriamente:

- Objeto da contratação, conforme descrito na ata e no edital;
- Justificativa da necessidade, ainda que de forma sintética e objetiva;
- Indicação do fiscal do contrato (nome, matrícula e qualificação compatível);
- Número do processo administrativo, pregão eletrônico e ata correspondente;
- Relação dos itens e quantidades a serem contratados, observando o saldo disponível na ata;
- Prazo de vigência contratual pretendido;
- Confirmação de que os itens constam no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

Nota: O controle do saldo da ata é responsabilidade da Secretaria demandante, devendo haver planejamento e acompanhamento durante sua vigência.

DOCUMENTOS RECOMENDADOS PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Para fins de regularidade e transparência, recomenda-se que o processo contenha, em sequência cronológica:

- Despacho de solicitação de dotação orçamentária;
- Manifestação técnica da Contabilidade, com saldo da dotação, projeto/atividade e fonte de recurso (art. 150 da Lei nº 14.133/2021);
- Autorização expressa do Ordenador de Despesas, com declaração de compatibilidade orçamentária e financeira (art. 16 da LRF);
- Portaria de designação do fiscal do contrato, publicada e válida;
- Minuta contratual assinada pelas partes, conforme modelo padrão já aprovado pela PM/CM no processo;
- Certidões fiscais e trabalhistas atualizadas da contratada (FGTS, Receita Federal, CNDT e demais certidões fiscais exigidas no edital).

SOBRE O PARECER JURÍDICO E CONTROLE INTERNO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Parecer Jurídico

O parecer jurídico deverá:

- Analisar expressamente a minuta contratual, confirmando sua conformidade com o edital e com a Ata de Registro de Preços que lhe deu origem;
- Verificar a adequação das cláusulas obrigatórias previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021;
- Registrar, quando cabível, a possibilidade de substituição do contrato por documento hábil, como autorização de compra, nota de empenho ou ordem de fornecimento, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023;
- Analisar a correção das disposições relativas à natureza dos serviços/produtos, distinguindo, quando aplicável, entre continuados e não continuados, bem como as regras sobre saldos remanescentes e renovação de quantitativos em contratações continuadas;
- Examinar os procedimentos previstos para hipóteses de alteração contratual, abrangendo prorrogação de vigência, acréscimo ou supressão de quantidades, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- Analisar as disposições referentes às infrações e sanções administrativas, orientando que:
 - ✓ O fiscal do contrato é responsável por constatar e registrar eventuais descumprimentos, elaborando relatório circunstanciado e notificando a contratada para apresentação de defesa ou justificativa;
 - ✓ A Secretaria demandante é responsável por tramitar o processo de apuração, assegurando contraditório e ampla defesa, e encaminhar o processo à autoridade competente para decisão e aplicação da sanção;
 - ✓ O parecer jurídico deve ser emitido antes da aplicação de qualquer penalidade;
 - ✓ A sanção aplicada deverá ser publicada.
- Manifestar-se quanto à legalidade da formalização do instrumento, observando a competência da autoridade signatária, a validade e autenticidade dos documentos e a vinculação jurídica do contrato à Ata de Registro de Preços correspondente.
- Orientar que a minuta contratual aprovada pela Procuradoria do Município e validada pelo Controle Interno não poderá sofrer qualquer alteração posterior, seja de cláusulas, prazos ou redação sem nova análise e aprovação prévia desses órgãos, sob pena de comprometer a regularidade e a validade do instrumento contratual.

Parecer do Controle Interno

O parecer do Controle Interno deverá:

- Analisar o processo licitatório de forma global, verificando o cumprimento das exigências legais, técnicas e procedimentais previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas do Município;
- Atestar se o processo está apto a gerar contrato, desde que sejam observadas as diretrizes e obrigações descritas neste ETP e em seu anexo de diretrizes orientativas em consonância com a Lei 14.133/2021;
- Mencionar expressamente que a formalização contratual dependerá do atendimento dos requisitos previstos nas referidas diretrizes, especialmente quanto à designação de fiscal, comprovação orçamentária, regularidade fiscal da contratada e publicações obrigatórias;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- Recomendar, quando cabível, ajustes ou complementações antes da homologação, de modo a assegurar que o processo, ao ser encaminhado para geração de contrato, esteja regular e em condições de prosseguir sem risco de nulidade;
- Registrar no parecer que, para a efetiva formalização do contrato, devem ser seguidas as diretrizes orientativas constantes neste ETP, cabendo à Secretaria demandante cumprir as etapas indicadas no item 2 (solicitação formal) e no item 3 (documentação mínima).

A critério do Controle Interno, poderá ser anexado ao processo um Parecer Geral sobre Contratos, contendo explicação passo a passo das exigências de formalização, execução e fiscalização, servindo de referência a todos os órgãos da Administração.

Alternativamente, esse conteúdo poderá constar no corpo do próprio parecer, desde que mantida a estrutura de conferência documental e de conformidade legal.

BASE LEGAL E LÓGICA DE GOVERNANÇA

Conforme o art. 169 da Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações públicas devem estar submetidas a práticas contínuas de gestão de riscos e controle preventivo, integrando um sistema de governança composto por três linhas de defesa, cada uma com funções e responsabilidades específicas no contexto da Administração Pública.

A seguir, apresenta-se a estrutura e o papel de cada linha de defesa, aplicados ao fluxo licitatório e contratual do Município de Tomé Açu:

| LINHA DE DEFESA | AGENTES ENVOLVIDOS | NATUREZA DA ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES |
|---------------------------|--|--|
| 1ª Linha de Defesa | Servidores e empregados públicos diretamente envolvidos nas atividades administrativas; agentes de contratação; pregoeiros; gestores e fiscais de contratos. | Operacional e executiva. São os responsáveis pela condução das atividades, instrução dos processos, acompanhamento da execução e ateste das entregas. Representam a linha de frente na prevenção de falhas, irregularidades e desperdícios. |
| 2ª Linha de Defesa | Unidades de assessoramento jurídico e unidades de controle interno do próprio órgão ou entidade. | Preventiva e orientativa. Atuam de forma técnica e consultiva, analisando a conformidade legal e processual dos atos, mitigando riscos e apontando ajustes antes da prática do ato final. Garantem que o processo esteja apto e regular antes de ser encaminhado para contratação. |
| 3ª Linha de Defesa | Órgão Central de Controle Interno (no caso de Controladoria Geral) da Administração e Tribunal de Contas. | Fiscalizadora e corretiva. Exercem controle posterior sobre a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos. Realizam auditorias, recomendações e podem aplicar sanções, assegurando a responsabilização e a transparência dos gestores públicos. |

O modelo das três linhas de defesa reforça a cultura de governança, integridade e controle preventivo nas contratações públicas.

Nele, cada instância atua de forma complementar e coordenada, assegurando que a Administração Municipal de Tomé Açu adote práticas de planejamento, transparência e responsabilidade, conforme os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

- A minuta contratual deverá fazer referência expressa à Ata de Registro de Preços e ao respectivo processo licitatório;
- É recomendável evitar a contratação integral do saldo da ata em um único contrato, salvo com justificativa técnica e planejamento formalizado;
- A publicação do contrato na íntegra deverá ocorrer no jurisdicionado TCM/PA, Portal da Transparência e, no PNCP, assim como extrato de contrato;
- O Setor de Compras deverá conter saldo de contrato, Gestor e Fiscal designado deverão manter controle atualizado das entregas, medições e ocorrências contratuais;
- Departamento de Licitação, em conjunto com os órgãos de controle, jurídico, acompanhará a aplicação destas diretrizes, promovendo ajustes sempre que necessário.

VALIDADE E APLICAÇÃO

As presentes diretrizes constituem orientação institucional Departamento de Licitação, através da Assessoria Técnica em Licitações e Contratos, destinadas a padronizar e fortalecer as rotinas administrativas relativas à formalização e execução dos contratos decorrentes de Atas de Registro de Preços.

Têm validade interna e caráter orientativo, podendo ser observadas por todas as Secretarias Municipais envolvidas em processos licitatórios e contratações públicas, até a publicação de normativa conjunta da Procuradoria-Geral do Município e Setor de Controle Interno do Município.

Como Assessora Técnica em Licitação e Contratos, oriento que estas diretrizes possam ser adotadas como referência obrigatória nas etapas subsequentes à licitação, formalização, execução, acompanhamento, fiscalização e encerramento contratual, assegurando que todos os procedimentos sejam conduzidos com segurança jurídica, transparência, responsabilidade e eficiência administrativa.

Ressalto, contudo, que a desburocratização dos fluxos processuais é igualmente relevante e deve ser continuamente estimulada, desde que preservados o controle, a legalidade e a integridade dos atos administrativos. A simplificação responsável, aliada ao uso de ferramentas tecnológicas e à padronização documental, contribui para agilizar os trâmites internos, reduzir retrabalhos e fortalecer a governança pública, sem comprometer a regularidade ou a rastreabilidade das contratações.

A adoção uniforme destas práticas busca promover a governança e a integridade administrativa, reforçando o comprometimento com o compliance público, a desburocratização dos fluxos internos, a padronização documental e a celeridade processual, sem prejuízo do controle e da legalidade.

Essas orientações alinham-se aos arts. 5º, 11, 169 e 170 da Lei Federal nº 14.133/2021, representando o compromisso desta Assessoria com uma gestão pública moderna, transparente e voltada a resultados, em benefício da eficiência administrativa e da confiança da sociedade de Tomé Açu na Administração Municipal.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O seu cumprimento contribui para a celeridade processual, a redução de retrabalho e a segurança jurídica das contratações públicas no Município de Tomé Açu.